

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Jonatas Eliakim D Angelo de Oliveira

Identidade negra, autoralidade e paratopia
no discurso constituinte literário de Joel Rufino dos Santos

Doutorado em Língua Portuguesa

SÃO PAULO
2022

Jonatas Eliakim D Angelo de Oliveira

Identidade negra, autoralidade e paratopia
no discurso constituinte literário de Joel Rufino dos Santos

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa sob orientação do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento.

SÃO PAULO
2022

048i Oliveira, Jonatas Eliakim D Angelo de
 Identidade negra, autoralidade e paratopia no
 discurso constituinte literário de Joel Rufino dos
 Santos / Jonatas EliakimD Angelo de Oliveira. --
 São Paulo: [s.n.], 2023.
 140p ; 21 x 28 cm.

 Orientador: Jarbas Vargas Nascimento.
 Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica
 de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em
 Língua Portuguesa.

 1. Identidade negra. 2. Discurso literário. 3.
 Paratopia. 4. Joel Rufino dos Santos. I.
 Nascimento, Jarbas Vargas. II. Pontifícia
 Universidade Católica de São Paulo, Programa de
 Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. III.
 Título.

CDD

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento

Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira

Profa. Dra. Izilda Maria Nardocci

Prof. Dr. Ramon Silva Chaves

Profa. Dra. Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – 88887.369389/2019-00"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – 88887.369389/2019-00".

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, orientador desta Tese, pelas incontáveis horas de discussão e aprendizado;

Aos meus queridos colegas do grupo de pesquisa Discurso e Cultura, com quem pude dividir esses anos de evolução do pensamento expresso aqui, principalmente Lidiane Gonçalves, Janaina Chabes e Edmar Matos, pelas noites de discussão acalorada;

À coordenação e o e ao corpo docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP, por contribuírem para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador e pessoa crítica.

Aos professores Ramon Chaves, Márcio Cano, Rosângela Carreira e Ricardo Celestino, pelas conversas informais nas quais aprendi imensamente;

Aos colegas da Editora Blucher, que foram pacientes com minhas ausências;

Aos meus queridos amigos, na figura de Eduardo Camillo Kaspereviciis Ferreira, pelos momentos de transformação, minha e da pesquisa;

À minha família, Rafael Nucci, que acolheu todas as lágrimas e brindou todos os sorrisos;

meu muito obrigado! Sem vocês, este trabalho seria impossível.

DEDICATÓRIA

Para a minha mãe.

*A literatura está mais perto de contar a história do povo brasileiro, do negro, das populações brasileiras do que a história historiográfica.*¹

Joel Rufino dos Santos

¹ Trecho de “Estudos históricos - raça e história”. Entrevista com Joel Rufino dos Santos concedida a Amauri Mendes Pereira, Amílcar Araújo Pereira e Verena Alberti. *Periódico - Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 11 jul. 2013.

RESUMO

Nesta tese, realizamos o estudo dos conceitos de identidade enunciativa, autoralidade e paratopia e da emergência de um enunciador negro no discurso literário de Joel Rufino dos Santos. Com uma análise da produção discursiva, objetivamos verificar como a identidade enunciativa emerge nas relações paradoxais que o autor estabelece com o seu discurso, identificando os aspectos e fatores que contribuem para a caracterização da paratopia inerentes ao processo de criação literária. Para tanto, nos valemo-nos dos postulados teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente, na perspectiva enunciativo-discursiva de Dominique Maingueneau. No discurso literário de Joel Rufino dos Santos são construídas imagens do homem e da mulher negros postas em oposição à do homem branco colonizador, em função da emergência de uma identidade que conta a história da escravização e do negro por uma nova ótica. O negro deixa de ocupar o lugar de objeto para assumir o papel de sujeito, uma vez que a condição paratópica do autor pode ser considerada como um fator intrínseco ao seu processo de criação artístico-literário, compreendido como o que nutre a atividade da produção discursiva. Assim, emerge, no discurso literário de Rufino dos Santos, um sujeito negro, que assume o papel de protagonista a própria história, de resistir à história a ele imposta e de fixar novas bases paradigmáticas para o futuro.

Palavras-chave: Identidade negra, Discurso literário, Paratopia, Joel Rufino dos Santos.

ABSTRACT

In this thesis, we study the concepts of enunciative identity, authorality and paratopia and the emergence of a black enunciator in Joel Rufino dos Santos' literary discourse. With an analysis of the discursive production, we aim to verify how the enunciative identity emerges in the paradoxical relations that the author establishes with his speech, identifying the aspects and factors that contribute to the characterization of the paratopia inherent in the process of literary creation. For that, we make use of the theoretical-methodological postulates of the French Discourse Analysis, more specifically, in the enunciative-discursive perspective of Dominique Maingueneau. In the literary discourse of Joel Rufino dos Santos, images of black men and women are built in opposition to the white colonizer man, due to the emergence of an identity that tells the story of enslavement and black people from a new perspective. The black person ceases to occupy the place of object to assume the role of subject, since the paratopic condition of the author can be considered as an intrinsic factor to his artistic-literary creation process, understood as what nourishes the activity of discursive production. Thus, in the literary discourse of Rufino dos Santos, a black subject emerges, who assumes the role of protagonist in his own history, resisting the history imposed on him and establishing new paradigmatic bases for the future.

Keywords: Black identity, Literary discourse, Paratopy, Joel Rufino dos Santos.

RESUMEN

Dans cette thèse, nous étudions les concepts d'identité énonciative, d'autorité et de paratopie et l'émergence d'un énonciateur noir dans le discours littéraire de Joel Rufino dos Santos. Avec une analyse de la production discursive, nous visons à vérifier comment l'identité énonciative émerge dans les relations paradoxales que l'auteur établit avec son discours, en identifiant les aspects et les facteurs qui contribuent à la caractérisation de la paratopie inhérente au processus de création littéraire. Pour cela, nous nous appuyons sur les postulats théorico-méthodologiques de l'Analyse du discours français, plus spécifiquement, dans la perspective énonciative-discursive de Dominique Maingueneau. Dans le discours littéraire de Joel Rufino dos Santos, les images d'hommes et de femmes noirs se construisent en opposition à l'homme blanc colonisateur, en raison de l'émergence d'une identité qui raconte l'histoire de l'esclavage et des Noirs sous un nouveau jour. La personne noire cesse d'occuper la place d'objet pour assumer le rôle de sujet, puisque la condition paratopique de l'auteur peut être considérée comme un facteur intrinsèque à son processus de création artistique-littéraire, entendu comme ce qui nourrit l'activité de production discursive. Ainsi, dans le discours littéraire de Rufino dos Santos, un sujet noir émerge, qui assume le rôle de protagoniste de sa propre histoire, résistant à l'histoire qui lui est imposée et établissant de nouvelles bases paradigmatiques pour l'avenir.

Mots-clés : Identité noire, Discours littéraire, Paratopie, Joel Rufino dos Santos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E CULTURAIS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO LITERÁRIO DE JOEL RUFINO DOS SANTOS	22
1.1 O negro no brasil	24
1.2 O sujeito negro	29
1.3 Joel Rufino dos Santos e sua obra.....	32
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: A ANÁLISE DO DISCURSO	39
2.1 Noção de discurso na análise do discurso.....	46
2.2 Discursos constituintes e o discurso literario	53
2.3 Obra e arquivo	56
2.4 Autoralidade.....	59
2.5 Paratopia e paratopia de criação.....	65
2.6 Posição sujeito na análise do discurso	70
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
CAPÍTULO IV – IDENTIDADE NEGRA E AUTORALIDADE NA OBRA DE JOEL RUFINO DOS SANTOS.....	98

CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO – PUBLICAÇÕES DE JOEL RUFINO DOS SANTOS	136

INTRODUÇÃO

Trouver sa place n'est pas trouver une quelconque - par exemple un emploi - c'est trouver cette place où l'on a le sentiment de "s'épanouir", de "se réaliser", de "donner le meilleur de soi-même", pour tout dire d'"être soi"... Mais comment peut-on partir en quête de cette place dont on ne peut qu'ignorer l'emplacement et les contours exacts ? Ce n'est que dans l'après-coup, quand on l'a déjà rencontrée, qu'on peut affirmer l'avoir trouvée. Pourtant, pour la trouver il a bien fallu s'en être fait quelque idée, s'être orienté dans une certaine direction, avoir su la reconnaître quand elle se présentait² (MANGUENEAU, 2016, p. 5).

É com o recorte acima que Maingueneau (2016) começa seu livro *Trouver sa place dans le champ littéraire*, discutindo a dificuldade que é encontrar um lugar no mundo, de encontrar um lugar no qual o sujeito possa ser quem ele é. Essa é uma busca da sociedade contemporânea, tema de muitos trabalhos recentes – Kilomba (2019), Hall (2000, 2015), Ribeiro (2017), para citar alguns – e que toca as questões de identidade, de comunidade, de sociedade e de humanidade. Não à toa, essa problemática atravessa tantas disciplinas – Sociologia, História, Antropologia, Psicologia – culminando, como não poderia deixar de ser, nos estudos da linguagem, mais especificamente nas disciplinas que trabalham com a noção de *discurso* de modo inter/trans/multidisciplinar, como é a Análise do Discurso de linha francesa (AD).

As reflexões sobre as identidades (linguística, sociais, enunciativo-discursivas, culturais) vêm instigando estudiosos de disciplinas diversas, tornando-se, inclusive, um importante elo interdisciplinar acadêmico. Ao formar uma espécie de amálgama reflexivo, juntamente com a memória e a cultura, os estudos sobre identidade abrem, na contemporaneidade, veios para o

² “Encontrar o seu lugar não é encontrar qualquer lugar – como se busca um emprego - é encontrar o lugar onde se tem a sensação de ‘florescer’, de ‘realizar-se’, de ‘dar o melhor de si mesmo’, para dizer o mínimo, onde pode-se ‘ser você mesmo’... Mas como sair em busca desse lugar do qual só se pode desconhecer a localização e os contornos exatos? Só depois, quando já o encontramos, é que podemos afirmar que o encontramos. No entanto, para encontrá-lo é preciso já ter formado alguma ideia dele, ter se orientado em uma determinada direção, para então ser capaz de reconhecê-lo quando ele se apresenta”. Tradução nossa.

aprofundamento de questões que foram postergadas ou tidas como menores. Com essa abertura, novos nomes surgem no universo literário, como o de Conceição Evaristo (2003, 2006, 2014, 2016), Ferrez (1997, 2000, 2004, 2006), Luz Ribeiro (2013, 2017, 2019) e outros retornam sob novos olhares, como é o caso de Carolina Maria de Jesus (1960, 1961, 1963, 1965) e Lima Barreto (1909, 1915, 1919, 1948).

Nessa esteira, apreendemos como discurso os textos produzidos por Joel Rufino dos Santos e inserimo-lo no campo do discurso literário negro, por compreendermos a necessidade de não somente dar um tratamento discursivo ao texto literário, como verificar a emergência de um enunciador negro que ocupa um lugar motivado por traços estéticos (auto)biográficos. Essa possibilidade se apresenta nesse campo, que aglutina em si uma série de formações discursivas que estão em relação de concorrência (MAINGUENEAU, 2008). Desse modo, o discurso literário se abre a uma série de gêneros do discurso, que funcionam dentro de uma cena enunciativa e trazem em si condições da memória, da cultura e da sociedade.

Considerando esse ambiente enunciativo, o discurso literário torna-se fundamental para a construção identitária e a assumpção da posição de sujeito ao possibilitar a um enunciador negro o *status* de *auctor*, ou seja, de um literato reconhecido que enseja expectativas no leitor quanto ao tema, ao posicionamento e ao modo de enunciar, em qualquer discurso que produza. Desse modo, é pelo discurso literário que o enunciador negro recupera – ou cria – a identidade que a coletividade apagara, silenciando-o nos espaços e instituições sociais nos quais o sujeito branco dominava.

Assim, nosso problema de pesquisa é: de que modo, no funcionamento interno de discursos de Joel Rufino dos Santos, emerge identidades negras? Com a finalidade de atingir os objetivos propostos para esta tese, fundamentamos nossa pesquisa no aparato teórico da Análise do Discurso de linha francesa (AD), na perspectiva enunciativo-discursiva de Dominique Maingueneau (1996a, 1996c, 2000, 2008a, 2008b, 2015a, 2016, 2018, 2020), no que diz respeito ao discurso literário, à paratopia, às cenas da enunciação, aos discursos constituintes e à categoria de autor, por considerarmos que a pesquisa desse estudioso amplia a noção de autor apresentada por Barthes (2012), bem como as reflexões de Foucault (2006). Essa fundamentação é articulada com os

estudos sobre identidade de Hall (2015) e negritude de Césaire (2012) e com a pesquisa acadêmica de Rufino dos Santos (1980, 1994, 1999).

Em busca de solucionar o problema levantado, propomos, ao logo da tese: examinar a paratopia, a autoralidade e a emergência de um enunciador negro no discurso literário de Rufino dos Santos; identificar como o discurso literário negro constrói uma cenografia que dê conta da criação identitária como uma maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros; verificar, no funcionamento discursivo do discurso literário de Rufino dos Santos, a paratopia criadora, o posicionamento e o código linguageiro em função da identidade e da autoralidade.

Consideramos que os estudos do discurso no Brasil devem se ocupar das questões em torno da literatura negra³, apontando para a emergência de uma identidade negra e o desafio que o enunciador negro assume, na discursividade, na condução de sua destinação histórica e social. Entendemos que o discurso literário negro carrega em sua enunciação um autor que marca a postura do negro frente ao racismo no Brasil.

O discurso literário de Rufino dos Santos tem hoje prestígio na sociedade, pois fora eleito pela própria sociedade como exemplo de língua, estética e de arte de maneira geral. É nos discursos literários que se manifestam, com interesse estético, as relações de poder existentes na sociedade e como acontecem essas relações de poder, fundamentadas pela historiografia, ou em uma demonstração de luta de classes, conforme postula Bourdieu (1989). Para nosso autor, essas relações de poder se manifestam por constantes registros da insatisfação do negro na sociedade brasileira.

De acordo com a biografia de Rufino dos Santos disponível no site⁴ mantido em sua homenagem, ele nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1941. Historiador, romancista e intelectual engajado na causa negra, foi detido como preso político e mandado para o presídio do Hipódromo, em São Paulo.

³ Entendemos por *literatura negra* a produção literária cujo sujeito da escrita é o próprio negro. É a partir da subjetividade de negras e negros, de suas vivências e de seu ponto de vista, de acordo com os trabalhos de Cuti (2010) e Costa (2008).

⁴ A profa. Dra. Cintia Barreto criou um site em homenagem a Rufino dos Santos como parte de sua pesquisa de doutorado em Literatura Brasileira pela UFRJ: <http://www.joelrufinodossantos.com.br/>.

Lá, permaneceu preso por um ano e meio, devido à sua militância na Ação Libertadora Nacional (ALN) – organização que pregava a luta armada contra o regime. A partir da Anistia decretada em 1979, retomou suas atividades acadêmicas. Na década de 1990, presidiu a Fundação Palmares, quando estabeleceu uma relação mais próxima com as comunidades remanescentes de quilombos e deu início aos trabalhos de reconhecimento dessas comunidades. Realizou, ainda, as celebrações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, ocorridas em União dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas. Atuou também como subsecretário de Defesa e Promoção das Populações Negras do Rio de Janeiro e membro integrante da Diretoria do Instituto de Estudos da Religião (ISER). Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lecionando nos cursos de Letras e Comunicação Social. Nos últimos anos de vida, integrou os quadros do Tribunal de Justiça de Estado do Rio de Janeiro, na condição de Diretor-geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento.

Ao longo de sua carreira, trouxe a público uma vasta produção, entre escritos historiográficos, ensaios, biografias, romances, narrativas infantis e infantojuvenis, além de livros didáticos. Foi também dramaturgo: levou sua assinatura três peças teatrais e duas minisséries para a TV. Sua biografia de Zumbi dos Palmares, destinada ao público jovem, tornou-se um clássico do gênero, com dezenas de edições. Em 1979, recebeu o Prêmio Jabuti, com o livro *Uma estranha aventura em Talalai* e, no ano de 2000, o Prêmio Orígenes Lessa na categoria “O Melhor para o Jovem”, com *Quando eu voltei, eu tive uma surpresa*, pungente reunião de cartas escritas ao filho de oito anos quando ainda estava encarcerado pela ditadura. Em 2008, voltou a ganhar o Jabuti, com *O barbeiro e o judeu da prestação contra o sargento da motocicleta* e foi ainda indicado para a mais importante honraria da literatura infantojuvenil – o Prêmio Hans Christian Andersen –, nos anos de 2004, 2006 e 2014.

As experiências de vida, a militância política e os resultados das pesquisas científicas de Rufino dos Santos aparecem tematicamente referenciadas em seus discursos. Em *A história do negro no teatro brasileiro*, *Zumbi dos quilombos* ou mesmo *Carolina Maria de Jesus*, por exemplo, verifica-se como escopo a sociedade à qual o autor pertenceu e na qual ele se projeta.

Com a constante alusão ao universo do negro, o autor ganha grande projeção na condição de voz que resguarda e reescreve a história brasileira.

Ao buscarmos tratar a questão da autoralidade pela abordagem da AD é ampliar a proposta vista por Barthes (2012), na década de 1960, e trazer à tona um possível novo olhar sobre o discurso literário de Rufino dos Santos, não considerando a instância de autor como ponto nevrálgico da produção do discurso, mas como imagem que sustenta o discurso literário negro, no momento de construção de uma representação da *Negritude*. A ideia de autor, para Barthes (2002), está relacionada à ideia de poder, porque o *status* de autor se consagra naquele que pode, por algum motivo, dizer-se autor. Entretanto, quando, a partir das concepções de leitura e de construção de sentidos norteadas pela Linguística, o sentido passa a ser processado não em seu ponto inicial, mas na relação que o discurso faz entre os enunciadores, a noção de autor fica prejudicada (BARTHES, 2012). Desse modo, a noção de autor não mais representa o ponto fulcral de significação, mas uma das categorias de análise para os processos de construção de sentidos.

Autoralidade implica considerar a produção de autor. Para Foucault (2006), o conceito de autoria só se constrói com um texto-produto de um autor; dessa maneira, a concepção de autoria está estreitamente relacionada à de enunciação. Um autor não poderia existir anteriormente ou exteriormente ao seu discurso, pois é, no discurso, que se valida como autor e nessa condição ganha poder. O discurso para o autor é a garantia da própria existência. Se considerarmos, entretanto, que os discursos são perpassados por inúmeras presenças mostradas ou não, como garantir a um sujeito a qualidade de autor?

Todo discurso é heterogêneo. Quando enunciamos, mesmo que tendo a certeza de que somos autores de nosso dizer e que saibamos em que campo nosso discurso circula, envolvemos em nossa enunciação discursos de outros autores e de outros campos. Os discursos aceitam em sua circulação e produção a presença de outro que pode se marcar de maneira mostrada ou de maneira constitutiva (MAINGUENEAU, 2008b).

Fica evidente a presença do outro, quando a interdiscursividade é mostrada, pois as citações marcam a presença de outro autor, que fica responsável pela enunciação. Entretanto, “nossa própria hipótese do primado do

interdiscurso inscreve-se na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva que, amarra em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENAU, 2008b, p. 31). Considerando o fato de que a é intrínseco a todo discurso a presença do Outro, torna-se pouco aplicável uma autoria que esteja baseada na condição de “imperador” enunciativo e, nessa perspectiva, torna-se infundada noção de gênese do discurso. O que parece mais provável é que o discurso se molde a um conjunto de unidades submetidas a uma mesma regularidade que está circunscrita na memória social e cultural de um povo.

Desse modo, um enunciado, embora traga uma nova informação, não é de todo novo, pois segue uma regularidade esperada. No processo de relação entre enunciadores em um discurso produto, existem unidades que se referem diretamente a certos setores da sociedade. No caso da produção escrita ou do discurso literário de Rufino dos Santos, podemos notar pela circulação, formatação e pela utilização que se trata de um discurso que circula no campo da literatura.

A ideia de campo, quando se trata de discurso literário, é uma boa metáfora topográfica (MAINGUENEAU, 2018, p. 91), porque não se pode assegurar uma manifestação única, ou seja, organizar-se em gêneros do discurso facilmente relacionados a esferas da sociedade; o discurso literário, ao contrário, estabelece-se como um campo que, ao mesmo tempo, pertence e está fora da sociedade, pois o discurso literário não se manifesta de maneira previsível como os discursos dos outros campos, como o do jornalismo ou o da política. A essa condição chamamos de “paratopia”, porque a existência está dada no conflito entre a ocupação de um lugar social imprevisível, criado no momento da enunciação.

O discurso literário é, assim, um discurso que não pertence a um território prévio, mas cria pela enunciação um território que tem prestígio na sociedade, ao ocupar uma posição de valor na memória discursiva e criar um autor que se torna consagrado socialmente, se torna uma espécie de autoridade (MAINGUENEAU, 2008b). Ao nos depararmos com um discurso que esteja

citado como literário, buscamos pontos de semelhança com outros registros de discurso literário que estejam em nosso *Arquivo*⁵. O discurso literário

associa assim, intimamente, o trabalho no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagradas e uma gestão na memória (MAINGUENEAU, 2008a, p. 38).

O lugar na memória discursiva projeta no discurso literário um lugar de pertencimento e, por esse posicionamento, goza de prestígio. Alcançar um lugar na memória discursiva significa ter em si força constituinte em relação a outros discursos, de maneira que os outros discursos são constituídos com base nele, estejam submetidos, de certa maneira, ao discurso literário.

O discurso literário dá sentido aos atos da coletividade, é *constituente* e, por isso, não há de si outra enunciação, na medida em que submete outros discursos aos seus princípios (MAINGUENEAU, 2000). Desta maneira, o discurso literário é como um leque ao qual está acoplada uma vasta gama de gêneros do discurso e todas essas unidades têm como escopo a cena literária.

A constituição literária constrói sua própria legitimação na sociedade e essa legitimidade só poder ser atingida, de fato, caso o discurso constituinte literário se associe a um autor de prestígio. Embora o discurso literário não seja autorizado por outro discurso, ele é sempre considerado vinculado a um autor que o legitima como literário. É assim o autor e o discurso literário, uma única instância de validação, na mesma medida em que o discurso valida um enunciador como autor, o autor valida um discurso como literário. O processo de constituição de um autor, entretanto, acontece em uma zona problemática, pois em que medida considerar um enunciador autor de um discurso e, ainda, considerar um discurso produzido por um autor já consagrado socialmente como literário?

Vemos que autores de discurso literário se revelam por dimensões variadas. Não são todos os discursos passíveis de terem agregados a si um autor, mas, quando pensamos na instância autoral, a princípio, nos voltamos

⁵ A noção de *arquivo* aqui está sendo tomada de acordo com o proposto por Maingueneau em *Termos-chave da Análise de Discurso*, que substitui a noção de Formação Discursiva e relaciona o *corpus* a o processo de estabilidade na sociedade (1998, p. 19).

para aquele que enuncia. Nessa situação, compreendemos o autor como o sujeito que utilizou um gênero de discurso sobre sua própria enunciação, e, dessa maneira, tem em si certa responsabilidade sobre o enunciado (MAINGUENEAU, 2010a). Há, contudo, uma instância autoral mais elevada, aquela que pode ser relacionada à atividade de produção de textos. Nesse nível, o autor está relacionado a uma gama reduzida de produção de gêneros do discurso, pois é comum, dessa maneira, estar sempre relacionado à preposição “de” (MAINGUENEAU 2010a).

Existe ainda, uma última instância que pode ser alcançada por um autor, uma instância autoral que se constrói como correlato de uma *Obra*, ou de um *Opus*, cuja enunciação será sempre elevada a um *status* de prestígio. A imagem desse autor sempre será relacionada a esse *Opus* e, com ele, terão poder ambos em sua relação com a sociedade. É nessa instância que buscaremos analisar o discurso de Rufino dos Santos.

Rufino dos Santos, além de produzir textos literários, foi um pesquisador plural e intelectual de grande produção acadêmica. Em certa medida, sua produção literária, acadêmica e intelectual constitui um diálogo sobre as relações raciais no Brasil, a valorização da produção artística e cultural negra, o folclore, as festas populares, as escolas de samba, o desafio da reconstituição da formação nacional a partir da questão racial, a exclusão social construída e reconstruída sobre a base racial, ou seja, ela constitui uma relevante contribuição para se discutir o Brasil por meio do *negro brasileiro, brasileiro negro ou afro-brasileiro*.

Em função do que antecede, esta tese se organiza da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, discutimos as condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso de Rufino dos Santos, buscando apresentar as questões do negro no Brasil, traços biográficos do autor e as pesquisas em torno de sua produção. No segundo capítulo, apresentamos a fundamentação teórico-metodológica, a AD, mais especificamente a perspectiva enunciativo-discursiva de Maingueneau, discutindo as noções de discurso, discursos constituintes, discurso literário, paratopia, autor, *opus* e arquivo. No terceiro capítulo, detemo-nos sobre os procedimentos metodológicos e *corpus*. E, no último capítulo,

nossos procedimentos metodológicos e propomos um percurso analítico do *opus* de Joel Rufino dos Santos.

Apesar dessa divisão didática, entendemos que fazer uma análise do discurso é um processo complexo que compreende cada um dos passos da pesquisa. Desse modo, realizamos pequenos processos analíticos que atravessam as questões objetivas de cada momento do texto em todos os capítulos, pois consideramos o processo analítico como um *continuum*, do primeiro apontamento das condições de produção até o último recorte da materialidade linguística que compõe o *corpus*.

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E CULTURAIS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO LITERÁRIO DE JOEL RUFINO DOS SANTOS

Neste capítulo, levantamos as condições sócio-históricas e culturais da produção e circulação do discurso de Rufino dos Santos. Esse levantamento compreende traços da biografia da pessoa empírica do historiador, as questões do negro na sociedade brasileira e o modo como sua produção foi lida e citada por trabalhos acadêmicos ao longo dos anos.

Em AD, não é possível desempenhar uma análise sem reconhecer as condições que subsidiam o momento de produção do discurso, suas determinações sociais, históricas e culturais. Pêcheux (1997) revela que os princípios fundamentais da AD são provenientes das condições ideológicas e das reproduções/transformações das relações de produção. O autor considera que, na AD, a compreensão da historicidade vem da observação dos efeitos de sentido que emergem em um discurso, pois

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existem em si mesmo, isso é, em uma relação transparente com a literariedade significativa, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, as expressões e as proposições são produzidas, ou reproduzidas (PÊCHEUX, 1997, p. 146).

Ao trazer as questões da relação entre os efeitos de sentido e a ideologia, o pesquisador mostra quão relevantes são as condições de produção do discurso. Ora, se não há uma relação transparente com a literariedade significativa, compreender as condições que estão em jogo no processo é fundamental para negociar os efeitos de sentido. Dessa forma, percebemos que o discurso é social, cultural e historicamente localizado.

Ao se desenvolver epistemologicamente, a AD não muda de posição quanto a essa questão. Maingueneau (1997, p. 11) aponta que “a AD depende das ciências sociais e seu aparelho está assujeitado à dialética da evolução

científica que domina esse campo”. Uma vez que a AD conserva especificidades com as condições sócio-históricas e culturais de produção, os analistas entendem que a produção dos enunciados acontece porque tem condições propícias para acontecer, pois a produção discursiva é sempre um evento de seu tempo, de seu local, da sua cultura, da sua sociedade.

As afirmações acima valem para as pesquisas em AD, mas elas são ainda mais importantes quando tratamos do discurso do negro e da identidade negra. Carreira (2015) defende que analisar o discurso do negro inserido no universo intelectual-literário

significa também resgatar na memória nacional uma gama gigantesca de autores relegados a segundo plano; significa romper com o purismo academicista que ignora a afrodescendência de Machado de Assis, por exemplo, para construir uma literatura negra e redefinir o panorama literário nacional (...) (CARREIRA, 2015, p. 62).

Desse modo, a autora nos mostra como fazer esse movimento de busca das condições de produção é mais do que apenas uma contextualização, mas parte da análise que “resgata” – nós diríamos remonta – uma memória nacional que foi apagada. Verificamos que esse ponto teórico também figura no discurso de Rufino dos Santos, ele aponta que

a sociedade brasileira é o conjunto de relações sociais estruturado sobre a posse, pelo que chamamos de branco, do corpo do outro, que chamamos de preto (ou negro, ou afrodescendente etc.); a sua negação é o que chamamos de História do Brasil. As sociedades, como os indivíduos, podem adoecer e, uma das possibilidades de isso acontecer é quando a vontade de gozar do outro destrói a estrutura simbólica sobre a qual ela se ampara, impossibilitando o desejo (RUFINO DOS SANTOS, 2009, p. 87).

Para Rufino dos Santos, a própria História do Brasil se constitui na negação do processo de racista nas relações entre os corpos brancos e negros, de modo que é necessário não apenas resgatar uma memória, mas reescrevê-la, remontá-la; apenas (re)elaborando as condições – as estruturas simbólicas – que permitiram que aquele discurso fosse produzido.

Partindo dessa reflexão, buscamos discutir as condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso de Rufino dos Santos no que se refere ao

status do negro no Brasil, alguns aspectos biográficos da pessoa de Rufino dos Santos, a recepção de sua produção e as questões de negritude.

1.1 O negro no Brasil

Joel Rufino dos Santos: [...] Agora, eu acho que é preciso ir além daquilo que o Clóvis faz, que é uma história sequencial, uma história linear do negro, acompanhando uma outra história maior, mas também linear e sequencial, que é a história do Brasil. Então eu perguntei a ele uma vez, falando desse livro dele, se ele acha que a história do negro seria a mesma se a história do Brasil fosse outra. Bom, tem duas respostas: uma é que seria, e outra é que a história do Brasil é uma conversa fiada. Então, se a história do negro acompanhasse a história do Brasil, também iria sofrer essa... Porque a história do Brasil é conversa fiada, não é? A história do Brasil é uma linha que evolui do descobrimento à presidência da República atual, de 1500 a 2013. Como é essa sequência? Essa sequência é fajuta. Não existe essa sequência. Ela é inventada. É ideológica (PEREIRA, PEREIRA, ALBERTI, 2013).

Durante a história brasileira, o povo negro passou por um longo silêncio imposto. As vidas de homens e mulheres escravizados, de sua descendência e suas raízes foram apagadas. Nesse processo, até mesmo os movimentos culturais que nasciam no seio da comunidade de negros foram criminalizados e rechaçados pelos brancos. Mas, ao mesmo tempo, a história dessa sociedade é um epítome de resistência e de luta. Hoje, parte dessa luta se dá pela escrita/narração da própria história.

Desde a metade do século XIX, mais ou menos, os responsáveis legais pela construção do país operavam um silogismo: se branco é bom trabalhador e os alemães são os mais brancos europeus, a política de imigração deve se concentrar neles. De toda forma e nos termos mais genéricos, o que vai ficando claro com o avanço das análises é que no projeto de nação das elites brasileiras, em vias de se completar hoje, não há lugar para o negro e o índio. Essa deliberação, traduzida em estratégias políticas, aparece como causa maior do que se convencionou chamar de marginalização (ou exclusão) do negro (RUFINO DOS SANTOS, 1999, p. 141).

Tratar do negro no Brasil é um desafio, pois, como afirma Rufino dos Santos, o processo de criação da nossa sociedade está baseado na exclusão do negro e na negação dessa mesma exclusão, ou seja, para além da dificuldade

do resgate das informações em si, há uma necessidade de reconstituir o que sistematicamente tem se tentado apagar. É por causa desse desafio que Rufino dos Santos⁶ (2015) afirma que fundamental para aqueles pesquisadores que buscam trabalhar questões relativas à negritude é partir do modo como o próprio negro percebe a sua história. Para o autor,

os negros tendem a ver sua história no Brasil como sucessão de três capítulos: a rebeldia (de que Palmares e Zumbi são o apogeu), a marginalização e a luta contra o racismo. Como toda visão do passado, esta é, naturalmente, parcial e ideológica. Não se trata do passado objetivo (até onde se pode falar disso), mas da percepção do passado a partir de um certo ângulo do presente. Uma súpula da história do negro no Brasil (ou do negro brasileiro, ou ainda, do brasileiro negro) deve começar, assim, pela atualidade, desvelando as condições e maneiras pelas quais o negro percebe a sua história (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 12).

O tema é desenvolvido sob três aspectos, que o autor nos alerta serem considerados como as etapas da história dos negros no Brasil: a rebeldia expressa nos levantes dos escravizados e nos quilombos, a marginalização dos ex-escravizados e seus descendentes e a luta contra o racismo configurada no movimento negro contemporâneo. Desse modo, podemos perceber que tratar das questões do negro no Brasil como condição de produção do discurso de Rufino dos Santos não é, como se poderia esperar, realizar um levantamento historiográfico de como a população negra foi tratada, mas cabe-nos, aqui, levantar os aspectos sócio-históricos e culturais que subsidiam o próprio discurso.

Os momentos sócio-históricos apresentados por Rufino dos Santos (2015) – rebeldia, marginalização e luta – se voltam para Palmares, que segundo o autor, ocupa um século inteiro dentre os cinco séculos de existência histórica do Brasil. De certo modo, a escola, o folclore, a mídia, ainda de acordo com Rufino dos Santos, buscaram desconstruir todos os signos que Palmares construiu sobre o negro:

⁶ Rufino dos Santos (2015), verificando a necessidade de compreender melhor o *status* do negro no Brasil, realiza a pesquisa “Relações Brasil-África entre os séculos XVI e XIX” em que discute, com uma abordagem historiográfica, o papel desempenhado pelo negro na história do Brasil e faz, simultaneamente, um levantamento do que o negro sabe, do que se sabe sobre o negro e, na confluência dessas duas vias, do que o negro sabe de si, a visão sobre si mesmo que o negro vem construindo no Brasil.

Dos cinco séculos que tem o Brasil de existência histórica, Palmares sozinho ocupou um inteiro. Tudo aquilo que o homem comum foi levado a pensar do negro — pela escola, pelo folclore, pelo livro e pela mídia —, Palmares desmente. A imagem que o branco brasileiro faz do negro, a que o próprio negro faz de si, é a do antagônico branco: perverso, desorganizado, traiçoeiro, irracional, destituído de civilização. Ora, a revelação de Palmares tem sido a contraprova disto, e não no plano da retórica política, ou do discurso ideológico, mas no “sagrado terreno da história” (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 91).

Como podemos ver, Palmares, para Rufino dos Santos, é a chave para compreender o negro, pois o estudo de “Palmares talvez represente a chave da formação social escravista, que aqui vigorou por quatro séculos, vale dizer 4/5 do nosso passado” (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 90). Entretanto, o que se vê, na História, na mídia, no folclore, na escola, é a imagem do negro como a antítese do branco, como a oposição ao que é educado, civilizado, organizado.

A partir dessa caracterização, o autor afirma que, nos termos mais genéricos, existe um projeto de nação das elites brasileiras esboçado no século XIX, elaborado e completado no XX, em que não há lugar para o negro – e para o índio – e a esse projeto, traduzido em ações políticas e estratégias sociais, podemos atribuir a “causa maior da que se convencionou chamar *marginalização do negro*” (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 141). Nesse sentido, e não em outro, é que se pode dizer que a sociedade brasileira é essencialmente racista.

Matos (2021, p. 23), na esteira de Gonzaga (1981), afirma que o termo “marginal” se difundiu no início da década de 1950, quando irrompeu uma consciência eufórica de progresso no Brasil. O pesquisador pondera que eram conhecidos como marginais, os habitantes das favelas urbanas, mas que a situação de marginalidade era tida como transitória, resultado passageiro do crescimento econômico. É, contrário a esse entendimento, que Rufino dos Santos (2015) coloca a marginalização do negro no Brasil. Segundo o autor,

Não carece voltar ao discutido cruzamento raça-classe para ver que a imagem do escravo se colara, naqueles trezentos e tantos anos, inapelavelmente na pessoa dos negros. Qualquer análise da sua situação hoje deve pois, arrancar deste fato: os estereótipos contra o escravo se ergueram como primeira e mais sólida barreira à sua inserção no “país moderno” com que sonhavam os abolicionistas. Os estereótipos e a barreira se levantaram em todo o país — conformando-se, ainda aqui, aos distintos compassos regionais de mudanças —, gerando as mais

diversas modalidades de marginalização (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 141).

Desse modo, podemos perceber que a situação do negro é criada pelo Estado, manipulando o preconceito que associava, integralmente, a imagem da pessoa escravizada à imagem do negro, à imagem do mau cidadão. Esse Estado executou uma política deliberada de branquear o país, o que, segundo Rufino dos Santos (2008, 2015), significava todo apoio ao imigrante e nenhum ao trabalhador nacional, enquanto a população negra, pós-Abolição estava desamparada, sem instrução e abandonada, no momento da decolagem da economia empresarial.

Em geral, os brasileiros, negros e brancos, tendiam a perceber o racismo “como aquilo que há nos Estados Unidos”, como o *apartheid* da África do Sul. O senso comum, segundo Rufino dos Santos (2015) distingue racismo – endêmico naqueles dois países, epidêmico em alguns outros – de preconceito racial. “A segregação e o conflito, supostamente ausentes do caso brasileiro, caracterizariam o *racismo*, enquanto o *preconceito*, sua forma mais branda, benigna, seria o ‘não gostar de pretos’” (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 15).

Durante boa parte do século XX, falar de racismo era falar de algo diferente do que sofreu e sofre a população negra no Brasil. Falar de racismo era apontar tópicos de uma segregação que aconteceu/acontece em outros países, o que não poderia ser verificado na História do Brasil, uma vez que a escravização havia acabado e este era o país da democracia racial. A própria ideia de marginalização era transitória e haveria uma valorização de itens da cultura dos negros – como a culinária e as artes – como itens da cultura nacional. Segundo Rufino dos Santos,

a sociedade brasileira diminuiu, nos últimos cinquenta anos, sua resistência à ascensão das pessoas não brancas — pelas artes, pelos esportes e, em grau menor, pela política. A cidade, mais elástica que o campo, permitiu ao negro a livre associação, brotando por toda parte aquilo que alguém, com propriedade, chamou “grupos específicos”. E, enfim, as contradições subjetivas do ser brasileiro (por assim dizer) permitiram ao negro, em alguns terrenos importantes, simbolizar e até mesmo representar a Nação. Será sem dúvida esse — contraditar o *mito da democracia racial* — o principal obstáculo ao crescimento dos movimentos negros (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 21).

O negro, enredado pelo mito da democracia racial⁷, marginalizado em sua condição socioeconômica, mas de certa forma reconhecido parcialmente como representante cultural do que poderia se chamar Brasil, se vê como minoria.

A emergência de uma geração de graduados negros e o aumento, em gênero e grau, das desigualdades raciais, foram, assim, o terreno fértil em que germinaram os movimentos negros brasileiros; as influências norte-americana e africana, a sua semente. Ora, na sua primeira etapa (digamos, entre 1970 e 1980) essa frustração social, que está na sua base, lhe imprimiu a marca; os movimentos negros trabalham politicamente o ressentimento, e o tom do seu discurso é a mágoa pela pouca consideração do branco, há como que uma ânsia em arrancar do brasileiro comum a confissão de que é racista. O racismo é apreendido, nesta fase, como fenômeno episódico, isolado. As lideranças encaram então a problemática negra como “problemática de minoria” (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 19-20).

Ainda hoje, vemos as condições do negro sendo tratadas como que pertencentes a uma minoria, como se a população negra não fosse o motor econômico do país, como se sua identidade não fosse fundamental para o Brasil. É a geração de intelectuais negros da qual Rufino dos Santos faz parte que **leva** a importância dessas questões e reconhece a marginalização, não apenas econômica, mas em todos os aspectos sociais e culturais na qual o negro está colocado.

Por causa dessa marginalização, o ato de escrever ou narrar passa a ser tido pela sociedade negra como uma obrigação moral. A negritude, assim, incorpora a crença de que a história pode ser “interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária”, como afirma hooks (1990, p. 152). Desse modo, é por meio da narração, ou melhor, da autonarração que é possível apropriar-se da própria vida, transformar a própria realidade.

⁷ Em 1964, Florestan Fernandes afirma que a ideia de que a “democracia racial” mais que um ideal era um mito. O autor afirma que: “Portanto, as circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da 'democracia racial' surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais 'aristocráticos' da 'raça dominante'. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder” (FERNANDES, 1965. p. 205).

Para hooks (1989), a resistência da sociedade negra a partir da criação literária é uma busca pela posição de sujeito, porque apenas os sujeitos “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p. 42). Do contrário, a realidade do negro é definida por outros, suas identidades são criadas e sua “história designada somente de maneiras que definem a relação com aqueles que são sujeitos” (hooks, 1989, p. 42).

Como podemos perceber, hooks (1989) nos aponta que a história do negro, a realidade do negro, pouco tem a ver com a relação que encontramos na História oficial, pois, da mesma maneira como entende Rufino dos Santos, a história do negro não está registrada na História.

Literatura nada mais é que o arquivo artístico da condição humana, enquanto as outras disciplinas só arquivam fatos específicos – econômicos, políticos, administrativos, de política internacional etc. O que se encontra exclusivamente nela? Os desejos e as afeições, os fantasmas e os monstros, as angústias e os sonhos – precisamente naquilo que é universal em nós, nossas expressões sinceras. Nelson W. Sodré gostava de lembrar seus alunos (eu fui seu assistente sem deixar de s -lo) que o objeto por excelência da literatura são as relações de família, as sentimentais, o ódio, a inveja, os vícios, os insólitos. O romance, já se disse,   a melhor voz da filosofia, sem perder seu caráter de romance (RUFINO DOS SANTOS, 2008a, p. 155-156).

Aqui, verificamos que a importância de se analisar o discurso literário de Rufino dos Santos, principalmente levando em consideração os textos dedicados às crianças e aos jovens, d -se pela compreensão de que seu trabalho configura um relevante meio de estudos sobre as identidades, com ênfase nas identidades negras, além de permitir que se amplie a consciência da história do povo negro.

1.2 O sujeito negro

Vale neste t pico sobre a constituição do sujeito, determo-nos sobre os conceitos de *negritude* e de identidade negra. Rufino dos Santos (1999) define negro como:

negro é um lugar social instituído por diversas coordenadas: a cor escura da pele, a cultura popular, a ancestralidade africana,

a ascendência escrava (remota ou próxima), a pobreza, a atribuição da *identidade negra* pelo outro e a assunção dessa identidade por si. Para certificar-se de que se trata de um lugar, um *topos*, basta pensarmos nas dificuldades que temos, no Brasil, em classificar indivíduos que não preencham um daqueles requisitos. Um preto rico, ou que não saiba sambar, ou que não se assume como negro, ou que não seja visto pelos amigos como tal — é menos preto. Essa peculiaridade brasileira — o *negro como lugar e não como raça* — tem sido um dos óbices à compreensão das nossas relações raciais por estrangeiros, especialmente norte-americanos (RUFINO DOS SANTOS, 1999, p. 114, grifos nossos).

Ora, o que interessa é a consciência de ser negro, a *identidade*, o lugar do negro, aquilo que Césaire (2012) assevera em

la conscience d'être noir, simple reconnaissance d'un fait qui implique acceptation, prise en charge de son destin de noir, de son histoire, de sa culture ; elle est affirmation d'une identité, d'une solidarité, d'une fidélité à un ensemble de valeurs noires⁸ (CÉSAIRE, 2012, p. 63).

Ser negro está na imbricação da aceitação do destino, da cultura, dos valores negros, mas conhecendo que essa identidade não é, como afirma Rufino dos Santos, uma identidade por si, ela é um processo de criação que deve levar em conta os movimentos históricos, sociais e culturais de seu apagamento, de sua pulverização. Para Rufino dos Santos,

A negritude [é] o grande e terrível recalque nacional. O que nos particularizaria entre as nações do Mundo é o que estamos absolutamente incapacitados de ver, daí a nossa alienação e a nossa neurose: o ser substantivamente negro. No plano da estratégia política, decorreria daí um caminho para a luta organizada contra o racismo: nacionalizar a problemática negra. Para os estudiosos dela, um plano de trabalho: desvelar as articulações entre raça, sociedade, etnia, cultura, nação e personalidade nacional, processo civilizatório etc. Nada disto é exatamente novo para os intelectuais que se debruçam sobre a cultura do racismo — este complexo e eficaz feixe de idealizações e recalques da personalidade brasileira. São dilemas postos, há certo tempo, na pauta das lideranças negras e seus poucos aliados (RUFINO DOS SANTOS, 2015, p. 153).

⁸ Tradução nossa: “a consciência de ser negro, simples reconhecimento de um fato que implica aceitação, apropriação de seu destino de negro, de sua história, de sua cultura, é uma afirmação de uma identidade, de solidariedade, de lealdade a um conjunto de valores negros” (CÉSAIRE, 2012, p. 63).

Vejamos que, para inibir a ameaça da pulverização cultural, o negro corre o risco de se refugiar na prática obsessiva da reconstituição de uma identidade supostamente estável, fixa, imóvel, quando a dinamicidade complexa é que deveria constituir o jogo necessário para a distinção entre alteridade e diferença. O discurso pós-colonial supõe o bloqueio das raízes únicas para que aflorem estratégias alternativas de representação cultural nas quais se articulam as diferenças históricas e os valores em construção. Nesse sentido, talvez se recupere uma ordem identitária de representações etnoculturais em que se expressam matrizes que, embora contaminadas pelo processo de assimilação colonial, possibilitam a afirmação da alteridade na diferença,

Desse modo, parece-nos necessário que a identidade do negro, a negritude articule diferenciais históricos inseridos no âmbito de construtos culturais, conceitos de nacionalidade, comunidade, cidadania e éticas de afiliação social, à problemática da alteridade inscrita no âmbito de um discurso complexo não como diferença, mas como possibilidade de convivência. Como afirma Rufino dos Santos (2013, p. 30) “a escravidão foi o principal motor da nossa identidade”.

Nascimento (2021, p. 19) defende que é por meio de estudos com perspectiva discursiva que se pode evidenciar os aspectos “impostos à constituição da identidade do sujeito negro, no universo sociocultural do Brasil”. Ao tratar dessa constituição identitária, o pesquisador nos alerta que no escravismo colonial, como lugar de intensa exploração e gênese dos traços racistas, ser negro e negra consistia em sofrer a pressão do passado pelo apagamento das tradições, de modo que o *sujeito negro* teve sua identidade marginalizada pelas condições políticas e econômicas opressoras. Assim, “os traços do discurso racista passam a operar nas fronteiras linguísticas” (NASCIMENTO, 2021).

Rufino dos Santos assevera, em consonância com essa reflexão, que

O senso comum, manifestado em muitos livros didáticos, apresenta o escravo negro apenas como um animal de tração e operário da enxada. No entanto, a mineração de ferro no Brasil foi ensinada pelos africanos, assim como a criação de gado e o principal da culinária. Vieram da África donas de casa, amas de leite, artífices em ferro, comerciantes de panos e sabão, além de uma infinidade de ocupações e ofícios. Se o professor reler os

casos que apresentei no capítulo 1, verá a gestação da nossa psicologia social: um sentimento rígido de hierarquia, uma impiedade natural nas relações de trabalho, uma promiscuidade (aqui sem significado moral) entre senhores e escravos – o que levou à crença de sermos uma democracia racial. Na verdade, essa democracia racial é um desejo que compõe, ele próprio, a nossa identidade. Não durante a escravidão. Enquanto ela durou, não havia dúvida sobre o papel dos escravos (negros e índios) – trabalhar, trabalhar e trabalhar – e o papel dos senhores (brancos, mestiços ou negros) – mandar, mandar e mandar. A circunstância dos escravos serem quase sempre índios e negros acabou por confundir “raça” e classe (note que raça sempre deve ser escrita com aspas. No caso da humanidade, raça é a própria espécie) (RUFINO DOS SANTOS, 2013, p. 30-31).

Percebemos que a fetichização da diferença, ignorando o *entrelugar* da subjetividade pós-colonial onde se evidencia a permanência do outro, a falta, a perda, a não coincidência dos sujeitos, exacerba o racismo e provoca a obsessão da identidade. Assim, sem negar as ambiguidades características das construções de identidades complexas, propomos que Rufino dos Santos assume o contraditório para valorizar, no processo de construção da negritude, as referências culturais apagadas e/ou desprivilegiadas.

1.3 Joel Rufino dos Santos e sua obra

Rufino dos Santos escreveu livros para crianças, jovens e adultos, ficção e não ficção sobre os quais falaremos mais detidamente no tópico de composição do *corpus* para as análises desta tese. Sua obra constantemente remonta ou traz como tópico aspectos de sua vivência pessoa, de sua militância política e dos resultados de suas pesquisas científicas.

O próprio Rufino dos Santos, ao abordar sua produção, reconhece que sua produção esteve relacionada o lugar de onde vem, de onde parte a sua relação com os outros e com a negritude.

O lugar de onde a olhei é privilegiado – sou, portanto, suspeito. Lugar de intelectual negro, classe média, que nunca passou fome e frio. Lugar suspeito, mas não desprezível, já que este próprio lugar me permite pensar os outros e a mim em relação com eles (RUFINO DOS SANTOS, 2009a, p. 21).

Segundo Rufino dos Santos (2008), desde criança se encantava com as histórias que a sua avó Maria lhe contava e as passagens da Bíblia que ouvia. Elas são o tripé de sua paixão pela literatura: as histórias de sua avó, a questão da religiosidade e os gibis que leu na infância. Na juventude, mudou-se com a família para o bairro da Glória e pouco depois entrou para o curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, onde começou a sua carreira de professor, dando aula no cursinho pré-vestibular do grêmio da Faculdade. E, convidado pelo historiador Nelson Werneck Sodré para ser seu assistente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), lá conviveu com grandes pensadores, e foi um dos coautores da *História Nova do Brasil*, um marco da historiografia brasileira.

Com o golpe de 1964, Rufino dos Santos, por sua militância política, precisou sair do Brasil, asilando-se na Bolívia, depois no Chile. Com o exílio, não só interrompeu a sua vida acadêmica, como também não participou do nascimento do seu primeiro filho, que se chama Nelson em homenagem ao mestre e amigo.

Voltando ao Brasil, viveu semiclandestino, e foi preso 3 vezes. Na última, cumpriu pena no Presídio do Hipódromo (1972-1974). As cartas, muitas, que escreveu para Nelson, foram, mais tarde, publicadas no livro *Quando eu voltei, tive uma surpresa*, que recebeu, da FNLIJ, o Prêmio Orígenes Lessa - O melhor do ano (2000) para jovens leitores.

Com a aprovação da Lei da Anistia, foi reintegrado ao Ministério da Educação e convidado a dar aulas na graduação da Faculdade de Letras da UFRJ e, posteriormente, na pós-graduação da Escola de Comunicação da mesma universidade. Recebeu os títulos de “Notório saber e alta qualificação em História” e “Doutor em Comunicação e Cultura”. Também lhe foi outorgada, antes de seu falecimento em 2012⁵, pelo Ministério da Cultura, a comenda da Ordem do Rio Branco, por seu trabalho pela cultura brasileira.

1.3.1 A pesquisa em torno do discurso de Joel Rufino dos Santos

Joel Rufino dos Santos foi diretor do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro; presidente da Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura);

membro do Conselho de Cultura da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro; subsecretário estadual de Defesa e Promoção das Populações Negras; subsecretário da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; diretor de comunicação social do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional do Trabalho; representante do Brasil no Comitê Científico Internacional da UNESCO para o Programa "Rota dos Escravos"; consultor brasileiro do Programa Escolas Associadas, da UNESCO; membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro; consultor especial do Ministério da Cultura para o Programa Centenário da Abolição; membro do Comitê Internacional da Diáspora Negra, em Washington DC; e ainda assim, é um desconhecido. Seu nome pouco figura entre os livros de História do Brasil e há pouco estudo sobre sua vida e obra.

Quando buscamos o nome de Rufino dos Santos na plataforma Lattes, por exemplo, encontramos não mais que 90 trabalhos⁹ (entre concluídos e em andamento), com grande maioria concentrada nas áreas de História, Educação e Literatura Comparada. Além disso, ao se buscar menções à produção de Rufino dos Santos em bases de consulta como Google Acadêmico, Scopus, SciELO, Periódicos CAPES (de 1990 – marco de criação da maioria dessas bases – a 2022), verificamos que a quantidade de citações não chega a 300 trabalhos. A título de comparação, esse número é 10 vezes menor que os que se encontra com pesquisas sobre outros cientistas brancos da mesma época, como Roberto Da Matta ou Nelson Werneck Sodré.

Em função da carência de pesquisa sobre a obra de Rufino dos Santos, fizemos um levantamento das pesquisas mais recentes e que trazem os temas que mais se destacam na fortuna crítica, nas condições de recepção e circulação da produção do referido autor.

Em 2008, Eliane Santana Dias Debus¹⁰ tem como foco de análise os títulos de literatura infantil de Rogério Andrade Barbosa, Joel Rufino dos Santos e Júlio Emílio Braz, autores que (re)contam narrativas da literatura oral africana

⁹ Pesquisa realizada várias vezes entre 2019 e 2022, último acesso em 19 jul. 2022.

¹⁰ DEBUS, Eliane Santana Dias. A cultura africana e afro-brasileira na literatura de Joel Rufino dos Santos, Júlio Emílio Braz e Rogério Andrade Barbosa: interações possíveis. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*, São Paulo, 2008.

e afro-brasileiras, com a tentativa de destacar as contribuições que os títulos desses autores oferecem à formação literária do leitor, tanto pelos aspectos estéticos quanto pelos culturais. Já Amauri Mendes Pereira, Amilcar Araujo Pereira e Verena Alberti entrevistaram Santos para o volume 26 da revista *Estudos Históricos*, em 2013¹¹, para tratar de sua historicidade e dos percursos do negro e da história do Brasil. E Rodrigo Pires Paula, em artigo¹² de 2014, busca estudar a produção de Rufino dos Santos, mais especificamente o romance histórico *Zumbi* (1985/2005), como contranarrativa da nação brasileira e fruto de um posicionamento que faz a antropofagia da antropofagia oswaldiana.

Em 2015, Idemburgo Pereira Frazão¹³, um dos pesquisadores que mais publicou a respeito da obra de Rufino dos Santos, busca investigar a forte relação identitária entre Rufino dos Santos e Lima Barreto, tendo como fio condutor as afinidades identitárias e as reflexões de ambos sobre aspectos fundamentais da cultura, da história e da literatura brasileira. Em 2013¹⁴, Frazão, já havia estudado as estratégias de Rufino dos Santos em utilizar elementos históricos em suas obras de ficção sobre ícones da cultura brasileira, como Zumbi, Clementina de Jesus, Carolina Maria de Jesus e Lima Barreto entre outros.

Izabely Barbosa Farias Cássia Maria Bezerra do Nascimento, em apresentação da ABRALIC¹⁵, em 2017, faz uma análise da *Residualidade Literária* na obra de Rufino dos Santos a fim de apontar os mitos ficcionados pelo historiador e os resíduos da cultura indígena ativos na região amazônica. No ano seguinte Andressa Monteiro de Carvalho e Idemburgo Pereira Frazão Félix¹⁶, discutem em *Quando voltei, tive uma surpresa* (2000) enquanto laboratório de

¹¹ PEREIRA, Amauri Mendes, PEREIRA, Amilcar Araujo e ALBERTI, Verena. Entrevista com Joel Rufino dos Santos. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)* [online]. 2013, v. 26, n. 52, pp. 491-518. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200012>>. Epub 06 Mar 2014. ISSN 2178-1494. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200012>.

¹² PAULA, Rodrigo Pires. A contranarrativa de Joel Rufino dos Santos e o mito da nação. *Em Tese*, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 94-106, ago. 2014. ISSN 1982-0739. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/6018>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹³ FRAZÃO, Idemburgo Pereira. Nos lastros identitários de Joel Rufino dos Santos e Lima Barreto. *Revista UNIABEU*, Belford Roxo, V.8, Número 20, setembro-dezembro de 2015.

¹⁴ FRAZÃO, Idemburgo. Homem de palavra: Joel Rufino e a história como estratégia ficcional. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVII, Nº 05. Rio de Janeiro: CíFEFil, 2013.

¹⁵ FARIAS, Izabely Barbosa; NASCIMENTO, Cássia Maria Bezerra do. Mitos amazônicos: análise residual em 'Vida e morte da onça-gente', de Joel Rufino dos Santos. *Anais da Abralic*, 2017.

¹⁶ CARVALHO, Andressa Monteiro de; FÉLIX, Idemburgo Pereira Frazão. "Quando voltei, tive uma surpresa": o laboratório de Joel Rufino dos Santos. *Anais do XXII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, 2018.

escrita para crianças, analisando a trajetória do autor na escrita e os caminhos que o levaram a escrever literatura infantil. Já em 2019, Daniele Ribeiro Fortuna, em sua dissertação¹⁷, discute *O presente de Ossanha* (2006) como uma narrativa que auxilia a compreensão sobre o negro na escola.

Em 2021, Emanuel Régis Gomes Gonçalves¹⁸ busca estabelecer a formação de Carolina Maria de Jesus enquanto escritora e compreender o diálogo dela com o sistema literário erudito, sobretudo em seus primeiros anos como leitora, a partir de *Carolina Maria de Jesus* (2009a). No mesmo ano, Diogo Joaquim dos Santos, em sua tese de doutorado¹⁹, se vale das caracterizações de racismo, movimento negro e mito da democracia racial de Rufino dos Santos (1984, 1985) para sua problematização da natureza dos dilemas que se colocam para a luta política da população negra brasileira por meio de três eixos centrais que se desdobraram no decorrer da pesquisa. E ainda, Regina Zilberman, partindo de depoimentos e obras de Rufino dos Santos, enquanto integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), narra como se desenvolveu o projeto coletivo *História Nova*.

Agora, em 2022, Jonas Lara Martins, em sua dissertação²⁰, realiza uma análise da pesquisa de Rufino dos Santos sobre dois pontos: o primeiro, de natureza mais aproxima do debate do pensamento social e das interpretações sobre o Brasil, incide sobre uma crítica e revisão da história da formação brasileira e do papel do negro nela; o segundo versa sobre a trajetória de Rufino dos Santos.

Além desses trabalhos de maior fôlego, também há outras quatro publicações que representam como têm crescido a produção e as pesquisas em torno da produção de Rufino dos Santos nos últimos anos:

¹⁷ CARVALHO, Andressa Monteiro de. *O presente de Joel Rufino dos Santos: reflexões sobre o negro e as relações raciais*. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio, 2019.

¹⁸ GONÇALVES, Emanuel Régis Gomes. *Carolina e o sistema literário brasileiro: notas sobre classe e exclusão*. In: MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante et al (org.). *O sistema literário no Século XX: de Lima a Carolina*. Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

¹⁹ SANTOS, Diogo Joaquim dos. *Antirracismo contra a "pós-modernidade": um estudo sobre identidade e revolução no interior da luta antirracista no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

²⁰ MARTINS, Jonas Lara. *Repensando o negro no debate da formação social brasileira: a contribuição de Joel Rufino dos Santos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16134>.

- Raimundo et al. (2022)²¹ relatam as ações realizadas a partir do texto literário *O presente de Ossanha* (2006), pelos bolsistas do PIBID da Universidade Estadual da Paraíba (Campus III), nas aulas de Língua Portuguesa da E.E.E.F.M Antenor Navarro com as turmas de 6º e 7º anos no contexto da pandemia da COVID-19, consequentemente na modalidade de ensino remoto através do Google Meet.
- Artur Favaretto Pereira (2021), em seu TCC²², recorre à obra de Rufino dos Santos (1985) para fundamentar o conceito de “movimento negro”. Segundo o autor, movimento negro pode ser entendido como:

item essencial para a pesquisa que desenvolve como todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro, fundadas e promovidas por pretos e negros. Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (RUFINO DOS SANTOS, 1985, p. 17).

- Patrícia Magalhães Pinheiro e Josiane Beloni de Paula (2022)²³ buscam na produção de Joel Rufino dos Santos (1984) uma fundamentação para o que é “racismo”, em diálogo com outros pesquisadores, trazendo que

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie.

²¹ RAIMUNDO, Amanda da Costa Santos et al. Vozes que transpõem estigmas: o ensino da literatura afro-brasileira no contexto do pibid.. *Anais VIII ENID & VI ENFOPROF / UEPB...* Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/85260>>. Acesso em: 15/07/2022 15:50

²² PEREIRA, Artur Favaretto. *Movimento Negro em Florianópolis - SC: a experiência da Frente da Juventude Negra Anticapitalista (FREJUNA) de 2019 a 2021*. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2022.

²³ PINHEIRO, Patrícia Magalhães; PAULA, Josiane Beloni. Decolonialidade e antirracismo na formação de professoras/es: práticas de resistência negra. *Cadernos de Cajuína*. n. 7, n. 2, ano 2022. e227209. <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v7i2.587>

Ignorância e interesses combinados, como se vê (RUFINO DOS SANTOS, 1984, p. 12).

- E, por fim, Jarbas Vargas Nascimento e Jonatas Eliakim (prelo) estudam a intimidade paterna encenada no discurso literário de Rufino dos Santos, inscrito no espaço discursivo da literatura carcerária contemporânea. Os autores tomam como objeto de análise recortes de *Quando eu voltei, tive uma surpresa* (2000), que reúne cartas enviadas ao filho Nelson de oito anos, no período em que Rufino foi preso político.

As pesquisas que retomam a produção de Rufino dos Santos buscam, em sua maioria, subsídios para compreender o negro, a história sociopolítica da população negra no Brasil e como a questão do negro na sociedade brasileira pode e deve ser abordada em momentos de ensino-aprendizagem na educação. Em outras palavras, as condições de recepção e circulação do discurso de Rufino dos Santos nos apontam para um reconhecimento do autor como relevante voz sobre as questões de negritude, uma referência quando se trata da questão.

Para fundamentar a análise presente nesta tese, no próximo capítulo, apresentaremos as questões da AD que nos parecem pertinentes para uma discussão acerca da identidade e da autoralidade no discurso literário de Rufino dos Santos.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

A AD trata-se de uma disciplina da Linguística que nasceu da confluência entre o Materialismo histórico, a Filosofia a partir do Marxismo, a Psicanálise e a Linguística. É uma disciplina de entremeios a qual já apresenta, desde a sua fundação, a interdisciplinaridade como traço fundamental e que tem como objeto o discurso. Segundo Maingueneau (1990), a AD é uma disciplina que se origina do cruzamento de interesses de diversas ordens, o que demonstra seu caráter interdisciplinar desde a fundação. A disciplina encontrou suas bases no althusserianismo dominante na Filosofia e demais Ciências Humanas, na década de 1960, aliada à Psicanálise, responsável pela noção de sujeito clivado, submetido ao consciente e inconsciente e a Linguística. O próprio conceito de análise foi buscado na Psicanálise que promove a junção da noção de discurso e sujeito.

A gênese da AD está ligada à crítica ao ensino da leitura, no Ensino Médio francês, no qual se preconizava o entendimento do texto pelo próprio texto sem a intervenção do leitor e do escritor. Essa leitura, sob a ótica dessa disciplina emergente, deveria ser menos ingênua e desvelar os posicionamentos político e ideológico, uma vez que os textos os materializam, não podendo serem tomados apenas no tocante às questões gramaticais. Nesse sentido, a AD criou um procedimento de leitura que ultrapassa os limites do Estruturalismo e da Linguística Textual.

Ao analisarmos um discurso com esse dispositivo teórico-metodológico, devemos considerar as condições sócio-históricas da enunciação, tendo no Materialismo Dialético a base epistemológica que não escapa à ideia de ideologia. Esse conceito é influência da obra de Marx, por meio dos trabalhos de Althusser, o qual trouxe os conceitos do marxismo para a linguagem, mostrando manifestações da ideologia a que o sujeito está submetido. Destacamos que esse sujeito, assujeitado pela ideologia, é uma perspectiva adotada nos

primórdios dos estudos da AD e que não se aplica atualmente. O evento discursivo nasce das condições sócio-históricas que mobilizam a enunciação, desse modo, o discurso materializa o ideológico e o linguístico.

Embora a AD seja uma disciplina da **Comunicação e da** Linguística, ela não opera com a língua ou com itens lexicais, mas com o *discurso* materializado pelos elementos da língua, ou seja, parte da materialidade linguística, aliada às condições históricas, sociais e culturais de produção para realizar suas análises. Desse modo, compreendendo que discurso e sujeito não são transparentes, os efeitos de sentido são vistos na negociação que é o processo discursivo.

Mainueneau (2015b) faz uma reflexão acerca dos tipos de pesquisadores envolvidos com a AD e sobre a origem da disciplina como convergência de correntes muito diversas e o fato dela não apresentar um fundador o que destaca, a nosso ver, o caráter interdisciplinar da disciplina. O teórico francês ainda orienta que a AD participa da contemporaneidade pela quantidade de *corpora* que podem ser objeto de análise, ou seja, qualquer produção verbal é passível de uma leitura especializada, algo antes exclusivo dos textos de prestígio. Essa liberdade resulta a necessidade de justificativas plausíveis para o estudo dos *corpora*.

A AD situa-se no espaço de intersecção entre a linguagem, a sociedade e a psique. Nesse sentido, entendemos que as pesquisas empreendidas pela AD tomam o texto como uma manifestação do discurso no qual as condições sócio-históricas e culturais são consideradas e podem ser motivadoras de estudos. Assim, as pesquisas realizadas em AD não geram contribuições apenas para as Ciências da Linguagem, mas aos diversos campos do saber. É uma disciplina autônoma, mas que também faz parcerias com outras. As fronteiras entre as múltiplas práticas de estudo do discurso são continuamente negociadas.

Questionar o que pesquisam os analistas, para Mainueneau (2015b), é algo ambíguo porque essa resposta poderia se referir às motivações pessoais dos pesquisadores ou às que o fato de praticar análise do discurso implica. É preciso ainda interrogar sobre as motivações de ordem social e ideológica que instigam a pesquisa dos analistas em um lugar e momentos dados.

Não é possível atribuir uma finalidade unívoca para as pesquisas em AD que justificaria sua existência ou a maneira como são conduzidas. Assim, esse aparato teórico-metodológico existe independentemente de cada pesquisador, trata-se de um espaço identificável no campo do saber.

Entendemos que a AD possibilitou o estudo da maneira como as relações sociais acontecem discursivamente, pois o discurso é o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa. No texto *Ideologia dos aparelhos ideológicos do estado*, publicado originalmente em 1970, Althusser (1996) faz uma releitura de Marx e distingue uma “teoria das ideologias particulares” as quais exprimem as posições de classe, de uma “teoria da ideologia geral” responsável pela reprodução das relações de produção que são comuns a todas as ideologias particulares. A linguagem, para Althusser (1996), é uma via na qual se pode depreender o funcionamento da ideologia, daí decorre a importância da Linguística nesse contexto.

Uma das mais importantes contribuições de Pêcheux (1997) para a AD foi a ruptura epistemológica com a Linguística Textual, ao colocar o estudo do discurso sob a intervenção de questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. A AD busca analisar um objeto distinto da Linguística de Saussure, esta tem por objeto a língua e aquela, o discurso. A proposta de Pêcheux (1997) fornecia um procedimento de leitura que relacionava as condições de produção com os processos de produção do discurso.

As descobertas acerca do inconsciente realizadas por Freud e Lacan também foram essenciais para a AD, pois modificaram o conceito de sujeito, o qual não é mais uma entidade homogênea, mas um sujeito clivado, cindido que sofre as influências do consciente e do inconsciente do qual emanam os discursos do pai, da escola, da família, das leis, ou seja, o Outro (inconsciente) exerce uma relação de domínio com relação a ele, é de uma ordem anterior, exterior, em relação à qual o sujeito se define, ganhando identidade. Essa concepção de sujeito alia-se à AD porque a disciplina concebe os discursos como um produto de trabalho ideológico do inconsciente.

Lacan (1949/1998) fornecia uma teoria de sujeito condizente com os interesses centrais da AD. O sujeito do discurso não pode dizer o que quer, muito menos determinar os sentidos de seu dizer, ocupa um lugar social e, dele,

enuncia inserido em um processo histórico e ocupa um determinado lugar na formação social que lhe permite enunciar aquilo que é possível naquela formação.

Sobre isso, Mussalim (2003) esclarece que AD não rompe, como se poderia supor, com a Linguística, mas passa a integrar um ramo que privilegia os estudos da linguagem produzida por sujeitos inseridos em determinadas conjunturas históricas e posições sociais. Nesse sentido, faz fronteira, portanto, com a Sociologia, com a Psicologia, com a História, com a Filosofia entre outras áreas do conhecimento. A AD preocupa-se com as condições de produção de um enunciado, responsáveis pela alteração de seu sentido, e não somente com os aspectos linguísticos que poderiam determinar um fenômeno como a ambiguidade, por exemplo, mas se ocupa da relação entre o discurso e as condições históricas as quais geram determinados efeitos de sentido e não outros.

Seguindo a História da AD, aos aspectos trazidos pelas contribuições da AD pecheutiana, somam-se as contribuições de James Harris e Noam Chomsky, segundo Magalhães e Kagawa (2019), o primeiro, que, por meio das análises transfrásticas, transpunha os limites do enunciado, propôs um estudo no qual fossem observadas as ligações entre os enunciados a partir dos conectivos. O segundo, ao postular a existência de um conjunto de regras internalizadas para a geração de sentenças, possibilitou a analogia, feita pela AD, de que as condições de produção são responsáveis pela geração de discursos.

Mussalim (2003), de maneira didática, distingue três fases da história da AD. Para a autora, a primeira fase, preocupa-se com a análise de discursos estabilizados que possibilitavam uma menor carga polissêmica, ou seja, uma abertura menor para a variação de sentido. As condições de produção desses discursos eram mais homogêneas e as posições ideológicas e sociais eram menos conflitantes, de modo que os *corpora* eram formados com recortes dos discursos dos campos político e religioso. Nesse momento, a AD se preocupa com a “máquina discursiva”, segundo a qual condições de produção estáveis geram processos discursivos a partir de argumentos e de operadores cujo objetivo é a construção de proposições, concebidas como princípios semânticos que definem e delimitam o discurso. Desse modo, cada processo discursivo é

gerado por uma máquina discursiva e essas diferentes máquinas discursivas são idênticas a si mesmas e fechadas sobre si mesmas.

Na segunda fase, ainda na esteira de Mussalim (2003), o conceito de máquina discursiva é substituído pelo conceito de formações discursivas (FD). Esse conceito transforma a concepção do objeto da AD, pois o discurso passa a ser percebido como um conjunto de enunciados oriundo de um mesmo sistema de formação, ou seja, o discurso seria constituído por um número limitado de enunciados para os quais é possível definir um conjunto de condições de existência. As FD seriam, portanto, um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e espaço que determinariam, em uma determinada época, área econômica, social, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Nessa segunda fase, o objeto de análise passa a ser as relações entre as FD, e a presença do Outro (outras FD) seria sempre concebida do interior das FD em questão. Então, as FD seriam responsáveis por determinar aquilo que poderia ou não ser dito por um sujeito que ocupa determinado papel social em determinado momento histórico. Elas possuem regularidades e coerções que determinam o que pertence ou não a elas, não se tratam, portanto, de um espaço fechado, pois são invadidas por elementos oriundos de outras FD. Assim, não haveria uma unidade nas FD, mas uma dispersão, de modo que seria papel do analista do discurso verificar essa dispersão, estabelecendo as regras de formação das FD envolvidas. Aqui, eram utilizados discursos menos estabilizados, produzidos em condições de produção menos homogêneas.

Por fim, Mussalim (2003) aponta que, na terceira fase da AD, modifica-se o procedimento de análise, pois não se privilegia o estudo das FD, mas o interdiscurso, espaço de trocas entre as FD. Essa relação interdiscursiva estrutura a identidade das FD em relação. Assim, para a constituição de uma análise discursiva, não seria relevante apenas o conhecimento das FD, mas também a noção de posicionamento, pois as FD são espaços de articularem do discurso e dos posicionamentos.

Além das diferentes fases históricas, Mussalim (2003) também apresenta diferenças (correntes) geográficas das pesquisas em AD. A autora aponta haver a corrente francesa, que se alia à História. A AD, dessa corrente, considera que

os sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia responsável por determinar aquilo que poderá ou não ser dito em determinadas condições sócio-históricas. Já a corrente anglo-saxã considera a intenção dos sujeitos como pilares da interação verbal, fazendo fronteira, portanto, com a Sociologia.

Já no Brasil, segundo Miqueletti (2008), é possível distinguir também três momentos das pesquisas em AD. Em um primeiro momento, as pesquisas evitavam a todo custo ocupar-se do funcionamento interno do texto (privilégio dos aspectos sócio-históricos e culturais em detrimento dos linguísticos); em um segundo momento, ocupava-se exatamente desse estudo (privilégio dos linguísticos em detrimento dos sócio-históricos e culturais); e a tendência atual é abordar o discurso em toda a sua complexidade, entendendo-o como um objeto linguístico e cultural. O que há de comum a essas três correntes é o estudo da discursivização, ou seja estudo das relações entre as situações de produção e de seus processos de constituição. Vale destacar que, o *discurso* é, na atualidade, estudado do ponto de vista do primado do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008b), ou seja, todo discurso nasce de outro, da relação com o outro.

O sujeito na AD também apresenta diferenças de acordo com suas fases. Na primeira fase, a AD compreendia o sujeito como assujeitado, submetido às regras que delimitam o discurso. Na segunda fase, compreendia-se um sujeito cindido, dividido, formado pelo consciente e inconsciente; ele operava na dialogia entre o Eu e o Outro, as representações do inconsciente. Já na terceira fase, o sujeito desempenha diferentes papéis no espaço interdiscursivo. Trata-se de uma representação do lugar social que ocupa. São esses lugares sociais, juntamente com as FD, que serão responsáveis por regular a sua enunciação.

Nascimento (2019a), estudando a enunciação verbo-visual, recorre à proposta de Benveniste para apresentar a perspectiva enunciativa-discursiva da AD da terceira fase. Ele esclarece que são três pontos que integram a perspectiva benvenistiana, que constituem as condições de produção dos enunciados: o material significante, a participação dos interlocutores e a realidade extralinguística. Nascimento (2019a) resume, expondo que essa perspectiva da teoria da enunciação de Benveniste implica a consideração da subjetivação, do interlocutor e do mundo. Além disso, reforça, ainda, que

Benveniste considera o sujeito objeto da Linguística, ou seja, uma instância discursiva, que se expressa por enunciados e não por índices linguísticos externos à situação real de uso. Desse modo, para Benveniste, posta em funcionamento, a língua deve ser apreendida como discurso, pois somente o discurso adquire referência em determinada situação.

Por isso, segundo Benveniste,

o discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a fala? – É preciso ter cuidado com a condição específica de enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato de o locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação (BENVENISTE, 1989b, p. 82).

Nessa perspectiva, *eu* e *tu* são marcas de referência no discurso, segundo afirmação de Benveniste. O *eu* é o foco da enunciação, uma instância subjetiva que instaura um *tu*, um ente não subjetivo, mas que se opõe a ele a não-pessoa. Benveniste considera, ainda, o sujeito falante ora locutor, ora alocutário na enunciação. Para Nascimento (2019a), é mérito de Benveniste conceber a noção de sujeito, instalá-lo no discurso e relacioná-lo às categorias de espaço e tempo como referências da enunciação. Por isso, reunidos eu-tu-ele, espaço e tempo, Benveniste postula o aparelho formal da enunciação.

Segundo Nascimento (2019b), o locutor se apropria daquilo que é relevante no texto e extratextualmente e determina seu posicionamento, na enunciação, por meio do investimento em uma posição sujeito com um código linguageiro particularizado. Dessa forma, ele instala o *tu* e estabelece uma essencialidade na interação comunicativa. Como todo discurso é interativo, ele se institui a si mesmo como um espaço de referência, visto que nele emergem marcas de pessoalidade e espaçotemporais, em que o sujeito enunciator se torna o centro da enunciação. Além disso, ainda de acordo com o autor, é na enunciação que determinados signos ganham vida e abrem-se a novas significações. Desse modo, o fato de o sujeito enunciator enunciar implica que se leve em consideração a noção de discurso.

2.1 Noção de discurso na Análise do Discurso

O discurso é o objeto teórico da AD, contudo, isso não faz com que seu conceito deixe de ser problemático e dissonante entre seus estudiosos. Não obstante, não há discordância sobre o fato de ele ser produzido socialmente e de que somente seja possível apreendê-lo dentro de uma concepção de linguagem marcada pelo histórico e social como a preconizada pela AD.

O que pode ser depreendido desse conceito é que o discurso só existe na interação entre os sujeitos e que só pode ser concebido nessa relação e não nas palavras ou na língua. Logo, os efeitos de sentido só são construídos de acordo com a relação que esses sujeitos estabelecem entre si e as condições sócio-históricas em que estão inseridos e não no texto.

Texto e discurso são noções diferentes e não se confundem em AD. Conforme nos diz Maingueneau (2015a), “texto” e “discurso” comumente são tomados como sinônimos por diversas obras introdutórias, as quais empregam o conceito de *discurso* para referirem-se aos dados, ou textos sobre os quais analistas se debruçam. Essa definição, a princípio, pode parecer uma solução confortável e uma saída didática para alguns estudiosos que desejam simplificar as noções de *discurso* e *texto*, contudo, ao optar por reduzir o conceito para fins didáticos, deixa-se de considerar a complexidade das “relações entre os termos”, bem como a polissemia da noção de discurso (MAINGUENEAU, 2015a, p. 35).

Charaudeau (2011) também opõe texto e discurso. Para ele, o primeiro é o resultado material de um ato de linguagem, sendo a unidade onde se registra, por meio da materialidade linguística, os “acontecimentos” do ato de linguagem. Já o segundo é um “percurso de significância que se acha inscrito num texto e que depende de suas condições de produção e dos locutores que o produzem e o interpretam.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 6). Logo, o discurso não é o texto, porém ele é carregado por textos. Nesse sentido, “um mesmo texto é, então, portador de diversos discursos e um mesmo discurso pode impregnar textos diferentes” (CHARAUDEAU, 2011, p. 6).

A diferenciação apresentada acima assemelha-se da que é postulada por Maingueneau (2015a), que aponta a possibilidade de duas relações entre os

termos texto e discurso: a princípio, um discurso para cada texto; e, em segundo plano, um discurso para uma gama de textos. Na primeira situação, conforme Maingueneau (2015a, p. 36), “os discursos existem para além dos textos particulares dos quais são compostos”. O discurso de uma área da medicina, por exemplo, como a ginecologia contempla uma vastidão de textos cujos gêneros são diversos, como tratados, manuais específicos, artigos, regulamentos de hospitais...). *Discurso*, nesse aspecto, pode corresponder a uma gama de textos de caráter muito diversos, como uma disciplina, uma produção diretamente vinculada a uma área específica da sociedade, uma temática, um posicionamento em um campo. Na segunda possibilidade, o discurso está recôndito, subjacente a um texto, como uma base que o ancora. Essa relação, como podemos observar, é demasiadamente complexa, não sendo possível dessa forma, englobá-la se apreendermos *discurso* e *texto* como equivalentes ou se considerarmos o texto meramente como uma materialidade.

Ainda na esteira de Maingueneau (2015a, p. 37), quando focalizamos o termo “texto”, podemos discernir três eixos principais de uso que interessam à AD.

- *Texto estrutura* – Nesse eixo, a partir da perspectiva da Linguística Textual, que toma o texto como estrutura, rede de relações frase a frase, em que são enfocados aspectos relativos às regularidades que se sobrepõem a frase, as quais são examinadas por meio de recursos, como, por exemplo, verificação da recorrência de retomadas pronominais ou por meio do agrupamento de frases;
- *Texto-produto* – Nessa perspectiva, o texto é uma característica de uma atividade discursiva, visual, oral e escrita, inerentes a dispositivos de comunicação, a gêneros do discurso: desde os mais recorrentes nas situações cotidianas, aos mais densos, como um romance;
- *Texto-arquivo* – Nesse terceiro eixo, o texto não está vinculado a uma atividade do discurso, mas como algo perene, tendo em vista que pode ser fixado a um suporte material ou na memória coletiva. Esse tipo de relação atualmente está em discussão em razão do funcionamento da *web*, que desestabiliza a noção de texto como

algo estanque e permanente. A difusão da internet possibilitou que a materialidade textual se tornasse plural, por exemplo, ao passo que um texto veiculado por uma emissora de televisão - uma gravação audiovisual, por exemplo - pode também circular apenas por uma gravação em áudio ou por uma transcrição textual em um portal de notícias.

Na toada da distinção entre “texto” e “discurso”, Charaudeau e Maingueneau (2004) asseveram que texto e discurso devem ser distinguidos “como duas faces complementares de um objeto comum tomado pela *linguística textual*” – que privilegia a organização do contexto e da coesão como coerência linguística. Além disso, ainda de acordo com os autores, o texto é uma unidade densa para que mormente os aspectos linguísticos sejam considerados e abarquem a complexidade da unidade textual. Por fim, os autores ressaltam que analisar um texto sob a perspectiva da estrutura linguística possibilita concebê-lo como enunciado, já o estudo linguístico vinculado às *condições de produções*, noção que discutimos no primeiro capítulo, permite tomar o enunciado como um discurso.

Nesse âmbito, cumpre ressaltar que estabelecer relações e eventuais oposições acerca da noção de “discurso” é fundamental para a plena compreensão da disciplina, entretanto, é fundamental destacar que definir a noção de discurso ainda é uma tarefa demasiadamente densa

uma vez que a noção de discurso é instável, uma vez que o termo circula para além das ciências da linguagem, estabelecendo, desse modo, relações com pressupostos advindos de correntes teóricas das áreas de ciências humanas e sociais, como a teoria dos atos de fala, postulado por Benveniste, ao pós-estruturalismo foucaultiano, a análise etnometodológica, que atualmente integra a sociolinguística etc. Por essa razão, é mister observar como a AD toma a noção de discurso, conforme os estudos de Maingueneau (GONÇALVES, 2021, p. 67).

Maingueneau (2015a, p. 23-30) estabelece a noção de *discurso* para a AD da terceira fase. Essa noção, em linhas gerais, aponta que o discurso é uma organização para além da frase; uma forma de ação; interativo; contextualizado; assumido por um sujeito; regido por normas; assumido no bojo do interdiscurso;

e constrói socialmente o sentido. Essa complexa noção, assumida em aliança com a oposição à noção de texto, explica porque a constituição dos *corpora* nas pesquisas em AD se dá de modos tão diversos. Na sequência, apresentamos um pouco mais detidamente cada ponto dessa noção.

O discurso consiste em uma organização que se sobrepõe à frase, o que consiste em ponderar que isso não significa que o discurso seja mais extenso – do ponto de vista de grandeza – à frase ou desconsiderar que a frase é um discurso. O discurso, quando analisado a partir da perspectiva transfrástica, estes estão sujeitos às regras de organização que se imbricam com os gêneros, bem como estão submetidos às regras peculiares de cada gênero.

O discurso é uma forma de agir sobre o outro, logo toda enunciação corresponde a um ato que tem como finalidade alterar uma situação, como, prometer, questionar, afirmar, sugerir. Essas ações são imbricadas em um gênero específico, que pode ser uma receita médica, um jornal televisivo, uma aula e afins. Essas ações visam estabelecer uma alteração nas pessoas a quem o discurso se destina.

O discurso é interativo, uma vez que, para que ocorra a ação, é necessário que haja no mínimo dois parceiros, cuja marca nos enunciados corresponde ao binômio Eu-Tu. A conversação é um exemplo desse tipo de interação. Essa interação entre o Eu-Tu, no que tange à conversação, é monitorada e adaptada em consonância com a reação do Outro. Mas não se pode reduzir a interatividade do discurso às relações da conversação, pois todos os tipos de enunciação, mesmo a escrita, se dão em uma interatividade constitutiva, pois ela é inerente ao processo de enunciação, como vimos em Benveniste.

O discurso é contextualizado, porém o discurso não irrompe com o contexto, como se este se tratasse de um mero cenário ou moldura. Inclusive, é impossível atribuir um sentido a um enunciado sem contextualizá-lo. Dessa forma, um enunciado quando produzido em épocas distintas ou por sujeitos diferentes vai ter sentidos dessemelhantes e, desse modo, vai ter sentidos discrepantes. As relações entre os coenunciadores não são estanques, de maneira que, ao mesmo tempo em que é possível conversar, por exemplo, com um amigo, sem uma relação de hierarquia, também é admissível que se

assumam novos estatutos na enunciação, como chefe e empregado; médico e paciente; professor e aluno.

O discurso é assumido por um sujeito que se coloca como fiador de sua enunciação, como responsável pelo que diz e está diretamente relacionado a uma instância. O discurso só é possível se estiver relacionado a um sujeito, que se colocará como fonte de referenciais pessoais, temporais e espaciais, evidenciando para o co-enunciador sua atitude no que diz respeito ao que enuncia.

O discurso é regido por normas, como qualquer atividade que ocorre no seio de uma sociedade. Todo ato de linguagem está sujeito a normas específicas, dessa forma, a enunciação não ocorre ocasionalmente, sem justificativa ou de qualquer forma. Conforme Maingueneau (2015a, p. 28) “nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar de uma forma ou de outra seu direito de se apresentar tal como se apresenta. Trabalho de legitimação inseparável do exercício da fala”.

Os efeitos de sentido do discurso são construídos socialmente, o que corresponde a afirmar que os sujeitos não são o ponto de origem absoluto de suas produções. Os efeitos de sentido estão latentes nas práticas sociais específicas, isto é, eles são construídos e reconstruídos nas práticas e conjunturas determinadas.

Por fim, o discurso possui sentido no bojo do interdiscurso. Em outras palavras, o discurso apenas adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, em que ele deve trilhar seu percurso. Para Maingueneau (2015a), a interpretação de qualquer enunciado demanda que se relacione a uma quantidade significativa de enunciados que podem ser comentados, citados e parodiados. Os gêneros do discurso têm suas maneiras específicas de abordar as múltiplas relações interdiscursivas. Dessa forma, o mero fato de classificar um gênero em outro, consiste em correlacioná-lo a um conjunto infinito de discursos do mesmo ou de outros gêneros. Enfim, a noção de interdiscurso é de grande relevância para compreendermos o discurso; afinal, este é inerente àquele, pois lhe possibilita existir e fazer sentido. Em outras palavras, tudo o que é dito – lançado ao mundo verbalmente e determinado inevitavelmente pelo

histórico-social e ideológico – é situado em relação a um já-dito, sendo esse já-dito o interdiscurso.

Os gêneros do discurso, segundo Maingueneau (2015a, p. 66), são “os átomos da atividade discursiva” que adquirem sentido dentro dos tipos de discurso. Estes, por sua vez, são agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social que estabilizam práticas discursivas de um setor da sociedade. Maingueneau (2015a) vai nos apresentar que as esferas de atividade social são os espaços da sociedade em que os gêneros são produzidos. Aqui, podemos falar de uma esfera “literária”, lugar onde são produzidos os gêneros do discurso literário.

O próprio Rufino dos Santos entende a “literatura” como um campo em que há disputa de posicionamentos:

Dentro da literatura, mesmo que possa não haver política, no sentido de política dos políticos, há política no sentido de luta pelo poder. A não ser para quem vê a literatura como uma coisa caída do céu (RUFINO DOS SANTOS, 2012b).

Vemos que o discurso literário tem seu espaço na sociedade estabelecido de maneira contraditória e controversa. Se, por um lado, a literatura é exaltada como um veículo de descompressão da razão, de abundância de mundos e possibilidades, de pluralidade de seres, de aceitação do diferente; por outro, ela também é o espaço de conservação da memória de uma sociedade, da tradição, de recuperação de um passado imemorial. Rufino dos Santos aponta esse espaço em relação às demais ciências:

Muitas vezes a ficção revela mais da sociedade que as ciências sociais (história, antropologia, sociologia, economia etc.) ao criar uma virtualidade: não acontece, mas poderia acontecer, inclusive aquilo que o leitor está realmente vivendo. A literatura coteja, todo o tempo, o que foi e o que poderia ter sido (RUFINO DOS SANTOS, 2010a, p. 24-25).

E o autor se encontra exatamente no centro desse embate, sua criação não está assegurada por uma instituição que oferece bases sólidas para a produção, de modo que podemos afirmar que o discurso literário valida a si mesmo, ele não está colocado no mesmo tipo de esfera que a História, a Antropologia, a Sociologia.

Quando voltamos o nosso olhar para as produções literárias brasileiras dos séculos XX e XXI, podemos perceber que, mesmo que esse seja um momento literário singular, pelo menos em termos quantitativos, a profícua produção aponta mais para uma ampliação de espaços dados à literatura, à medida que possibilita novos nichos de circulação literária, do que se volta como um subsídio para a própria criação. Do mesmo modo, verificamos que, no campo literário brasileiro contemporâneo, há uma busca por profissionalização de um ofício de escritor, com a organização de maneira mais consistente de participação em festivais e feiras literárias e um mercado editorial forte, em que circula um montante de mais de R\$ 5 bilhões por ano, segundo a FIPE (2019).

Entretanto, a posição de autor não pode ser encarada apenas como um ofício técnico quando analisamos o discurso literário. Ora, o trabalho de criação de uma obra literária vai além de uma lapidação das palavras ou estilização de frases, pois o autor não apenas enuncia um discurso, como também constrói as condições de produção do próprio discurso. Assim, o discurso literário está intrinsecamente associado ao espaço social ocupado pelo autor, caracterizado pela posição paradoxal entre um lugar e um não-lugar, considerando o isolamento social do autor que não possui um lugar definido quando inserido no processo de criação (MAINGUENEAU, 2018).

Nas palavras do autor,

quando se olha para a literatura como discurso (...) é-se levado a contestar uma visão tradicional dos estudos literários em duas vertentes: uma que se volta para o texto, encarado em si mesmo, e outra para o contexto (a vida do autor, um ou outro aspecto da época na qual ele viveu) (MAINGUENEAU, 2018, p. 30).

Vemos que a AD questiona a visão de Literatura que vigorou nos estudos literários durante os séculos XIX e XX (MAINGUENEAU, 2018), uma visão que estava focada na figura do autor, seja ao tentar justificar a obra com questões da biografia, seja a partir do estudo do contexto do autor. Diferente disso, Maingueneau (2018) propõe que o texto literário não seja encarado como restrito exclusivamente ao ato de uma instância criadora, mas, como todo discurso, é necessário considerar em uma análise as condições de produção do discurso que atravessam o dito, responsáveis por remeter às suas próprias condições de enunciação. Nessas condições, estão implicados o gênero, o posicionamento, a

relação com o destinatário por meio do texto, os suportes, como os enunciados circulam, entre outras categorias.

2.2 Discursos constituintes e o discurso literário

Joel Rufino dos Santos: A literatura conta o quê? A vida diária, o tempo narrativo. Um dos teóricos que eu tenho lido mais ultimamente é Paul Ricoeur, um pensador católico que é um pensador da história. Para você ver a importância da literatura, ele coloca o seguinte: o grande mistério do universo é o tempo e há diversos tempos. Há o tempo cósmico; esse a gente não consegue nem imaginar, porque, por exemplo, um sinal de Marte para cá leva 14 minutos. Se você olha para o cosmo, tem um tempo aí que a gente não consegue nem realizar. Tem um tempo vulgar, que é esse das conversinhas, das coisas úteis, cotidianas: eu vou no supermercado, você vai pagar a conta no banco, aí você conversa com uma pessoa ali na praia... Esse é um tempo comum, digamos. Entre os dois tem o tempo histórico, que nem é o cósmico, que você não pode alcançar, entender, nem é o cotidiano, que não interessa para nada. Tem um tempo aí que é o tempo histórico, é uma espécie de rio. E é aí que corre a história e corre a literatura. Os dois correm juntos. São as duas correntes desse tempo. Então a história é uma espécie de literatura e a literatura é uma espécie de história (PEREIRA, ALBERTI, 2013).

Mainqueneau (2005) entende o texto literário como um evento discursivo, no qual é possível analisar elementos da enunciação que não eram contemplados na perspectiva romântica dos estudos da Literatura. Nesse sentido, o discurso literário permite um olhar interdisciplinar a partir da Linguística e da Literatura, sobre o fenômeno linguístico. Essa noção de discurso literário não está reservada ao regime de literatura moderna, ou seja, ela pode ser aplicada a qualquer fato literário que permite o agrupamento de fenômenos que pertencem a épocas e sociedades muito diversas sem considerar o autor.

Tomar a literatura enquanto discurso traz uma série de pressupostos fundamentais para a construção de uma análise que se relaciona com a noção de discurso da qual já tratamos. Resumidamente, o discurso:

- está submetido às regras de organização que governam os gêneros de discurso em vigor em um determinado grupo social e às regras transversais do gênero;

- é uma forma de ação sobre o outro, nesse sentido, não se trata apenas de uma representação de mundo, afinal toda enunciação constitui um ato que visa modificar uma situação;
- é interativo, ou seja, constitui uma interatividade que envolve dois ou mais parceiros;
- é contextualizado, assim, não apenas intervém em um contexto, como se esse contexto não passasse de uma moldura ou cenário: fora dele, não se pode atribuir sentido aos enunciados;
- é regido por normas, como qualquer comportamento social. O discurso literário, como atividade verbal, obedece a normas, tratados e leis que regem as trocas verbais. Dessa maneira, verifica-se que os efeitos de sentido são construídos socialmente, eles não são estáveis ou imanentes a um enunciado ou a um grupo de enunciados, mas são continuamente construídos e reconstruídos no interior das práticas sociais;
- deve ser assumido no bojo do interdiscurso.

A interdiscursividade, aqui, se liga ao *posicionamento* do autor, que define uma *identidade* enunciativa, um lugar de produção discursiva específico (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004). O termo designa, ao mesmo tempo, as operações pelas quais a identidade enunciativa se instaura e se conserva em um campo discursivo e a própria identidade. Desse modo, o posicionamento do autor se manifesta na escolha dos gêneros do discurso e nos discursos com os quais mantém uma relação de interdiscursividade.

Para cada posicionamento, ao lado do investimento de um ou outro gênero do interdiscurso, há o investimento de uma interlíngua pela qual o discurso se inscreve no espaço das práticas verbais. É por meio das condições sócio-históricas e culturais de produção materializadas em marcas linguísticas que distinguem espaços enunciativos que se inscrevem imagens autorais ou identidades.

Esses espaços são as “instâncias de inscrição da subjetividade” (MAINGUENEAU, 2018). Desse modo, uma análise da autoralidade abrange as condições de produção e recepção de determinado discurso. A identidade enunciativa está ligada a essas condições, uma vez que a imagem de autor é

inscrita na enunciação e gerida por editores e comunidade discursiva. Além disso, as obras podem ser abordadas, paralelamente, quanto sua associação a gêneros historicamente instituídos e à autoria, sem que haja contradição na análise. O conceito de “instâncias da enunciação”, portanto, propõe noções fundamentais para a abordagem da construção interdiscursiva de uma “identidade criadora”.

Na perspectiva da AD, o discurso literário não é encarado de forma isolada apesar de sua especificidade, mas participa de um plano determinado de produção verbal que é o dos discursos constituintes. O adjetivo “constituintes”, atribuído a esses discursos, segundo Maingueneau (2000), explora três valores semânticos associados ao verbo *constituir* e a seu derivado, o substantivo *constituição*.

Ao tomar o termo *constituição* como ação de se estabelecer legalmente, possibilita caracterizar o discurso como instaurando as modalidades de sua própria emergência no interior do interdiscurso, ideia que se inscreve no prolongamento de certas correntes pragmáticas que ligam a enunciação estreitamente à sua legitimação. A constituição tomada como forma de organização, agenciamento de constituintes possibilita evidenciar a coesão/coerência das totalidades textuais. Já a constituição como conjunto de disposições legais que determinam os direitos e deveres de cada indivíduo na coletividade, possibilita destacar que o discurso constituinte está destinado a servir de norma e de garantia aos comportamentos de uma coletividade, delimitando um lugar comum das palavras que aí podem circular.

Os discursos constituintes, plano de ação verbal dentro do qual o discurso literário se enquadra, propõem-se como discursos de Origem, os quais são validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma. São discursos que fundam outros discursos e constituem uma categoria discursiva propriamente dita. Nessa perspectiva, o discurso literário está associado ao trabalho de fundação no e pelo discurso e se vincula um grupo de locutores consagrados e responsáveis pela elaboração de uma memória.

Por ser constituinte, o discurso literário dá sentido aos atos da coletividade e funciona como garante de uma multiplicidade de gêneros do discurso. Por

causa disso, como afirma Maingueneau (2015c, p. 96-97) na esteira de Foucault (1966), ele é capaz de se nutrir obscuramente dos discursos dos dominados.

Joel Rufino dos Santos: A literatura é o seguinte: a literatura está mais perto de contar a história do povo brasileiro, do negro, das populações brasileiras do que a história historiográfica. A escravidão é um exemplo. Onde é que você vai saber sobre a escravidão? É nos documentos? O negócio de que Ruy Barbosa destruiu os documentos é conversa fiada, vocês sabem. Não teve prejuízo nenhum. Mas não está lá nos documentos, que são todos oficiais e dizem respeito a atos civis (PEREIRA, PEREIRA, ALBERTI, 2013).

Vemos que trata-se de um discurso evidentemente paratópico, ou seja, quem enuncia, nesse tipo de discurso, não ocupa um lugar, nem fora nem dentro da sociedade, mas um lugar problemático (MAINGUENEAU, 2005). Essa condição mostra a impossibilidade de se atribuir, no discurso literário, assim como nos outros discursos constituintes, um lugar ao enunciador, mas apenas negociar um lugar e um não-lugar.

2.3 Obra e arquivo

Si l'œuvre n'émerge qu'à travers l'élaboration d'une paratopie, est créateur celui qui a organisé une existence telle qu'il peut y advenir *son* œuvre. Condition de l'énonciation, la paratopie de l'écrivain en est aussi le produit ; c'est à travers elle que l'œuvre peut advenir, mais c'est aussi elle que cette œuvre doit construire dans son développement même²⁴ (MAINGUENEAU, 2016, p. 31).

A paratopia, de acordo com Maingueneau (2016), é o motor da construção literária e também o seu produto. Logo, é por se dar conta da complexidade desse processo que o analista do discurso deve desviar-se da rotina da história literária, que um escritor “influenciado” escreve por meio de “circunstâncias” mais ou menos preservadas na obra, como um rastro. Para o Maingueneau,

l'œuvre n'est pas une représentation, um agencement de « contenu » que permettrait d'exprimer de manière plus ou moins

²⁴ Tradução nossa: “Se a obra surge apenas pela elaboração de uma paratopia, o criador é aquele que organizou uma existência para que *sua* obra possa acontecer. Condição de enunciação, a paratopia do escritor é também seu produto; é por meio dele que o trabalho pode acontecer, mas é também por meio dele que esse trabalho deve construir em seu próprio desenvolvimento”.

détournée, peines et joies, situations sociales, idéologies ou mentalités, bref quelque instance déjà là ; elle n'est pas non plus un univers parallèle qui obéirait à ses seules lois. Pour rompre avec les oppositions réductrices entre moi créateur profond et moi social superficiel, ou entre sujet du texte e sujet biographique, il faut accepter de brouiller les niveaux, de faire toute leur part aux rétroactions, aux ajustements instables, aux identités qui peuvent se clore²⁵ (MAINGUENEAU, 2016, p. 33, grifo nosso).

Ora, o conceito de *Obra*, como vemos, abarca as questões de sujeito, de condição de produção e, não poderia deixar de ser, das identidades enunciativas. Buscamos, nesta seção final do capítulo, refletir um pouco sobre as noções de *Arquivo* e *Obra*, fundamentais para uma análise do discurso literário.

Segundo Maingueneau (2018, p. 61), tomar a literatura enquanto discurso constituinte literário implica considerar a noção de arquivo, que dialoga com o termo grego *archeion*, e com o latino *archivum*. Esses termos, por sua vez, estão, etimologicamente, ligados aos conceitos de “fonte” e “princípio”, bem como “mandamento” e “poder”. O analista nos diz que “*archeion* é a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas igualmente os arquivos públicos” (MAINGUENEAU, 2018, p. 61), o que associa o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar vinculado como locutores consagrados de uma elaboração da memória discursiva (MAINGUENEAU, 2018, p. 61).

Os discursos constituintes têm a seu cargo o que se poderia denominar o *arquivo de uma coletividade*. Ao escrever uma obra, busca-se inscrevê-la nesse arquivo. Segundo Maingueneau,

No Ocidente, a história da cultura se estrutura por meio desse trabalho de delimitação de discursos que devem negociar o *archeion*. Outrora, o discurso filosófico e o discurso religiosos lutaram para saber qual deles estava estabelecido de modo a atribuir um lugar a cada discurso. Essa pretensão foi contestada pelos defensores da ameaça do religioso ou do filosófico. Cada

²⁵ Tradução nossa: “a obra não é uma representação, um arranjo de “conteúdos” que permitiria expressar de forma mais ou menos indireta, tristezas e alegrias, situações sociais, ideologias ou mentalidades, enfim, alguma instância que já estaria ali; nem mesmo é um universo paralelo que obedece apenas às suas regras. Para romper com as oposições redutoras entre o “eu criativo profundo” e o “eu social superficial”, ou entre o “sujeito do texto” e o “sujeito biográfico”, é preciso aceitar misturar os níveis, considerar os a multiplicidade de ações contidas nela, aos ajustes instáveis, às identidades incompletas.”

discurso constituinte revela-se a um só tempo interno e externo aos outros, aos quais atravessa e pelos quais é atravessado. Eles se excluem e se convocam simultaneamente: se o discurso científico não pode propor-se sem conjurar de modo incessante a ameaça do discurso religioso, este não para de negociar seu estatuto com relação ao discurso científico... (MAINGUENEAU, 2018, p. 63).

Trata-se, de acordo com o autor, de uma negociação paradoxal, pois o arquivo é, ao mesmo tempo, a fonte de onde deriva o corpo de enunciadores e as instituições que validam o discurso. É nesse lugar (fonte) em que o enunciador buscará elementos para marcar a legitimidade de seu espaço e é para ele (corpo de enunciadores e instituições) que o autor criará elementos que tornem aceitável sua posição como enunciador literário.

Assim, vemos que, de acordo com Maingueneau (2018, p. 66), “o discurso literário busca absorver suas próprias estruturas teóricas, pronto a operar com elas [...] e reinscrevê-las ficticiamente como seu próprio conteúdo”. As próprias formas literárias que tornam manifestas as reflexões produzidas pela literatura. Logo, “os textos literários são a sede de um pensamento que se enuncia sem atribuir a si mesmo as marcas de sua legitimidade, pois devolve sua exposição à sua encenação” (MAINGUENEAU, 2018, p. 66).

Como podemos perceber, a relação entre Obra e Arquivo é uma relação social da ordem do discurso, ela depende de uma série de mecanismos sociais que implicam na mobilização de outros textos e discursos. Nas palavras de Maingueneau,

A Obra não se limita a um real exterior a ela, mas define igualmente um quadro de atividades que é parte integrante do universo de sentido que ela simultaneamente pressupõe e pretende impor. [...] As produções que se poderiam considerar “fechadas”, aquelas em que a comunidade de enunciadores tende a coincidir com a dos consumidores, são sempre acompanhadas de outros gêneros, menos nobres, que também são necessários ao funcionamento do arquivo. Instaura-se, com efeito, uma hierarquia entre os textos “primeiros”, que refletem sobre a questão de seu fundamento, e aqueles que os tomam por objeto para comentar, resumir, refundar etc. Ao lado da grande Literatura ou da grande Filosofia, da alta Teologia ou da ciência de base, há manuais para alunos de conclusão de curso, sermões dominicais e revistas de vulgarização científica. O fato de na França contemporânea a literatura ser objeto de manuais de ensino secundário não é uma casualidade exterior à sua

essência, como se esta pudesse escapar a toda didaticidade (MAINGUENEAU, 2018, p. 70).

Logo, para trabalharmos o discurso literário de Rufino dos Santos como obra, foi-nos necessário marcar no primeiro capítulo dessa tese as condições de circulação dos discursos de Rufino dos Santos e considerar, na análise, a série de trabalhos em que eles são citados. Além disso, como vimos, a noção de obra não pode ser desconectada da Autoralidade. Desse modo, passamos a discutir a Autoralidade na AD, de Foucault (1997) a Maingueneau (2010a).

2.4 Autoralidade

O estudo da noção de autor, como propõe Foucault (1977, 2006), desloca a discussão, oriunda do campo literário, para o estudo do discurso, por isso as abordagens em AD partem da perspectiva foucaultiana. Foucault (2006), interessado principalmente pelo funcionamento dessa noção atrelada ao controle da produção do discurso, propõe investigar como se caracteriza, na nossa cultura, a função *autor*. Desse modo, sistematiza quatro características decorrentes dessa função: apropriação, atribuição, construção de “um ser de razão” e multiplicidade de “eu”.

Segundo Foucault (2006), a apropriação consiste na necessidade de se associar um discurso a um autor. Tal apropriação ocorre, por exemplo, na Idade Média, a fim de se controlar o discurso e, além disso, punir aqueles que o transgrediam. Com o decorrer dos tempos, o discurso deixou de ser um ato entre o sagrado e o profano e passou a ser um produto, uma propriedade, conforme ditavam os valores da sociedade burguesa.

A segunda característica diz respeito à atribuição da função *autor*. Para Foucault (2006), essa atribuição não ocorre uniformemente em todas as épocas e em todos os discursos. Em épocas diferentes, discursos distintos exigiram essa função, ou não, para serem legitimados. O discurso literário, por exemplo, circulava no anonimato. Sua antiguidade bastava para que fosse aceito. No entanto, há algum tempo, esse discurso não é aceito desprovido da função autor. Ao lermos um conto, por exemplo, queremos saber quem o escreveu, como se o sentido, o status do texto estivesse ligado ao nome que o marca. Já o discurso

científico, como mostra Foucault, faz um trajeto oposto ao discurso literário. Se, na Idade Média, uma teoria sobre o universo só era aceita dependendo do autor a quem era atribuída, atualmente o discurso científico é legitimado, mesmo no anonimato, pela vinculação a uma instituição que o garante como demonstrável.

Como terceira característica, Foucault (2006) aponta que essa função não é a simples atribuição de um discurso ao sujeito. Ela é o resultado de uma operação complexa que consiste na construção de um “ser de razão”, ao qual se tenta dar um status de projeto, instância profunda, poder criador, lugar originário de onde emana o sentido. A quarta característica diz respeito à multiplicidade de “eus” às quais a função autor pode se referir. Afinal, ela não aponta linearmente a um sujeito empírico; ela pode dar lugar (...) a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (FOUCAULT, 2006, p. 280).

O último aspecto enfatizado por Foucault (2006) é a representação do nome de autor, inicialmente comparado a um nome próprio como outro. O autor afirma que a maneira como o nome próprio se liga a uma pessoa e a maneira como o nome de autor se liga ao que ele nomeia operam de modo diferente. Para o filósofo, essa diferença deve-se porque o nome de autor não é apenas um elemento no discurso, ele exerce funções que permitem a classificação, o reagrupamento, a delimitação, a exclusão de uns e a oposição a outros. E, por outro lado, permite relacionar textos, relacionar um nome a um texto ou um texto a um nome, por relação de homogeneidade, filiação, autenticação de uns pelos outros. O nome de autor, portanto, opera na ruptura entre os discursos e sua forma singular de existir e pleitear um status social e cultural:

o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2006, p. 273).

O que percebemos, de modo geral, é que, para Foucault (2006), a noção de autor é vista como uma das possíveis funções do sujeito no discurso. De variação constante, ela é examinada como foco de coerência, origem,

organização, credibilidade, mas principalmente controle do discurso. Além disso, ela constitui um marco histórico para a individualização em todos os campos, da ciência à arte.

Ao tomar o conceito de dispersão do sujeito, o autor é o princípio da unidade e da coerência dos discursos. Isto é, se a subjetividade é considerada dispersa, em vista das diferentes posições que o sujeito ocupa no discurso pelo seu caráter interdiscursivo, o princípio do autor é o que dá unidade pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu (FOUCAULT, 1977, p. 28). Ou, como atesta Baptista (2015), “o autor é o princípio de apagamento da interdiscursividade, pois falseia a pluralidade discursiva em forma de unidade”.

Já Possenti (2009) parte da premissa de que a noção de autor somente pode ser avaliada no nível do discurso. Afinal, ela implica a questão da subjetividade e o modo como essa subjetividade se insere numa conjuntura histórica que lhe dá sentido, ou seja, uma singularidade que marca uma tomada de um posicionamento no discurso.

Nas condições atuais, segundo Possenti (2009), a análise da subjetividade somente é possível, pois uma “teoria do discurso”, como a pressuposta pela AD, permite ao analista posicionar-se de modo mais produtivo a essa noção. O que quer dizer que se pode excluir “duas interpretações maléficas”: a do modo como ela é compreendida na estética romântica e a de que um sujeito, por estar em uma posição discursiva, não possa ser ele mesmo, distinguindo-se dos outros que ocupam o mesmo posicionamento.

Reiteramos, em relação a esse segundo aspecto, que, para a AD, principalmente nos estudos desenvolvidos por Pêcheux (1997, 2006), o sujeito é tomado por um assujeitamento, pois enuncia de posições historicamente dadas no interior de um interdiscurso e de um aparelho discursivo institucionalizado. Contudo, o que Possenti (2009) defende é que um estilo não deixa de ser compatível com certo posicionamento.

Nesse sentido, para Possenti (2009), é necessário que o discurso ultrapasse as exigências burocráticas das manifestações discursivas, para que certa singularidade no modo de enunciação faça emergir o autor. É necessário que tenha densidade, caracterize objetos e lugares, dê motivação aos atos dos

enunciadores, faça relação com elementos da cultura, com outros discursos e crenças correntes, que tenham elementos, que marquem avaliação e tomada de posição. Em suma, trata-se de elementos da ordem do discurso, porque dão historicidade aos enunciadores e aos objetos do discurso.

Maingueneau (2010a), ao tratar da noção de autor, parte também dos estudos de Foucault. O que, primeiramente, ele questiona e busca elucidar é o fato de a noção de autor ser um tema ausente dos estudos entre os analistas de discurso francófonos, embora seja responsável por um debate incessante em teoria literária. A posição de Maingueneau é a de que a noção de autor é algo indissociável da noção de texto. Com isso, essa categoria não poderia ficar de fora das preocupações dos analistas do discurso. Maingueneau (2010a, p. 26) justifica o posicionamento de que a autoralidade deveria ser uma questão central por considerar que a AD opera para além de uma oposição entre texto e contexto, em que a noção de autor poderia ser menos necessária. É justamente por considerar que a AD considera a imbricação recíproca entre textos e lugares sociais, que a autoralidade torna-se uma categoria relevante.

Maingueneau (2010a) conceitua, assim, que a autoralidade é uma categoria híbrida, pois ao invocar o texto e o mundo do qual o texto participa, ela implica instâncias distintas. O autor é uma instância enunciativa, mas também uma instância responsável pela cena genérica. Além disso, é um estatuto social historicamente variável. Assim, para Maingueneau (2010a, p. 28), a primeira coisa que um analista deve fazer é perguntar em que condições um enunciado é suscetível de ter um “autor”. Nesse sentido, ele defende que uma produção discursiva só é atribuível a um autor se ela puder ser tomada como um todo, de modo que se possa atribuí-la a uma entidade, “colocada como seu responsável”. Nessa acepção, responsável é uma mistura de concepção de origem e de ética, ou seja, ele é a causa do enunciado e quem responde por ele.

Outro aspecto notado por Maingueneau (2010a) é de que o termo “autor” pode ter um funcionamento relacional (autor de...) e um funcionamento referencial, quando é apenas “o autor”, “uma autonomia sintática”, sem complementos. As fronteiras entre um e outro não são tão claras. Ele defende que duas acepções podem ser inferidas nesse caso: um estatuto social, isto é, um sujeito reconhecido socialmente, antes de se tornar autor, por isso

difícilmente deixa de ser autor sem complemento; a outra acepção é avaliativa, incluem os autores enquanto criadores singulares, originais. A conclusão é de que o autor do campo literário se beneficia do fato de sua atividade o livrar de qualquer complemento.

Maingueneau (2010a) faz considerações sobre o “autor” para que essa figura possa ser reconhecida em várias etapas. Na primeira etapa, aponta para aquela autoralidade que está em um produtor que convive com uma dispersão de textos e se torna responsável por eles. É o caso, por exemplo, de um jornalista que assina notícias ou reportagens de um jornal diário. Em outra etapa, a publicação de um ou diversos textos pelo próprio produtor podem qualificá-lo como um “autor”. Textos dispersos reunidos em um *Opus* também podem fazê-lo um *auctor*. Na impossibilidade de o produtor fazer a reunião dos textos, seja por incapacidade, seja por morte, um terceiro poderá fazer a ponte entre o “auctor” e terceiros. Esse organizador possui o poder de constituir ou até mesmo, desconstruir um “auctor” a depender do tipo de intervenção realizada.

Maingueneau (2010a) ainda traz outro tipo de etapa que se dá no reconhecimento da plenitude de um “auctor”. Para isso, ele precisa ser reconhecido, isto é, possuir uma imagem de autor. Tudo dependerá dos envolvidos no processo. Um nível bem raso dessa plenitude está em um autor que publica sua obra, mas é reconhecido apenas por amigos e familiares. Esse nível de “auctoridade” amplia-se, quando ele é citado pela mídia por diversas vezes. Ressalta, ainda, que um produtor muito reconhecido pode trazer em seu texto um volume de textos de outros produtores. A escolha desses textos é proveniente de um critério que segue a linha de pensamento pessoal.

Em última etapa, Maingueneau aborda o estatuto de “auctor” maior. Esse termo surge a partir do momento que rascunhos, cartas privadas, atividades escolares, anotações, diários íntimos são publicados. Isso demonstra o prestígio extraordinário desse tipo de “auctor”.

Maingueneau (2013) exalta que o corpo que enuncia adquire um aprendizado por meio de costumes globais, pois essa corporeidade e caráter afiançadores são provenientes de um conjunto de performances sociais que são valorizadas ou desvalorizadas e é nelas que a enunciação se apoia para confirmá-las ou modificá-las. O universo de sentido propiciado pelo discurso

impõe-se tanto pelo *ethos* discursivo como pelas “ideias” que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida.

O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas “ideias” que ele transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*. O texto não se destina a ser contemplado, configurando-se como enunciação dirigida a um coenunciador que é preciso mobilizar, fazê-lo aderir fisicamente a um determinado universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados (MAINGUENEAU, 2013, p. 108, grifos do autor).

Em síntese, Maingueneau (2010a) estabelece três dimensões da noção de autor: autor-responsável, instância historicamente variável que responde por um texto, não é o enunciador nem a pessoa empírica, valendo para qualquer gênero e variando de acordo com ele, a pessoa física; o (enunciador) autor-ator, que emerge no discurso; e o *auctor*, que está relacionado a uma obra, um *Opus*. Contudo, como salienta Maingueneau, só é *auctor* efetivo se terceiros falam dele, projetando-lhe uma imagem de autor.

Em verdade, *Opus* possui uma raiz etimológica do latim que significa *Obra*, mas, para este caso, a sua utilização é definida para justificar que um *Opus* “pode até ser constituído por um único texto, mesmo que só um texto dele tenha chamado a atenção” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 30).

Vale ressaltar aqui, a pertinência do discurso literário, como um discurso privilegiado, pois que, em grande parte, a pessoa que produz dentro dele é potencialmente *auctor*, diferente do jornalismo ou da política. O discurso literário de Rufino dos Santos apresenta um autor cuja identidade enunciativa emerge nas relações paradoxais que ele estabelece com a sua obra, identificando e observando os aspectos e fatores que contribuem para a caracterização dos elementos paratópicos inerentes ao processo de criação. E sua obra, parte do “Thesaurus literário”, alça-o a condição de *auctor*.

2.5 Paratopia e paratopia de criação

Para Maingueneau (1995), as categorias de autor, enunciação e sociedade são imprescindíveis para uma análise do discurso literário em uma concepção discursiva, pois a literatura se encontra em um não-espço de criação, ou seja, é impossível, para um escritor, produzir de um “solo institucional neutro e estável” (MAINGUENEAU, 1995, p. 28) e, por causa disso, o escritor “nutre seu trabalho com o caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento ao campo literário e à sociedade” (1995, p. 27).

É importante salientar que, nesse aspecto, a perspectiva discursiva compreende como diferentes três instâncias relacionadas à produção do discurso literário. Para Maingueneau (1996c), cabe identificar a problemática polifônica que toca a identidade do sujeito enunciador de um discurso de modo a se separar as instâncias do *produtor físico* do enunciado; do *enunciador*, origem da referência dos embreantes, e a do *locutor*, responsável pelo ato ilocutório do discurso.

Se, em muitos discursos, essas três instâncias são assumidas ao mesmo tempo por quem profere o enunciado, no discurso literário não é bem assim. Maingueneau (1995), assevera que é necessário, ao tratar do campo literário, realizar uma desambiguação entre as instâncias de autor e escritor: de um lado temos o autor, aquele que se responsabiliza pela enunciação; de outro, o escritor, o equivalente ao sujeito falante, a pessoa empírica e jurídica que habita o universo social

O simples fato de que bem frequentemente os escritores publicam sob um **pseudônimo** é revelador do corte que o discurso literário estabelece entre a instância produtora e a instância que assume a enunciação. Assinar por pseudônimo é construir ao lado do “eu” biográfico a identidade de um sujeito que só tem existência na e pela instituição literária. O recurso ao pseudônimo implica a possibilidade de isolar, no conjunto ilimitado das propriedades que definem o escritor, uma propriedade particular, a de escrever literatura, e de fazer dela o suporte de um nome próprio (MAINGUENEAU, 1995, p. 87, grifo do autor).

Rufino dos Santos, em 1970, inclusive, cria o pseudônimo de Pedro Ivo dos Santos e publica dois livros sobre história: *A República: campanha e*

proclamação e O renascimento, a reforma e a guerra dos trinta anos. Esses discursos se destacam por uma defesa da necessidade de atribuir novos efeitos de sentido para a historiografia brasileira, invertendo a lógica de que o “povo” não participara das grandes mudanças sociais e políticas no Brasil. Em uma análise da paratopia criadora e da autoralidade, Pedro Ivo dos Santos e Rufino dos Santos são instâncias distintas e que não se confundem. No entanto, Carreira e Nascimento (2020) afirmam que

Entendemos que a criação de um *pseudônimo* participa da criação discursiva e desintegra discursivamente o autor para transformá-lo em algo ou alguém ideal, cujo discurso idealizado participa de determinados propósitos conjunturais, normalmente, envolvendo questões políticas, segregações, proibições, ou seja, o pseudônimo, muitas vezes, é uma entidade marginal criada para dar voz a um sujeito que não quer se identificar e com ele se camufla para dar voz a uma retaliação, por exemplo, ou aos excluídos (CARREIRA; NASCIMENTO, 2020, p. 130).

A análise, no entanto, é mais complexa quando ambas as instâncias são chamadas pelo mesmo nome.

Se, por um lado, é a pessoa do escritor que ocupa os espaços institucionais destinados ao evento da produção literária, das academias, do lançamento em noite de autógrafo; por outro, é o autor que ocupa um espaço desejado, paratópico, o espaço da criação, pois é este quem assume a enunciação.

Maingueneau (2008a, p. 45) afirma que, na condição de enunciador de um discurso constituinte, o estatuto de autor não é evidente, pois “ele não pode se pôr nem no exterior nem no interior da sociedade”, de modo que há uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar da enunciação. Em outras palavras, o autor tem um pertencimento paradoxal, ele não pode legitimar sua enunciação em nenhuma instituição, uma vez que ele não fala de determinado lugar, mas é a sua própria criação que institui o seu lugar. “Nem suporte, nem quadro, a paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: criar uma obra é, em um só movimento, produzir uma obra e construir através dela as condições que permitem produzi-la” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 46).

No discurso “O filho de Luísa”, por exemplo, parte do discurso literário de Rufino dos Santos, o lugar da enunciação vai sendo criado por meio do discurso. O enunciador, ao dizer que “uma boa história pode começar de qualquer maneira”, vai, pelo discurso, tentando criar o seu lugar de enunciação, em que se pode começar uma “história”, em que se pode “começar na quitanda” e até mesmo deixar para depois algumas informações relevantes. O *auctor* é paratópico, ele, ao enunciar, cria as possibilidades dessa mesma enunciação. Segundo os estudos de Moura (2006), o homem, desde a infância, possui a capacidade de fabular; mergulha, por meio do sonho, no mundo da ficção e da poesia, o que coloca a Literatura, em seu sentido mais amplo, como uma necessidade universal do ser humano. E esse caráter universalizante do discurso literário deve ser analisado com cuidado, pois

uma obra literária corresponde a figura física que a produziu, mas que insistimos em conduzi-la para uma dimensão social apartada de sua produção. Faltam-nos os mecanismos adequados que nos permitam supor que aquela obra surgiu de certas conveniências sociais e culturais vividas pelo autor, o que inclui acesso a certos espaços de projeção de sua figura (MOURA, 2006, p. 13).

Vemos que o discurso literário não pode pertencer completamente ao espaço social, uma vez que, pela sua intenção de universalidade, não pode ser alocado em nenhum lugar específico da sociedade, o que obriga, segundo Maingueneau (2018, p. 92), “os processos criadores a alimentar-se de lugares, grupos comportamentos que são tomados de um pertencimento impossível”.

Assim, é a partir da perspectiva da atividade da criação literária, que está intimamente ligada a uma impossibilidade de pertencimento do autor, que fica sem um lugar definido, que verificamos a singularidade da enunciação do discurso literário. A produção de discursos inseridos em uma determinada obra literária “não pode ser totalmente desassociada de um posicionamento estilístico e ideológico, pois sugere identificação com os elementos marginalizados socialmente e com o espaço dado a esses” (MOURA, 2006, p. 12). Assim, O discurso literário tem uma relação estética porque busca atender uma comunidade discursiva e a paratopia consolida-se na e pela da criação literária, ela é a condição e o produto do processo de criação artística.

A paratopia do escritor, na qualidade de condição da enunciação, também é seu produto; é por meio da paratopia que a obra pode vir à existência, mas é também essa paratopia que a obra deve construir em seu próprio desenvolvimento. Na qualidade de enunciação profundamente ameaçada, a literatura não pode dissociar seus conteúdos da legitimação do gesto que os propõe; a obra só pode configurar um mundo se este for dilacerado pela remissão ao espaço que torna possível sua própria enunciação (MAINGUENEAU, 2018, p. 119).

A autolegitimação é condição da enunciação do discurso literário, fruto de uma inalcançável inscrição social do autor, que produz uma obra literária. Esta última, de acordo com Maingueneau (2005) é criada através das tensões do campo propriamente literário. Ela se constitui em um embate com os ritos, as normas, as relações de força das instituições literárias, e só pode dizer algo do mundo, porque se inscreve no funcionamento do lugar que a tornou possível, “colocando em jogo, em sua enunciação, os problemas colocados pela inscrição social de sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 1995, p. 30).

Na obra de Rufino dos Santos, emerge um autor que se desvencilha do lugar do historiador, que direciona seu conhecimento para um novo lugar, mais leve, mais fluido e que exalta a identidade um povo negro. É possível perceber, por meio do código linguageiro, as cenas da enunciação e até mesmo os paratextos a criação de um lugar de enunciação do negro e das histórias que fazem parte do imaginário dele, um lugar insustentável.

Ao fazer referência aos fatores sociais, o escritor tende a se reconhecer em figuras que ocupam um espaço de marginalidade, como “boêmios, judeus, mulheres, palhaços, aventureiros, índios americanos” (MAINGUENEAU, 2018, p. 98-99), dentre outras categorias que estabelecem ligações com os setores que oferecem uma potencialidade condicionalmente paratópica, dos quais a atividade de criação literária se alimentará de forma parasitária.

Entretanto, cabe salientar que a literatura é uma atividade artística também, assim, há uma construção discursiva acerca da figura do escritor, que, em meio as condições sociais da contemporaneidade, goza de um privilégio de escrever. Segundo Assunção e Moura (2017, p. 173), é o paradoxo que leva a sociedade a condenar o trabalho do escritor como “um trabalho do qual não se exige esforços ou como uma ocupação para fugir do ócio”, colocando o escritor

em um espaço fronteiro com relação à sociedade, pois representa uma figura ambivalente, boa e má, necessária e perniciosa. Nisso, pois, está a paratopia do escritor: ser de uma só vez o impuro e a fonte do inefável, o pária e o gênio. “Estando na fronteira da sociedade organizada, o artista é aquele em que se mesclam perigosamente as forças maléficas e as forças benéficas” (MAINGUENEAU, 2018, p. 100).

Ainda, de acordo com Maingueneau (2018), a paratopia, que também é um fenômeno relacionado ao fator espacial, pode ser classificada em: paratopia de identidade (familiar, sexual e social), que se dá pela imagem marginalizada concernente ao lugar em que se encontra; paratopia espacial, que se dá através do exílio ou do nomadismo; paratopia temporal, que possui característica anacrônica com relação ao contexto em que se encontra; e paratopia linguística, que representa um distanciamento da língua materna e/ou uma hibridização de línguas.

Há, no discurso literário, levando em consideração as condições de enunciação, o que Maingueneau (2018) chama de embreagem paratópica, que, semelhante à embreagem linguística, é formada de

elementos que participam simultaneamente do mundo representado pela obra e da situação paratópica através da qual se institui o autor que constrói esse mundo (MAINGUENEAU, 2018, p. 121).

A embreagem paratópica pode se desenvolver de diversas formas e requer, simultaneamente, identificação e distanciamento, não estando relacionada somente a um elemento, de forma isolada, mas a uma teia de relações com a qual esse elemento está envolvido. Nessa dualidade (distanciamento e identificação) espacial em que se encontra esse discurso de não-pertencimento a um dado espaço social e, ao mesmo tempo, pertencente a todo e qualquer lugar gera uma problemática de insustentabilidade, que resulta na própria questão existencial desse discurso, bem como a do autor:

Enquanto discurso constituinte, a instituição literária não pode de fato pertencer plenamente ao espaço social, mantendo-se na fronteira entre a inscrição em seus funcionamentos tópicos e o abandono a forças que exercem por natureza toda a economia humana (MAINGUENEAU, 2018, p. 92).

O discurso literário está na fronteira entre a inscrição em seus funcionamentos *tópicos* da sociedade e o afastamento desses mesmos funcionamentos e do que é esperado. Vemos que é exatamente por ser um discurso constituinte que o discurso literário engendra a existência de uma impossibilidade de pertencimento ao espaço social. Por isso, o discurso literário, como todo discurso constituinte, está no lugar da negociação de pertencimento, na paratopia.

Para Maingueneau (2018, p. 146), o discurso literário não é um território compacto que gera simplesmente algumas dificuldades locais de estabelecimento de fronteiras, mas é um espaço radicalmente duplo. Funciona com base num duplo movimento de desconexão e de conexão das instâncias subjetivas. Alguns fixam sua atenção na desconexão (abordagem textualista) e outros na conexão (abordagem contextualista); aqueles privilegiam “o inscritor” e estes, “a pessoa” ou “o escritor”. Os próprios criadores se dividem entre os posicionamentos que optam maciçamente pela desconexão e os que preferem a conexão, com todas as posições de negociação e de compromisso imagináveis. Esses dois movimentos são a um só tempo contraditórios e complementares, sendo a impossibilidade de estabilizar as relações um dos motores da produção literária.

2.6 Posição sujeito na Análise do Discurso

Para Pêcheux (1997), uma teoria do discurso se funda como uma análise não subjetiva, ou seja, em que desmistifique a ideia de que o sujeito é a fonte de sentido. Assim, concebe o sujeito como cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Um sujeito tripartido: pela língua, pelo inconsciente e pela ideologia. Desse modo, o sujeito e os efeitos de sentido são produtos do posicionamento (das FD) no qual se inscrevem. Contudo, conforme a AD sofre reformulações ao longo do tempo, as noções de sujeito e de discurso também sofrem mudanças. Desse modo, com a força que a noção de interdiscurso ganha, sujeito e discurso são concebidos na rede de relações interdiscursivas, na qual o outro – do discurso e do sujeito – assume papel fundamental.

Essa rede nos aponta para uma complexificação da noção de enunciação. Esta ocorre em um lugar específico (cena de enunciação) encenado pelo discurso que coloca o indivíduo na condição de sujeito. Isso traz a noção de sujeito, a manifestação da subjetividade no discurso, para uma das questões centrais da AD. Nesse sentido, duas maneiras de conceber essa noção são basilares. Primeiro, a AD reitera a noção de sujeito descentrado e incompleto, que só constrói sua identidade na relação com o Outro. Em segundo lugar, para a AD, sujeito e os efeitos de sentido estão subordinados aos posicionamentos que ocupam em uma conjuntura. E, como os posicionamentos são múltiplos, sujeito e efeitos de sentido também o são; não podem ser concebidos aprioristicamente. Daí, então, não tratarmos de “sentido”, mas de efeitos de sentido negociados na interação.

Maingueneau (2008b) atualiza a categoria de enunciação proposta por Benveniste e a amplia, postulando a noção de cenas de enunciação, a fim de se escapar de uma abordagem sociológica dessa categoria em que os interlocutores materializam papéis sociais no discurso. Por isso, segundo Maingueneau,

o sujeito que mantém a enunciação, e se mantém por meio dela, não é nem o morfema “eu”, a sua marca no enunciado, nem algum ponto de consistência exterior à linguagem “entre” o texto e o contexto há a enunciação, “entre” o espaço de produção e o espaço textual, há a cena de enunciação, um “entre” que descarta toda exterioridade imediata. Não se podem dissociar as operações enunciativas mediante as quais se institui o discurso e o modo de organização institucional que, ao mesmo tempo, o pressupõe e estrutura (MAINGUENEAU, 2006, p. 135).

Fundamentado em uma concepção de linguagem que concebe o discurso no entrecruzamento de prática languageira e lugar social, o quadro teórico desenvolvido por Maingueneau (2005, 2015a, 2018) oferece outra perspectiva para a relação entre sujeito e processos enunciativos. Para ele, a subjetividade enunciativa, ou especificamente as instâncias de enunciação do sujeito, é concebida intrinsecamente aos lugares sociais e às suas implicações com os lugares discursivos em que os sujeitos se inscrevem para enunciar.

Nesse mesmo ponto de vista, Orlandi (2007) argumenta ser o discurso uma relação complexa entre sujeitos e efeitos de sentidos afetados pela língua

e engajados pela/na história. E, além disso, especifica a autora, o discurso é o intermédio entre o homem e a realidade, também responsável pela existência e transformação de ambos. É um objeto sócio-histórico, que se materializa na língua e é nele que se manifestam os posicionamentos dos sujeitos. Por esse motivo, o discurso é o lugar onde podemos observar a relação entre língua e os valores culturais e sociais de um grupo, compreendendo como no discurso encontram-se efeitos de sentido para/por sujeitos.

Essa reflexão também se verifica no discurso de Rufino dos Santos:

A literatura é a única história do pobre – assim como a música popular, o enredo da escola de samba, a arquitetura e a decoração dos mocambos, o artesanato artístico, o futebol-arte, e a literatura oral – porque o institui como sujeito desejante (RUFINO DOS SANTOS, 2004, p. 35).

Na perspectiva de Charaudeau & Maingueneau (2004), o discurso implica também um sujeito que se assume como instância enunciativa, fonte das referências pessoais, temporais e espaciais, revelando uma atitude perante aquilo que diz. Além disso, esse sujeito procura monitorar sua enunciação, pois o discurso se constrói em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar (Charaudeau & Maingueneau; 2004 p. 170). Entretanto, pode mudar sua trajetória ganhando outros efeitos de sentido, já que não existe domínio absoluto sobre ele. Maingueneau (2013, p. 62) afirma esse fenômeno da seguinte maneira: o discurso é considerado no bojo de um interdiscurso, portanto, só adquire sentido no interior de um universo discursivo, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros – outros enunciados que são comentados, parodiados, citados.

No Brasil, mais recentemente, a perspectiva de sujeito em AD tem sido trabalhada pelo Grupo Discurso e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dentre as pesquisas, destacamos duas que avançam o conceito. Carreira (2015) assevera que, quando tratamos de *sujeito* no processo discursivo, falamos de uma instância que deixa suas marcas no discurso, atua no processo de interação e constrói as manifestações discursivas que possibilitam que se pronuncie como identidade social e interaja com outros sujeitos. Ao mesmo tempo, essa interação cria e recria a própria linguagem que

atualiza valores sociais, instaura e mantém o poder social; que, por sua vez, constrói e reconstrói ideologias. “Os sujeitos criam o discurso e podem assujeitar-se a ele, de tal modo que certos papéis sociais estabelecem instâncias discursivas e identificam instituições” (CARREIRA, 2015, p. 118).

Já Chaves entende que “sujeito” é a confluência dos regimes de identidade social (precisa ser reconhecida por outros e validada em um lugar simbólico social e temporal) e identidade discursiva (elementos identitários performatizados em uma manifestação comunicativa). Para ele essa concepção se justifica porque são regimes

de identidade capazes de aglutinar traços identitários em um espaço que é ao mesmo tempo social, histórico e discursivo. Social, porque estamos tratando das relações que têm limite no campo dos grupos sociais, que se circunscrevem no limite das instituições e das crenças. Históricos, porque este espaço obedece aos elementos significativos em um tempo, sendo, desse modo, um elemento dêitico. Discursivo, porque é no limiar do discurso que o sujeito se impõe, marcando traços identitários que melhor lhe representam, consciente ou não dessa manifestação (CHAVES, 2018, p. 56).

Ora, tratar da noção de sujeito em AD significa apreender uma instância complexa que se dá na relação entre as pessoas da perspectiva enunciativo-discursiva, e que está situada sócio-histórica e culturalmente. Sujeito, portanto, é uma noção discursiva que articula saberes de diversos campos e imbrica as acepções de identidade e autoralidade, ou seja, é uma noção que funde o social, o cognitivo e o interacional. Resgatando a teoria da enunciação:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade - que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa como eu (BENVENISTE, 1991, p. 286).

Nessa concepção, o sujeito é concebido como ser heterogêneo, cuja identidade se funde na alteridade. Um sujeito que não possui uma essência, a não ser na história e no seio de uma sociedade na qual ele se projeta na interação com o Outro, que lhe é espelho. Authier-Revuz (2004), além de considerar sujeito e linguagem nessa mesma dimensão dialógica, acrescenta a ela o conceito de sujeito Freud-lacaniano:

O dialogismo do círculo de Bakhtin faz da interação com o discurso do outro a lei constitutiva de qualquer discurso. (...) Outro ponto de vista é o da psicanálise (...) que mostra, através de sua prática e de sua problemática, (...) que sob “nossas palavras”, outras palavras são sempre ditas (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

Devido a esse processo de constituição ser contínuo, embora o sujeito acredite possuir uma identidade unificada, ele está sempre em formação, fadado à incompletude. A identidade apenas pode ser concebida como uma “falta” que procuramos incessantemente preencher. Tanto a identificação de uma incompletude quanto a busca pelo seu preenchimento são perceptíveis na relação com o Outro.

[...] a identidade um liame do discurso, cuja função é caracterizar o lugar de enunciação dos sujeitos do discurso; esse lugar de enunciação é pré-determinado sócio-histórica e culturalmente, e, também uma negociação de efeitos de sentido, dadas pelo interdiscurso na enunciação (CHAVES, 2018, p. 15).

Assim, o dever do analista é reconstituir o inconsciente, cuja única forma de manifestação é pelo discurso. Já que o discurso não se reduz a seu dizer explícito, pois nele manifesta-se o outro de nós mesmos, que foi ignorado e recusado. Nessa articulação entre o discurso e seu avesso, é possível que a análise traga à tona aquilo que o sujeito diz, sem saber, de seus desejos.

Considerando esse arcabouço teórico, Authier-Revuz (2004) constitui as noções de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. Ao levar em conta as manifestações do outro no discurso, a partir desses dois conceitos, é de que o sujeito, fadado a uma incompletude constitutiva, sua heterogeneidade, é movido por uma ilusão de unidade, de dominância sobre seu discurso. Por isso, pontua o discurso, marca o lugar do outro na tentativa de afirmar o seu próprio lugar e seu domínio.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As condições de produção e de circulação do discurso de Rufino dos Santos revelam a amplitude do seu pensamento em várias áreas do conhecimento, por sua participação ativa no movimento negro e pela sua participação prática no campo político e pela pluralidade de aspectos sob os quais pousa seu olhar ao longo de sua atuação na sociedade como professor, pesquisador, literato, militante, político. A partir dessa dimensão, explicitamos, na sequência, os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em primeiro lugar, pudemos mapear cronologicamente a obra de Rufino dos Santos; na sequência, ao tomá-la como discurso, constituímos o *corpus* para a análise.

Quanto as classificações e sistematizações das obras, elas foram feitas em ordem cronológica e, em alguns casos, com consulta ao trabalho de Martins²⁶, de 2022. Por produzir mais de 60 livros, além de outros textos como artigos, apresentações, entrevistas, apesar de apresentarmos sua obra como um todo, nossa análise irá se focar no *corpus* constituído, no discurso literário. A apresentação abaixo, no entanto, deve possibilitar uma visão mais ampla do *opus* de Rufino dos Santos.

Em 1978, Joel Rufino dos Santos começa a escrever literatura infanto-juvenil à qual se dedicou intensamente, publicando 24 livros. A primeira publicação é *O Curupira e o espantalho*²⁷, da editora Abril – Coleção Amarelinha. No mesmo ano, publica *Uma estranha aventura em Talalai* que foi ganhadora do prêmio Jabuti. E publica também *A pirilampeia e os dois meninos de Tatipurum*, da editora Ática – Coleção Pique.

Já em 1979, publicou *O dia em que o povo ganhou*, livro que conta o episódio do dia 2 de julho de 1823, no Recôncavo Baiano, fim da Guerra de

²⁶ Jonas Lara Marins, historiador, defendeu, em 28/02/2022, uma dissertação de mestrado (UFSCar) que recupera os temas da questão racial, subjetividade e atuação sociopolítica na obra de JRS, focando nos trabalhos acadêmicos.

²⁷ É possível recuperar o discurso, pelo canal de contação de histórias no Youtube no seguinte link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=-lIMvnJwIK4>

Independência da Bahia. Segundo a sinopse da editora Civilização Brasileira, é uma narrativa viva e quase romanceada, como os acontecimentos demandam de um escritor sensível, mas também com a transcrição de documentos; é uma obra que revolve as entranhas do movimento pela independência do Brasil, pois consegue alcançar aqueles momentos em todos os seus segmentos sociais e políticos. Fala das elites comerciais e agrárias, dos comerciantes pequenos, médios e nos escravos de ganho, nos militares, políticos, clero, ilhéus e interioranos, combatentes em todas as frentes, em terra e mar. Segundo Severo (2020),

o livro ficou um tanto esquecido justamente porque não contempla a tese politicamente correta de que aqueles acontecimentos seriam manipulações dos interesses dominantes, e assim desqualificados como legítimas lutas populares. Joel respalda sua tese num fato insofismável: a única festa verdadeiramente popular comemorativa da Independência do Brasil é o 2 de julho da Bahia.

QUADRO EXPOSITIVO CRONOLÓGICO 1 (DÉCADA DE 1970)

<i>Classificação</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Sinopse</i>
<i>Infantil</i>	O Curupira e o espantalho	1977	
<i>Não-ficção</i>	O dia em que o povo ganhou	1979	Esse livro conta o episódio do Recôncavo Baiano. Uma narrativa viva e quase romanceada, como os acontecimentos demandam de um escritor sensível, mas também com a transcrição de documentos. “O Dia em que o Povo Ganhou” é uma obra que revolve as entranhas do movimento pela independência do Brasil, pois consegue alcançar aqueles momentos em todos os seus segmentos sociais e políticos. Fala das elites comerciais e agrárias, dos comerciantes pequenos, médios e nos escravos de ganho, nos militares, políticos, clero, ilhéus e interioranos, combatentes em todas as frentes, em terra e mar. A Bahia de Joel sintetiza muito bem todos esses aspectos e narra completamente aqueles momentos.
<i>Infantil</i>	Uma estranha aventura em Talalai	1978	O mar despejou um estranho marinheiro em Talalai. Era domingo, o céu estava baixo e cinzento. Mau presságio! O marinheiro chegou puxando a conversa a agindo como se conhecesse todo mundo, mas o pessoal da vila não é de dar conversa para desconhecidos. Esta história é uma alegoria do homem que dedica sua vida a melhorar a vida das pessoas que ele não conhece, mas que ama. Homens como Patrick, o herói de Talalai, arriscam sua vida para ensinar aos outros alguma coisa que melhore suas vidas. Temem a morte, mas

Infantil		estão convencidos de que vale a pena. O herói principal dessa história, porém, não é Patrick. É o povo de Talalai.
	A Pirilampeia e os dois meninos de Tatipurum	1978 No planeta Tatipurum, dois meninos vivem em pontos extremos do lugar. Ambos acham que estão certos e que o outro é que vive de cabeça para baixo. Até surgir Pirilampeia, do planeta Pirilampeu, que abala a certeza dos garotos.

Em 1980, publica o livro *O que é racismo?*, na Coleção Primeiros Passos, editado pela Brasiliense, que inicia um projeto editorial de trabalhos sobre questões sociais elaborados por especialistas. No mesmo ano, publica outros dois livros infantis pela editora Ática, *O curumim que virou gigante* e *O noivo da cutia*.

Segundo Martins (2022),

Dado importante é que além da amplitude de temas, a coleção circulava em todo o território nacional. De um total de mais de 300 publicações, somente duas se direcionam a questão racial: o volume 7 (*O que é Racismo?*, escrito por Joel Rufino dos Santos e publicado em 1980) e o volume 278 (*O que é Apartheid – O Apartheid social no Brasil, escrito por Cristovam Buarque e publicado em 1993*). *O que é Racismo*, (1980) é um texto que contribui com o debate acerca das relações raciais no Brasil. Em seus tópicos Joel Rufino dos Santos aborda o racismo em três dimensões:

- a primeira ao abordar as “origens” do racismo, calcada na produção intelectual europeia a partir do século XVII, para tal, afirma que o racismo mais que o preconceito e a discriminação é: à forma ou sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sob outros.
- na segunda, Santos retoma o debate a partir de histórias do cotidiano demonstrado as facetas do racismo na prática cotidiana.
- na terceira parte, são abordadas as principais modalidades do racismo brasileiro e seus esquemas de embranquecimento, trazendo dois autores para o centro do debate – Lima Barreto e Machado de Assis.

Em 1981, publica um livro sobre o futebol brasileiro, *História política do futebol brasileiro*, em que faz uma condução da história social do futebol do país, em que as alterações que a sociedade brasileira vivia a partir do início do século XX, transformaram um esporte das elites para um esporte tipicamente popular,

tentando articular assim à história do futebol a mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Em 1982, publica *Uma festa no céu*, uma adaptação do conto folclórico famoso. E, em 1984, publica *A botija de ouro*²⁸, que conta a história de uma menina escravizada sem nome, que é maltratada pelo Senhor. Essa é a primeira vez que os temas de negritude aparecem na literatura infantil de Rufino dos Santos. No mesmo ano, publica *Cururu virou pajé*, que conta a história de Baíra, um corajoso índio caiová, estava disposto a roubar o fogo – que era guardado pelo urubu-rei – para que seu povo cozinhasse os alimentos. O livro foi selecionado para o acervo permanente da Biblioteca Internacional para a Juventude e Munique.

Em 1985, publica *Ipupiara: o devorador de Índios*, que conta a história de Domingos Jorge Velho, um bandeirante apresentado com aspectos ambíguos: por um lado, tido como um corajoso desbravador; e, por outro, como devorador de índios, um exterminador cruel de escravos fugidos. Na trama, ele é chamado de “Ipupiara”, termo da mitologia Tupi que se refere a uma espécie de homem-monstro marinho. No texto, o bandeirante é o responsável pelo massacre sanguinário do Quilombo dos Palmares, a primeira república negra do Brasil. Na história, há uma luta contra a ideia de história única, pois remonta a uma outra narrativa sobre a figura – destemida e assassina – dos bandeirantes e sobre o período colonial. No mesmo ano, publica a biografia *Zumbi*, em que faz um resgate da figura histórica e icônica quando se fala em organização do povo negro através dos quilombos ou Angola Janga, como definiu Rufino dos Santos.

Em 1986, publica dois livros pela editora Ática, *Dudu Calunga*²⁹, conto de origem banto, sobre um elegante homem negro de gorro vermelho e uma perna só; e *Rainha Quiximbi*³⁰, uma história também africana cuja personagem principal é uma viúva desamparada cujo noivo falece na noite do casamento. Depois disso, ela passou a ficar sempre na janela choramingando por não ter

²⁸ É possível recuperar o discurso, pelo canal de contação de histórias no Youtube no seguinte link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=jOAX5yc4DKY>

²⁹ É possível recuperar o discurso, pelo canal de contação de histórias no Youtube no seguinte link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=fNUK4xTNIRO>

³⁰ É possível recuperar o discurso, pelo canal de contação de histórias no Youtube no seguinte link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=9uBwZXZnWBE>

um amor. Certo dia aparece um homem com quem ela se casa, mas ele diminui até ficar do tamanho de um dedal e desaparece. A viúva volta para a janela desolada, encontra outro homem muito pequeno, parecido com o anterior, e casa-se com ele também. O amor dela era tão imenso que o homem começou a crescer, chegando a pegá-la na mão. Ela não sabia o nome dele, mas, quando descobriu, ficou espantada. Ele era Nbamba, um deus africano, rei das criaturas encantadas. Esse rei cola as pernas de Quiximbi, transformando seus pés em rabo de peixe, colocando escamas em seu corpo. Em seguida, leva-a à praia e diz aos peixes que ela é a rainha Quiximbi. Ele transformou-a em sereia por temer que os homens não a deixassem em paz, caso ouvissem suas palavras de amor. Quiximbi passou a viver no mar e a cantar para atrair homens e mulheres, aparecendo apenas em noites enluaradas.

Em 1978, publica um livro sobre constituições, *Constituições de ontem, Constituinte hoje*, compilando o debate em torno da redemocratização e o papel da luta negra no processo da constituinte. No mesmo ano, publica *Histórias de Trancoso*, livro que abre a Coleção Curupira da editora Ática, cujo objetivo era o de reunir histórias do folclore popular brasileiro. Trancoso foi, historicamente, uma figura da literatura portuguesa, que juntou, em coleção famosa, narrativas lusitanas e ibéricas que circulavam oralmente na Idade Média. A denominação, “história de Trancoso”, superou, porém, o autor da antologia, passando a designar contos de imaginação e exagero, em que o extraordinário supera o verídico ou o verossímil. Na acepção proposta por Rufino dos Santos, Trancoso significa igualmente um “herói popular que se vinga dos ricos e poderosos através da astúcia”.

Segundo Martins (2022)

Em 1988 e 1989, trabalhou como colaborador em *Abolição e República*. Destaco também dois artigos publicados sobre a questão do negro: *Para que serve o negro (1989)* e *o Movimento negro e a crise brasileira (1985)*. Esses dois textos trazem uma reflexão sobre uma análise do movimento negro a partir de 1930 e seus desdobramentos com a crise brasileira e mundial, ou seja, de que o movimento negro deveria funcionar como elo entre a dinâmica negra e o processo político-ideológico brasileiro [...]. Durante a década de 1980, Joel Rufino dos Santos produziu um conjunto de textos que emergiram de um grande debate sobre as relações raciais no Brasil, ancorada numa revisão historiográfica sobre uma visão negra da história para

compreender o *lugar* do negro na tradição do pensamento brasileiro possibilitando uma expansão dos estudos sobre o tema das relações raciais no Brasil.

QUADRO EXPOSITIVO CRONOLÓGICO 2 (DÉCADA DE 1980)

Classificação	Título	Ano	Sinopse
Infantil	O curumim que virou gigante	1980	Tarumã queria muito ter uma irmã e vivia pedindo isso aos pais. Como a irmã não vinha, ficou só pensando como ela seria... tanto imaginou que passou a achar que ela realmente existia. Quando pescava, pegava um peixe a mais para a irmã imaginária. Os curumins começaram a achar, então, que ela tinha mesmo nascido e decidiram presentear-lá. Mas onde está a irmã de Tarumã que nunca aparece? O indiozinho vai inventando desculpas até que ninguém mais acredita nelas.
Infantil	O noivo da cutia	1980	O teiú e o jabuti querem se casar com a bela cutia. O pai da moça quer o mais sabido como genro. E a noiva, qual deles prefere?
Não-ficção	O que é racismo	1980	Alguns tentam provar que as diferenças sociais são determinadas por fatores biológicos. Outros explicam que o racismo surgiu da necessidade de justificar a agressão. Seria verdade? Faria o racismo parte da natureza humana? Neste livro, os primeiros passos para a compreensão deste fenômeno universal, suas modalidades e suas implicações sociais.
Não-ficção	História política do futebol brasileiro	1981	Lançado em 1981, trata-se de um pequeno livro com pouco mais de 90 páginas publicado na coleção Tudo é História, da editora Brasiliense. Em linhas gerais, a proposta da coleção é editar trabalhos históricos em uma linguagem acessível endereçadas a um público não-especializado.
Infantil	Uma festa no céu	1982	Há muito tempo atrás houve uma festa uma seca tremenda na terra, os animais que moravam no céu, vendo isso, resolveram fazer uma festa no céu. Na festa haveria muita comida e bebida. Logo todos os animais foram à festa, foi uma auê, muita comida, muita bebida e todos estavam se divertindo, até que de repente um dos convidados perguntou pelo baile. Mas tinha um pequeno impasse. É que os instrumentos musicais, haviam ficado lá na terra. E agora? Até que resolveram, a preguiça iria buscar na terra a viola, para começar o baile e de quebra traria o pandeiro do elefante. Assim que a preguiça saiu, começou a briga entre os bichos.
Infantil	A botija de ouro	1984	
Infantil	Cururu virou pajé	1984	

Infantil	Ipupiara: O Devorador de Índios	1985	Domingos Jorge Velho foi um bandeirante, um corajoso desbravador. Mas foi também um devorador de índios, um exterminador cruel de escravos fugidos. Foi o Ipupiara. Foi o responsável pelo massacre sanguinário do Quilombo dos Palmares, a primeira república negra do Brasil. Num clima de aventura, neste texto impressionante, a figura destemida mas assassina deste bandeirante mostra o que foi a realidade do período colonial da nossa história.
Infantil	Dudu Calunga	1986	
Infantil	Rainha Quiximbi	1986	
Não-ficção	Constituições de ontem, Constituinte de hoje	1987	
Infantil	História de Trancoso	1987	

Em 1990, publica *A questão do negro na sala de aula*, em que, a partir da premissa de que o Brasil não é uma democracia racial, expõe aspectos e alternativas recalcados da civilização brasileira. Oferecendo ao professor ampla bibliografia da história e da cultura dos negros africanos e brasileiros, traz a necessidade de compreender o Brasil e de ver o brasileiro que somos e devemos ser.

Em 1991, publica *Mania de trocar*³¹ e *O burro falante*³², pela editora Moderna; e um romance intitulado *Crônicas de Indomáveis delírios*, em que durante a Revolução Pernambucana de 1817, sonha trazer Napoleão para comandar seu exército, esse movimento era um típico caso de “ideias fora do lugar”, a pergunta que o narrador o faz é: Como pode praticar a igualdade, liberdade e fraternidade em um país de escravos? A narrativa postula que só a Abolição e a incorporação dos quilombos possibilitariam a vitória, recriando, com base em fatos históricos, uma narrativa sobre as contradições do Brasil Império.

Em 1993, publica *O soldado que não era*, que narra a história de Maria Quitéria, a heroína de nossa independência, não hesitou em vestir uma farda

³¹ É possível recuperar o discurso, pelo canal de contação de histórias no Youtube no seguinte link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=sVKu4pkvMGO>

³² É possível recuperar o discurso, pelo canal de contação de histórias no Youtube no seguinte link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=6yrWM1UZWY>

para lutar pela liberdade do Brasil. E, em 1994, publica um destacado estudo sobre a cultura popular brasileira com Wilson do Nascimento Barbosa, *Atrás do muro da noite: dinâmicas das culturas brasileiras*, em que apresenta ao leitor brasileiro a voz do negro, relatando sua experiência existencial, mostrando assim seus anseios, mergulhando no aparato subjetivo e objetivo da existência negra, trazendo uma contribuição para o Novo Humanismo.

Em 1996, publica, pela FTD, *Afinal, quem fez a República?*, um texto que traz consigo algumas reflexões sobre a ideia de “raça” e suas implicações no uso cotidiano das relações sociais, sobre a luta dos movimentos negros e sobre a questão do populismo enquanto uma característica concreta da realidade. Martins (2022), sobre este livro, afirma que

[...] para Joel Rufino dos Santos a verdade das classes no Brasil é que desde que houve aqui um padrão capitalista de acumulação (e isso houve desde a Colônia) tivemos obviamente as classes. O equívoco, supõem os partidários daquela segunda maneira de ver, está em supor que classe é a forma preferencial de inserção no Brasil, no passado como no presente. Os fatos da sociedade brasileira – históricos, sociais, políticos, culturais – se organizam mais facilmente se utilizamos a categoria de inserção por *ordem*. Povo, por exemplo, seria uma ordem ou estado: grupo social instituído pela ausência de certos privilégios e certa maneira de estar no mundo (cultura).

QUADRO EXPOSITIVO CRONOLÓGICO 3 (DÉCADA DE 1990)

<i>Classificação</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Sinopse</i>
<i>Não-ficção</i>	A questão do negro na sala de aula	1990	A partir da premissa de que o Brasil não é uma democracia racial, o objetivo deste livro é expor aspectos e alternativas recalcados da civilização brasileira. Oferecendo ao professor ampla bibliografia da história e da cultura dos negros africanos e brasileiros, traz a necessidade de compreender o Brasil e de ver o brasileiro que somos e devemos ser.

<i>Ficção adulta</i>	Crônica de indomáveis delírios	1991	Dois dos mais interessantes momentos históricos do Brasil no século XIX. Delírios irônicos, ambiciosos, cômicos, misturados aos fatos da revolução pernambucana de 1817 e o levante malê em 1835. O sonho era trazer Napoleão Bonaparte, então prisioneiro na ilha de Santa Helena, para comandar o exército revolucionário que pretendia derrotar o absolutismo colonial. Nesse romance, Joel Rufino dos Santos junta realidade e sonho e imagina que Napoleão vem mesmo ao Brasil, trazendo sua tão desejada quanto incômoda estratégia de luta, pois o glorioso Imperador insiste em abolir a escravidão e formar um exército de ex-escravos. Naturalmente, isso era inaceitável para os revolucionários donos de escravos. Surge assim a primeira pedra inarredável no caminho do famoso gênio militar: as contradições do liberalismo brasileiro. Napoleão desaparece misteriosamente e termina a primeira parte do romance, que é narrada por Roldão Gonçalves Rabelo. Na segunda parte, tendo como fundo a revolta malê de 1835, outros personagens — malandros, kardecistas, candomblezeiros, negros fugidos — aparecem para viver a trama diabólica que envolve a Bahia, o Brasil e a civilização cristã ocidental. Alguns protagonistas da revolução anterior reaparecem para fechar o círculo e completar a narrativa com a surpresa final. Além de surpresas, humor refinado e minuciosa pesquisa histórica do vocabulário de época, Joel Rufino nos oferece um retrato vivo de Brasil, que seria o do passado, caso nossos delírios não continuassem absolutamente indomesticáveis e nossa política não permanecesse vinculada às ideias importadas, impossíveis de serem encaixadas na realidade brasileira
<i>Infantil</i>	Mania de trocas	1991	
<i>Infantil</i>	O burro falante	1991	
<i>Infantil</i>	O soldado que não era	1993	O soldado que era mulher: Maria Quitéria, a heroína de nossa independência, não hesitou em vestir uma farda para lutar pela liberdade do Brasil. É a história de nosso país, narrada com o vigor e a emoção de uma aventura.
<i>Infantil</i>	Robin Hood	1997	Adaptação em português do clássico da literatura inglesa, com linguagem acessível para o público jovem. Fiel ao Rei Ricardo I, Coração de Leão, que partira numa cruzada e desaparecera, Robert Fitzooth era visto com desconfiança por João, irmão do rei, que usurpara o trono na ausência dele. Robert transforma-se então no lendário Robin Hood, o salteador virtuoso, que roubava dos ricos para distribuir aos pobres.
<i>Não-ficção</i>	Afinal, quem faz a República?	1998	

Em 2000, publica em formato de livro-coletânea sob o título *Quando eu voltei, tive uma surpresa*, uma série de cartas dirigidas ao filho Nelson e guardadas pela mãe, a psicóloga Teresa Garbayo dos Santos, escritas nos anos em que esteve preso. Por sua notoriedade, recebeu o prêmio Orígenes Lessa no mesmo ano. A lei da Anistia concedeu indulto a todos que cometeram crimes políticos ou eleitorais e àqueles que sofreram restrições em seus direitos políticos em virtude dos Atos Institucionais. Essa lei possibilitou, por um lado, a Joel Rufino o retorno à vida acadêmica e, por outro, a valorização de suas produções com o recebimento de vários prêmios e condecorações, entre eles, a comanda da Ordem do Rio Branco por sua contribuição à cultura brasileira.

Em 2001 publica *Paulo e Virgínia: O literário e o esotérico no Brasil atual*, que situando o fenômeno esotérico como um desdobramento da contracultura na década de 1960, a partir do fenômeno Paulo Coelho, propõem uma análise sobre a alienação acadêmica, sua circulação e produção, sobre ocultismo, a literatura de massa e a tecnologia. O esotérico preencheria o vazio que a modernidade não soube preencher, caberia então a tecnologia a conciliação.

Em 2002 publica *Missão do Ministro da Cultura e Cadernos do Nosso tempo*, volume 8, em que faz uma exposição no contexto da Reforma de Estado proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, mostrando a ampliação e as transformações da ideia de Cultura, especulando sobre a conversão dessa ideia em categoria analítica. Defende aqui uma tese interessante, de que os fatos da sociedade, antes de se apresentarem como tal, se apresentam como cultura numa espécie de *plano anterior* onde os problemas sociais e políticos devem ser projetos e onde devem nascer consequentemente, as estratégias do governo. No mesmo ano, publica *Duas histórias muito engraçadas*, que reúne os dois livros publicados em 1991 – *Mania de trocar* e *O burro falante* –; e *O Saci e o Curupira e outras histórias do folclore*, em que reúne vários dos textos infantis já publicados como livros independentes até então.

Em 2004, publica seu livro *Épuras do Social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*, em que Rufino dos Santos propõe uma nova forma de ação sistemática dos intelectuais a favor dos pobres. Sobre esse livro, Martins (2022) defende que

Partindo da acepção de Marx: “*porque os pobres trabalham para nós?*”, o primeiro capítulo do livro Joel Rufino dos Santos, busca uma redefinição do que seriam os pobres, o que definiria o negro é a pobreza, ou seja, o pobre excluído pelos mecanismos sociais e pelos limites da sociabilidade do negro, portanto, vai analisar a partir de clássicos da nossa literatura (Bumba-meu-boi, Policarpo Quaresma), dialogando assim com a sociologia de Bourdieu, Florestan Fernandes, Wallerstein. Logo em seguida a discussão colocada por Joel Rufino dos Santos, ganha força na possibilidade da transformação social, na qual, os intelectuais ganham papel preponderante no debate público e de sua função na sociedade contemporânea, o diálogo é intenso aqui, com Barthes, Lima Barreto, Paulo da Portela, Gramsci. Na sua argumentação central designa o que seria *O plano anterior*, entendido como Cultura. Joel Rufino dos Santos, vai reposicionar o conceito de cultura, propondo uma atualização dialética de seu conceito. De superestrutura passaria a categoria chave para descrever como realmente a sociedade tem funcionado, antes de ser um fato social total, os *fatos* se apresentariam como cultura – num plano anterior – o diálogo intenso se apresenta com Marcuse, Guy Debord. Nesse livro as ideias de Joel Rufino dos Santos, ganham uma vitalidade enorme, por deslocar o campo da cultura, do negro e da função do intelectual enquanto um produtor da cultura.

Em 2005, publica *A nova justiça: como e por que o Rio de Janeiro saiu na frente*, mostra a história do Judiciário fluminense depois da redemocratização. O livro foi saudado pela cúpula do TJ como o fim dos tempos em que o tribunal e a própria Justiça eram chamados “de caixas-pretas” ou “torres-de-marfim”. No mesmo ano, publica *Gosto de África*.

Em 2006, publica *Ciúme em céu azul*, que, em versos, narra o conflito vivido no céu por uma pipa amarela e uma arraia vermelha ameaçadas por uma pandorga sem cor. “A pipa e a arraia se paqueraram (...) A pandorga sem cor, coitada/ teve ciúme da pipa e da arraia. Sabem o que fez? Foi em cima da pipa amarela, cortar, / sua linha. A pipa amarela/ rabeou e saiu fora”. Uma chuva muito forte põe fim a maldade da pandorga. Porém, quando o sol volta a brilhar ela reaparece para atacar. Desta vez, no céu azul, também estão, além da pipa amarela e da arraia encarnada, o papagaio marrom, o volantim cor de abóbora, o quadrado bordô e a cafifa cinzenta. E, em vez de cortar, ficou presa no meio deles e se cortou. Todos foram atrás dela e a salvaram. No mesmo ano, publica *O presente de Ossanha* conta a história de dois meninos e dois mundos distintos: um negro, pobre, escravo e sem nome; o outro branco, com nome, rico e o direito de fazer do negrinho um “brinquedo”. Baseado em um conto de José Lins do

Rêgo, o autor recria a história sob o ponto de vista do menino sem nome acrescentando informações da cultura africana e do mundo mítico do moleque escravo. Publica também *Vida e morte da onça-gente*, em que é contada a história da onça-gente, onça aventureira que teve coragem de sair por aí sozinha e ganhar o mundo, indo de um lugar para o outro, sem saber onde ficar. Trabalhou para um fazendeiro cruel, apanhou de capiau, foi passada para trás por um bode, uma canoa e um macaco juiz, conheceu um casal de cobras-irmãs e foi guardião da Terra sem Males, até que encontrou o seu fim.

Em 2007, publica *O jacaré que comeu a noite* e *O barbeiro e o judeu da prestação contra o sargento da motocicleta*, cuja sinopse informa um morro do Rio de Janeiro uma barbearia um sargento de polícia um vendedor ambulante de origem judaica uma mulher negociada por dois homens um embrulho de jornal misterioso. A novela se passa logo depois da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Era uma época de esperança na paz mundial. Ninguém sofreria mais por pertencer a raças diferentes, professar religião diferente, sentir ou pensar diferente. O nazismo fora derrotado. A ditadura brasileira do Estado Novo (1937-45) fora derrotada. A Palestina repartida entre judeus e não-judeus. Era uma esperança. Não era uma realidade. Gente continuou a sofrer pelas mesmas razões de antes. Mas continuou também a ter como sempre desejo de amar e criar filhos, sonhar com o futuro. No mesmo ano, publica *Quatro dias de rebelião*, que narra a história romanceada da Revolta Contra a Vacina Obrigatória, episódio intrigante da Primeira República. Durante quatro dias, em novembro de 1904, a população pobre do Rio de Janeiro tomou conta da cidade, surrando vacinadores, invadindo prédios públicos, destruindo os lampiões da iluminação pública e as obras da nova avenida. No quarto dia, políticos de oposição e militares florianistas se tentaram valer da rebelião popular para derrubar Rodrigues Alves, não o conseguindo porque a sublevação das ruas extinguiu-se como fogo de palha. No fundo, a vacina fora simples pretexto. As ruas estavam repletas de desempregados e desabrigados, enquanto a polícia monetarista do presidente anterior provocava recessão comercial e industrial.

Em 2008, publica *Na rota dos tubarões: o tráfico negreiro e outras viagens*, em que reconstitui uma viagem do navio negreiro para assim discutir o impacto do colonialismo sobre as sociedades africanas, as colônias americanas e os

países europeus com diferentes pontos de vista – o geográfico, econômico e político. Publica também *Quem ama literatura não estuda literatura: ensaios indisciplinados*, em que a *indisciplina* pode ser considerada como a fronteira das disciplinas (da sociologia, antropologia, psicologia) em que no interior delas parece haver uma maior segurança. E no mesmo ano, publica *Assim foi (se me parece)*, que narra sua trajetória de vida, do golpe militar até a sua anistia, revisitando as consequências políticas e históricas ao longo de duas décadas. Passando assim pela Ditadura, seu exílio na Bolívia e no Chile e sua passagem pelas celas do DOI-COIDE e do DOPS.

Em 2009, publica *O grande pecado de Lampião e sua terrível peleja para entrar no céu* e *O caçador de lobisomem*, que resgata um pouco do nosso imaginário popular. Nesse mesmo ano publica um livro *A Banheira de Janet Leigh*, que é um conjunto de seis ensaios, em que a proposta novamente é uma interdisciplinaridade ou como ele frisava *indisciplinada*, em que busca entender a sociedade contemporânea não apenas do ponto de vista historiográfico ou sociológico; precisaria enxergar além, aquilo que ficou nos campos dos desejos e afetos. Passeando pelas temáticas da bioética, a internet, investiga também traços fundamentais da história nacional, como a questão do negro trata sempre como socioeconômica. Publica também *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Esse livro é interessante na medida em que dispõem dos mecanismos de exclusão que fizeram Carolina Maria de Jesus, não ser reconhecida anteriormente. Nesse livro Joel Ruino, resgata a história de Carolina entrelaçando com a história do Brasil, com reflexões sobre classes/ordem, sociedade, raça e escritura.

QUADRO EXPOSITIVO CRONOLÓGICO 4 (DÉCADA DE 2000)

<i>Classificação</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Sinopse</i>
<i>Não-ficção</i>	Quando eu voltei, tive uma surpresa	2000	Brasil, 1972. O pai, Joel, vai para a prisão. Não por ser bandido, mas por acreditar na história e na liberdade. O filho, Nelson, oito anos, sem poder entender totalmente o que está acontecendo, busca consolo para a dor abraçado à gaiola de seu passarinho. Durante cerca de dois anos da imposta distância entre um e outro foram escritas cartas. Cartas que tentavam minimizar os sofrimentos, de um e de outro, inventando coisas boas e histórias engraçadas. Cartas de amor muito especial. Amor pelo povo, pelo país. Amor de um pai que passa em vida sua melhor herança- a visão clara e a coragem para lutar contra as injustiças.
<i>Não-ficção</i>	Paulo e Virginia	2001	Procurando a origem do fenômeno esotérico, Rufino abre uma discussão sobre o ocultismo, a literatura de massa e a tecnologia. O esoterismo preencheria o vazio que a modernidade não soube preencher. À tecnologia, caberia a redenção final, a reconciliação.
<i>Infantil</i>	Duas histórias muito engraçadas	2002	Estas duas pequenas histórias buscaram inspiração no repertório de contos e anedotas populares. Mas trazem de original uma dose de imprevistos e de situações absurdas surrealistas mesmo que nos faz dar boas gargalhadas. A primeira, parece trazer o típico mote do rico fazendeiro enganado pelo astuto, mas não é bem isso; pode-se dizer que é um homem enganado por si mesmo; quem mandou confiar em poderes mágicos? A segunda se assemelha, pela estrutura, aos conhecidos contos de encadear, ou de acumular, em que o protagonista vai trocando sempre uma coisa pela outra; a maior graça dela advém, no entanto, dos incríveis objetos trocados e da reação de quem os troca. Nas duas histórias estão presentes personagens e cenários do folclore brasileiro (o fazendeiro, a roça, o cigano de feira, o tropeiro, o violeiro) misturados a referências históricas, modernas ou antigas, como o burro que carregou o Menino-Jesus, o que carregou Juscelino e a Copa do Mundo.
<i>Não-ficção</i>	Missão do Ministro da Cultura	2002	

<i>Infantil</i>	O Saci e o Curupira	2002	Você já viu um saci, que anda pelo mato à noite com uma perna só? E um curupira, que tem os pés virados para trás? Se você nunca encontrou algum deles, prepare-se para conhecer esses e outros personagens incríveis que fazem parte de nosso folclore.
<i>Não-ficção</i>	Épuras do social: Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres	2004	O livro aborda uma questão inquietante: como os intelectuais podem trabalhar para os pobres? Simples, na aparência, a pergunta envolve questões complexas que o autor procura resolver, propondo uma nova forma de ação sistemática dos intelectuais a favor dos pobres.
<i>Não-ficção</i>	A nova justiça	2005	
<i>Infantil</i>	Gosto de África	2005	Mitos ou realidade? Lendas ou detalhes relevantes das tradições negras? Além e acima das denominações, o autor conta, em cada página, facetas que nos permitem compreender melhor nossa cultura. Cultura tão diversificada, multifacetada mas, ao mesmo tempo, complementar em suas diferenças. Além de interessantes passagens da História, cada um dos "sabores" contidos neste "Gosto de África" deve ser degustado e apreciado como prato típico de uma época que deixou marcas, que uniu negros e brancos em um tempo de escravidão e liberdade, submissão e força, humilhação. Mas, acima de tudo, como o desejo de viver sua própria história e de tentar descobrir quem é, realmente, o povo brasileiro.
<i>Infantil</i>	Cíume em céu azul	2006	
<i>Infantil</i>	O presente de Ossanha	2006	Mais uma lenda do que um fato... Mais um mito do que uma história... O Presente de Ossanha conta a história de dois meninos e dois mundos distintos. Um negro, pobre, escravo e sem nome; o outro branco, com nome, rico e o direito de fazer do negrinho um "brinquedo". Baseado em um conto de José Lins do Rêgo, o autor recria a história sob o ponto de vista do menino sem nome acrescentando informações da cultura africana e do mundo mítico do moleque escravo

<i>Infantil</i>	Vida e morte da onça-gente	2006	Essa história é dos tempos do começo do mundo, tempos em que ainda não havia noite e, por não haver noite, não se contavam histórias. Um tempo em que ainda vivia Baíra, o Pai dos Índios, o primeiro parente de toda a gente. Ao ler, ficamos sabendo das andanças de Baíra, que vivia solitário até encontrar sua mulher, a Rainha Quiximbi, a piolhenta. Da casa da Rainha, Baíra trouxe a Noite, que carregou consigo três coisas terríveis: carapanã - mosquito terrível, frio e pesadelo, mas que também trouxe o tempo de contar histórias. Essa é também a história da onça-gente, onça aventureira, a única do séquito de Baíra que teve coragem de sair por aí sozinha e ganhar o mundo. Não sendo nem onça, nem gente, não sabia como viver. Vivia sempre cheia de dúvidas, indo de um lugar para o outro, sem saber onde ficar. Trabalhou para um fazendeiro cruel, apanhou de capiau, foi passada para trás por um bode, uma canoa e um macaco juiz, conheceu um casal de cobras-irmãs e foi guardiã da Terra sem Males, até que morreu flechada pela amazona Vic Corajosa dos Monstros.
<i>Não-ficção</i>	Zumbi	2006	Em Zumbi, o autor narra a biografia do líder negro, a criação, a resistência e a destruição do quilombo de Palmares
<i>Juvenil</i>	O barbeiro e o judeu da prestação contra o sargento da motocicleta	2007	
<i>Ficção adulta</i>	Quatro dias de rebelião	2007	Este livro é a história romanceada da Revolta Contra a Vacina Obrigatória, episódio intrigante da Primeira República. Durante quatro dias, em novembro de 1904, a população pobre do Rio de Janeiro tomou conta da cidade, surrando vacinadores, invadindo prédios públicos, destruindo os lampiões da iluminação pública e as obras da nova avenida. No quarto dia, políticos de oposição e militares florianistas se tentaram valer da rebelião popular para derrubar Rodrigues Alves, não o conseguindo porque a sublevação das ruas extinguiu-se como fogo de palha. No fundo, a vacina fora simples pretexto. As ruas estavam repletas de desempregados e desabrigados, enquanto a polícia monetarista do presidente anterior provocava recessão comercial e industrial.

<i>Não-ficção</i>	Assim foi (se me parece)	2008	Sem a ilusão de escrever a verdade e distante do rigor academicista, o historiador, professor de literatura brasileira, militante socialista e ativista negro Joel Rufino dos Santos traz à tona, no memorialístico "Assim foi (Se me Parece) - Livros, Polêmicas e Alguma Memória", algumas das passagens mais importantes do passado recente do país.
<i>Ficção adulta</i>	Na rota dos tubarões	2008	Joel Rufino convida o leitor para uma aventura através da história, para que conheça um pouco dos caminhos e das origens do tráfico negreiro. Durante essa jornada, são revelados detalhes dessas viagens, dos grandes navios e das fortunas envolvidas nessa atividade que perdurou até a metade do século XIX.
<i>Não-ficção</i>	Quem ama literatura não estuda literatura	2008	O objetivo aqui é questionar o modo quase infrutífero como se estuda e leciona literatura no Brasil. Segundo Rufino, para verdadeiramente estudar literatura, não adianta quase nada analisar as obras em relação aos movimentos, escolas e estilos de sua época, como se faz nos colégios e universidades brasileiras. Ele defende que o estudo de literatura só será socialmente relevante no Brasil quando ele for feito com base em antropologia, sociologia, psicologia, história, teoria da comunicação e até economia.
<i>Não-ficção</i>	A banheira de Janet Leigh	2009	Debruçado sobre o seu tempo, Joel Rufino dos Santos dribla o senso comum para compreender, nos seis ensaios aqui reunidos, as transformações do mundo contemporâneo por meio de uma proposta interdisciplinar.
<i>Juvenil</i>	O caçador de lobisomem - 2. ed.	2009	Passavento recebeu com festa o coronel Dondom, o maior caçador de lobisomem do mundo. Também a cidade vivia em sobressalto, os cachorros latiam à meia-noite, estranhas marcas cobriam as árvores, barulhos esquisitos não deixavam o povo dormir, era o lobisomem. Ou seria Cussarruim? Joel Rufino dos Santos conta, de forma simpática e bem-humorada, as aventuras dos habitantes de um vilarejo em busca da paz perdida.
<i>Infantil</i>	O grande pecado de Lampião e sua terrível peleja para entrar no céu	2009	Joel Rufino junta literatura de cordel e teatro para criar esta história inspirada num dos heróis mais populares do Nordeste brasileiro - Lampião. Às portas do céu, o rei do cangaço pede passagem. E tem início a peleja, que promete muito riso e surpresa.

Em 2010, publica um romance *Bichos da terra tão pequenos*, em que explora a condição de vida na sociedade brasileira a partir da narrativa do pobre nos subúrbios cariocas, entre o tráfico e o carnaval, entre o morro e o asfalto, entre as prisões, as escolas e os templos evangélicos. Nesse romance o que Joel Rufino dos Santos, pretende é realizar e demonstrar a vida dos pobres, seus dilemas, suas aflições em que o cotidiano da Zona Norte do Rio de Janeiro ganha vida. E publica também *Histórias de bichos*, que conta as aventuras do cavalinho branco do sorriso azul que queria ser da cor do sol, do pintinho que não conseguia sair da casca e da capivara de ouro, entre outras.

Em 2012, publica seu último livro de ficção para adultos, *Claros sussurros de celestes ventos*, em que a narrativa se constrói a partir do encontro de dois escritores negros Lima Barreto e Cruz e Sousa, tendo como pano de fundo a passagem do século XIX e início do século XX, o romance pode ser lido retomando acontecimentos históricos, a Revolução Paulista de 1932, do Modernismo, das cidades mortas do Vale do Paraíba e da crise de 1929.

Em 2013, publica *Crônicas para se ler na escola* e *A escravidão no Brasil*, este último pela coleção Como Eu Ensino da editora Melhoramentos, em que propõem uma nova proposta de como ensinar a história da escravização. E no ano seguinte, 2014, publica *A menina que descobriu o segredo da Bahia*, que narra a descoberta de uma coreana que chega ao Brasil de um mundo novo de tradições culturais, costumes e crenças. Mas numa festa, por descuido, a menina desagrada a um orixá e, como castigo, recebe a difícil missão de descobrir o segredo da Bahia. No mesmo ano, publica *Eu contra ele nas cavernas de Minas*, aventura pelo tempo e pelo espaço, cruzando com diversos personagens da literatura e testemunhando episódios marcantes da história. E publica também uma grande genealogia sobre o teatro negro brasileiro, *A história do negro no teatro brasileiro*, constitui uma valiosa contribuição para o estudo do tema. Joel Rufino dos Santos, apresenta uma constelação da cena teatral brasileira desde a colônia até o século XXI, passando por momentos como a criação do TEM (Teatro Experimental do Negro) até a proliferação de grupos teatrais no século XXI. Joel Rufino dos Santos, recupera muitas encenações à céu aberto, buscando nas tradições do folguedo, Cosme e Damião, Reisado, o Congado entre outras.

Segundo Martins (2022),

nessa perspectiva, Joel Rufino dos Santos, desloca o “monopólio da representação” do branco sobre o negro. Nesse sentido o autor situa a diferença entre teatro e drama, para acentuar a ausência do negro no teatro brasileiro – entendido como um lugar do *habitus* “burguês”.

Em 2015, publica seu último livro, *Saber do Negro*, produzido com base em uma pesquisa que realizou intitulada “Relações Brasil-África entre os séculos XVI e XIX”, que aborda o papel desempenhado pelos negros na história brasileira. O livro é composto por três partes em que se conflui através de uma perspectiva de longa duração sobre a história brasileira; a rebeldia dos quilombos, a marginalização do negro e a luta contra o racismo no movimento negro contemporâneo, cada capítulo traz uma gama de referências sobre o estado da arte nas produções sobre as relações raciais no Brasil.

QUADRO EXPOSITIVO CRONOLÓGICO 5 (DÉCADA DE 2010)

Classificação	Título	Ano	Sinopse
<i>Ficção adulta</i>	Bichos da terra tão pequenos	2010	Camilo é um homem com talento, reconhecido pela avó desde criança, para as letras. Sabe ler melhor que qualquer um em sua classe, tem habilidade natural para aprender. Sente, porém, que sua vida pode tomar um rumo inusitado, com contornos trágicos, ao fugir de casa com vergonha de erros cometidos quando garoto, deixando a mãe e a irmã para trás. Anos depois, conhece seu mentor, o instrutor de futebol Castoriano, que rodou o mundo pelo mar amparado por suas crenças no comunismo. É por meio de Castro que Camilo conhece Mariângela, cantora de muitos amores. E é por meio de Mariângela que Camilo conhece a desgraça e a morte, ao se indispor com um dos amantes da amada.
<i>Não-ficção</i>	Carolina Maria de Jesus - uma escritora improvável	2010	Negra, semianalfabeta e favelada. Essa poderia ser a história de qualquer mulher brasileira das classes pobres se não fosse por um detalhe - a paixão de Carolina Maria de Jesus pela leitura e pela escrita. Joel Rufino, que declara sempre ter tido vontade de escrever sobre Carolina, chamou de “grafomania” essa grande paixão que a catadora de papel possuía pelas letras. Neste livro, ele conta a vida de Carolina Maria entrelaçando-a com a história do Brasil com reflexões sobre classe, sociedade, raça e escritura.

<i>Infantil</i>	Histórias de bichos	2010	Joel Rufino de Santos conta as aventuras do cavalinho branco do sorriso azul que queria ser da cor do sol, do pintinho que não conseguia sair da casca e da capivara de ouro, além de outras. Acompanhada das ilustrações do artista Cláudio Martins, a inspiração do autor advém de histórias que a avó materna lhe contava - casos de curupira, lobisomens, de bando de Lampião, boitatás.
<i>Infantil</i>	O jacaré que comeu a noite - 4. ed.	2011	O jacaré que comeu a noite, escrito por Joel Rufino dos Santos e ilustrado por Eduardo Albini, traz uma história muito divertida que reúne todos os animais da floresta. Era uma vez um jacaré mandão que comeu o Sol e deixou tudo na maior escuridão. Mas, quando a barriga dele começou a queimar, o jacaré cuspiu o Sol. Mais tarde, então, ele comeu a lua e, NHACO!, devorou a noite inteirinha. E agora, o que o macaco, o sapo, o jabuti, o pato e todos os outros bichos vão fazer num dia claro sem fim? Assim é difícil pregar os olhos...Em O jacaré que comeu a noite, de Joel Rufino dos Santos, cria-se um mito do sono do jacaré, passando pelo conflito na floresta criado quando esse personagem come a noite e obriga que todos os outros animais fiquem acordados. As belas ilustrações do premiado Eduardo Albini dão um toque especial ao livro.
<i>Ficção adulta</i>	Claros sussurros de celestes ventos	2012	Primeiro livro do premiado Joel Rufino dos Santos pela Bertrand Brasil, "Claros sussurros de celestes ventos" apresenta um conjunto de narrativas fantásticas que se intercalam de forma intensa, criando um mosaico, uma explosão de sentimentos e sensações, por meio de eventos importantes ocorridos entre os séculos XIX e XX. No livro, Joel Rufino inventa que dois dos maiores escritores negros do Brasil, Lima Barreto e Cruz e Sousa, se encontraram algumas vezes e que algumas de suas criaturas, como a Olga, do Policarpo Quaresma, e a Núbia, de Broquéis, continuam suas vidas em novos tempos e lugares. Pode ser lido como um romance histórico da revolução paulista de 32, do modernismo, das cidades mortas do vale do Paraíba, da crise de 29. Ou apenas como uma intensa ficção, em que o próprio estilo poético é personagem. Uma das intenções do autor com "Claros sussurros de celestes ventos" é despertar o interesse do leitor, sem didatismo, a descobrir o gosto pela ficção e pelos clássicos. Para isso, lança mão de personagens marcantes e histórias que se misturam a relevantes fatos históricos.

<i>Não-ficção</i>	A escravidão no Brasil	2013	A obra se apresenta como uma metodologia para o ensino da escravidão no Ensino Fundamental II. Tem início com as acepções de escravidão no dicionário, distinguindo cada uma, destacando que escravidão (fato histórico) e trabalho escravo são diferentes. A reflexão tem início com o entendimento da Escravidão como o capítulo inicial da primeira globalização do planeta. Como era o tráfico negreiro? O que era ser escravo no Brasil? O capítulo seguinte da obra se detém em esmiuçar aspectos da escravidão brasileira, como os escravos de escravos e os motivos pelos quais o escravo principal no Brasil foi o negro, e não o índio. Depois de explicar aspectos históricos relacionados ao fenômeno no país, o autor especula sobre os motivos pelos quais se deve ensinar a escravidão – fato histórico – no Brasil de hoje. O que a escravidão nos deu? Qual o seu legado histórico e cultural? A obra se encerra com indicações de livros e vídeos que abordam a questão, bem como temas correlatos, como racismo, preconceito racial e discriminação racial. Atualizando a discussão, traz dados para análise dos motivos pelos quais negros e índios são os mais pobres dentre os brasileiros.
<i>Não-ficção</i>	Crônicas para ler na escola	2013	As três coisas que Joel Rufino dos Santos mais gosta são futebol, história e literatura. E elas se somam ao fato de que ele é um extraordinário contador de histórias. Professor e historiador experiente, o autor escreve sobre assuntos fundamentais da cultura brasileira de um modo singular, trazendo novos pontos de vista e resgatando personagens e fatos pouco conhecidos na história do país.
<i>Infantil</i>	A menina que descobriu o segredo da Bahia	2014	
<i>Infantil</i>	Eu contra ele nas cavernas de Minas	2014	

Não-ficção	O saber do negro	2015	Saber do negro resultou de uma pesquisa intitulada “Relações Brasil-África entre os séculos XVI e XIX”, realizada por Joel Rufino dos Santos. Entre os produtos da pesquisa, este livro, em particular, discute, com uma abordagem historiográfica, o papel desempenhado pelo negro na história do Brasil. O texto procura simultaneamente fazer um levantamento do que o negro sabe, do que se sabe sobre o negro e, na confluência dessas duas vias, do que o negro sabe de si, a visão sobre si mesmo que o negro vem construindo no Brasil. O tema é desenvolvido sob três aspectos, que costumam ser considerados como as etapas da história dos negros no Brasil: a rebeldia expressa nos levantes escravos e nos quilombos, a marginalização dos ex-escravos e seus descendentes, e a luta contra o racismo configurada no movimento negro moderno. Cada capítulo é composto por um texto que apresenta o assunto de forma organizada, seguido por uma seção de notas que reúnem uma grande quantidade de referências bibliográficas e citações de estudos essenciais sobre o tema, além de alguns detalhes adicionais. Assim, mais que um livro-texto fechado e acabado, Saber do negro é um roteiro estratégico para o estudo da história do negro brasileiro.
------------	------------------	------	---

A constituição do *corpus* em AD, como vimos no segundo capítulo, se dá de muitos modos diferentes, contudo, ela sempre leva em conta a concepção de discurso, pois é nele que constituídas as práticas inseridas na sociedade. No nosso caso, como vimos no terceiro capítulo, como o sujeito é uma posição discursiva, uma função dos discursos, buscamos constituir um *corpus* a partir da noção de *opus* de Rufino dos Santos, de modo que conseguíssemos analisar a categoria sujeito, como uma criação discursiva, que está articulada às condições sócio-históricas e culturais de produção.

Para tanto, fizemos a leitura de toda a obra de Rufino dos Santos, a que apresentamos brevemente neste capítulo e, na sequência, tomando a obra como discurso, construímos um *corpus* com recortes das categorias infantil e ficção adulta e, por fim, realizamos uma análise que segue no próximo capítulo.

Com esse método de constituição do *corpus*, compreendermos o posicionamento como uma prática determinada de ações subjetivas, objetivamente implicando em novas possibilidades de se conhecer a estrutura dos discursos em seus aspectos gerais na ciência. É o posicionamento que rege os discursos que nos cercam de modo a ser fundamental analisar esses discursos e para discernir as ações que são perpetradas por eles e sob as quais vivemos. No mesmo sentido, entender as transformações sociais e humanas, a ruptura entre o senso comum e as ciências, por exemplo, é essencial, pois essas são práticas sociais decorrentes de FD e é nosso papel como cientistas expô-las.

A análise que seguirá no próximo capítulo, ao mobilizar previamente a noção de *opus*, se preocupa em verificar a emergência de um enunciador negro no discurso literário de Rufino dos Santos, localizando recortes que demonstram a reflexão do sujeito sobre a composição do próprio discurso e suas relações com a sociedade; identificar como o discurso literário negro constrói uma cenografia que dê conta da criação identitária como uma maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros, buscando apresentar recortes com cenas diferentes, mas que se unem na constituição desse propósito maior ao serem relacionadas; e apresentar como as categorias paratopia, posicionamento e código languageiro atuam em função da identidade e da autoralidade

CAPÍTULO IV

NEGRITUDE E AUTORALIDADE NA OBRA DE JOEL RUFINO DOS SANTOS

Como podemos perceber com os pequenos movimentos analíticos espalhados pelo texto até aqui, o discurso literário de Rufino dos Santos é um *opus* dedicado às questões da história do negro, à ancestralidade mítica, aos mitos constitutivos e identitários, às acepções folclóricas da ancestralidade que remonta África e à criação de uma negritude brasileira. Com isso, o autor Rufino dos Santos cria um lugar para si em que pode reclamar a condição de sujeito negro, uma subjetividade complexa, com um forte traço de resistência – nas palavras do autor, de *indisciplinabilidade* –, rechaçando, mas sem esquecer, a condição de objeto / mercadoria na qual a comunidade negra foi posta por tanto tempo.

O discurso literário de Rufino dos Santos traz consigo marcas no código linguageiro que evidenciam a paratopia de criação, ora, esse é um tipo de discurso, como defendido acima, que não tem um campo definido, logo, é por meio da enunciação que são criadas as condições para a produção dos discursos. Vemos emergir, pela paratopia, uma identidade enunciativa de um contador de histórias, mas ela se constitui no diálogo entre os campos da Literatura e da História. No discurso, podemos perceber que essa identidade se mostra em momentos específicos explicitando a paratopia.

Uma boa história pode começar de qualquer maneira. Esta começa com uma quitandeira da Bahia. [...] O sobrenome deixo para dizer depois. [...] Não sei. Quando começou esta história, ela já era livre [...]. Não sei. Queria apenas contar uma história e já estou enredado em discussão. [...] Batizaram-no Luís, mas não vou dizer o sobrenome. [...] (RUFINO DOS SANTOS, 2005c)

Minha Carolina é, em boa medida, uma personagem que criei. A verdadeira me escapa, como escapa a todo o mundo. Fiz dela aqui um retrato: bovarista, marrenta, inteligentíssima, capaz de se tornar escritora com só dois anos de escola, mulher interessante, fisicamente parecida com uma fluminense de sucesso tardio, Clementina de Jesus. Retrato infiel? Confirmei alguns clichês, fugi de outros (RUFINO DOS SANTOS, 2009a, p. 41).

ESTA HISTÓRIA É MUITO mais cumprida do que vocês vão ler. Eu a encurtei com um peso no coração (RUFINO DOS SANTOS, 2006b, p. 41).

Nos recortes acima, os traços da criação do discurso literário que se opõem às práticas dos discursos da História. Aqui, o enunciador reflete sobre a própria prática discursiva – o que é “uma boa história”, como ela começa –, expõe sua própria intenção – quer é “contar uma história” e não se enredar em discussões – e realiza protelações conscientes para criar uma espécie de suspense.

Nota-se que o enunciador deixa transparecer no discurso traços do processo criativo, dando a si mesmo uma identidade enunciativa. Esta não se confunde com a identidade da pessoa empírica do professor Joel Rufino dos Santos, professor e pesquisador, mesmo que este último, porque historiador, tenha uma autoridade para narrar a biografia de Luís Gama e de Carolina Maria de Jesus. O processo criativo do discurso literário atravessa o campo da História de modo a fazer com que o enunciador insira no seu discurso essa condição.

O *ethos* do contador de história emerge, assim, podendo criar uma espécie de suspense ao esconder o sobrenome das figuras históricas apresentadas no discurso. Ao tratar de Luísa e Luís, sem sobrenome, o enunciador cria um jogo de esconde-esconde responsável por gerar, na revelação, um clímax, uma catarse. Apenas ao terminar de ouvir a história os demais participantes da interação deverão resgatar na memória discursiva quem foram Luísa Mahin e Luís Gama, por exemplo, renovando os efeitos de sentido construídos até então.

Rufino dos Santos defende essa posição ímpar do contador de histórias, daquele que faz literatura, sem renunciar a outras identidades sociais. O enunciador de discurso literário produz, segundo ele, “um conhecimento singular da realidade social” (RUFINO DOS SANTOS, 2008a, p. 155). O discurso literário não é um conhecimento secundário, acessório, subsidiário das ciências sociais, mas essencial, pois cria

uma *informação* única sobre o funcionamento da sociedade, em cada momento. Literatura nada mais é que o arquivo artístico da condição humana, enquanto as outras disciplinas só arquivam fatos específicos – econômicos, políticos, administrativos, de

política internacional etc. O que se encontra exclusivamente nela? Os desejos e as afeições, os fantasmas e os monstros, as angústias e os sonhos – precisamente aquilo que é universal em nós, nossas *expressões sinceras* (RUFINO DOS SANTOS, 2008a, p. 155, grifos originais).

O enunciador do discurso literário de Rufino dos Santos se encontra nessa relação paradoxal em relação à sociedade, ao mesmo tempo em que ele não pode legitimar sua enunciação nas instituições, ao mesmo tempo em que ele não é um historiador, professor ele também o é. Na verdade, é por meio do próprio discurso que a posição de autor se legitima.

Os três excertos que compõem o recorte em análise fazem partes de diferentes livros de Rufino dos Santos, contudo, ao mobilizar a noção de *opus*, tomando toda a produção discursiva do autor como um único discurso literário, começamos a perceber que há, para além dos discursos individuais, uma constituição mais ampla e, ainda assim, coesa, que nos permite identificar efeitos de sentido negociados a um nível macro do discurso.

Ainda considerando o a relação entre o enunciador e a reflexão sobre o próprio discurso literário, veremos mais adiante que aparecem misturados e recriados, no discurso literário de Rufino dos Santos, mitos ficcionalizados, que retraçam mitos de origem e de identidade, estabelecendo uma Podemos relação interdiscursiva com os mitos de diversas culturas, como dos povos indígenas sul-americanos, de alguns povos africanos e de alguns europeus, uma mistura que faz alusão aos povos que ocuparam o espaço que chamamos hoje de Brasil durante os últimos séculos.

Essa relação interdiscursiva com os mitos de origem possibilita que, por meio da recuperação da memória discursiva, do imaginário, dos rituais, da literatura de um povo, o discurso literário de Rufino dos Santos recrie o lugar da contação de história e jogue com a contradição da mescla de culturas.

Vejamos o recorte abaixo:

Há muito tempo, quando nada existia no mundo, também não existia a noite. Daí não se contavam histórias. Quem conta história de dia, cria rabo de cutia. Era muito ruim (RUFINO DOS SANTOS, 2006a, p. 5).

– Pois então. Eu vou contar pelo mundo todo que aqui tem Cussaruim. O último, já que a espécie está em extinção. Os turistas vêm. Passavento enriquece. O senhor aceita? (RUFINO DOS SANTOS, 2009c, p. 59).

No recorte acima podemos identificar um paradoxo para a enunciação literária. O autor não é apenas aquele que conta uma história, mas também aquele que guarda a memória do início de tudo, do início de um povo. A identidade social do autor, como a representação identitária de sua nação, encontra-se em processo de autoconhecimento e isso envolve os fatores problemáticos e contraditórios da formação social do próprio autor. Assim, quando Rufino dos Santos recorre aos estudos da cultura, da etnografia e do folclore, está impelido de forma individual a buscar conhecimento sobre a formação de sua própria identidade social.

Ao apontar que a contação de histórias não existia sem o ambiente noturno e que, quem conta histórias durante o dia cria rabo de cotia, o conteúdo do discurso, além de mobilizar o humor comum nos livros infantis, ele também, de forma sutil, aponta para o perigo que é ser o portador de histórias. Ser autor de discurso literário é uma atividade perigosa e que pode trazer a transfiguração, se não praticada de modo correto. Entretanto, o trabalho do autor não é completamente negativo, ele também é uma atividade que pode gerar lucro, pode trazer benefícios para a sociedade, como acontecerá com Passavento, se a história de lá for contada para o mundo todo.

Vemos se estabelecer uma posição conflitante para o lugar que o autor pode ocupar na sociedade. Se, por um lado, ele pode ocupar um lugar de prestígio, de portador da memória de das realizações de uma sociedade, sendo uma figura de prestígio, ele também pode ocupar um lugar de pária, de portador de informações débeis e infrutíferas, aquele que traz a monstruosidade com seu rabo de cotia. Esse lugar do autor é paratópico. A enunciação literária leva o autor a uma criação carregada de aspectos da fantasia que exigem a contraposição e contradição que sustentam a localização paradoxal de Joel Rufino dos Santos como autor.

A ESTA ALTURA torna-se necessário uma nova explicação. Evitei-as o quanto pude, pois eu mesmo, que fui testemunha dos

fatos, não tenho certeza de nada (RUFINO DOS SANTOS, 2006b, p. 90).

O mesmo autor-testemunha é o autor que não tem certeza de nada. Rufino dos Santos joga com pertencimento às histórias e aos fatos que aparecem em seu discurso. Um dos aspectos marcantes que constituem essa paratopia de autor é o fato de o Brasil possuir um mito de formação a partir de três etnias majoritárias que integrariam as raízes culturais do país. Assim, em sua obra, o autor compõe um novo discurso sobre as raças com as quais se originaria a cultura nacional. Ele trabalha com os mitos, como veremos, na perspectiva da enunciação indígena, dos povos que estavam primeiro na América.

Nos discursos *Cururu virou pajé* (1999) e *Vida e morte da onça-gente* (2006a), por exemplo, verificamos a problematização da questão identitária da sociedade brasileira, por um discurso marcado por uma mistura cultural como um esforço de entendimento e valorização de um paradoxo constituinte de formação da nação. Entre eles, o primeiro que destacamos é *Baíra*, posto como “nosso primeiro parente”. A ideia sozinha de um parente da coletividade, da fundação de uma sociedade (primeiro), instaura um *nós* coletivo que engloba o enunciador, aqui um enunciador-narrador.

Baíra, é um herói que trabalha para o bem de um povo, um índio que passa por obstáculos que o afirmam como um ente sobrenatural pertencente ao imaginário amazônico. Ele, rouba o fogo, como faz Prometeu, e abre uma caixa, de onde saem os malefícios da nossa terra – a carapanã, o frio e o pesadelo, caracterizados por Boiúna e pela Mãe da Noite como “três coisas ruins”, como um aviso ao herói que seu desejo de ter a noite para o descanso teria consequências – como o fez Pandora.

No meio do caminho, de curiosidade, abriu a cuia. De dentro dela pulou a Noite. Mas saiu tanto mosquito carapanã que Baíra teve de abrir caminho a faca. Quanto mais cortava, mais carapanã fechava seu caminho. Era tanto carapanã, mas tanto, que as picadas faziam flutuar o Pai dos índios. Se conformou e dormiu ali mesmo. Teve frio. No outro dia de manhã, chegou em casa e mandou a mulher, já preocupada, preparar o almoço. Deitou na rede e ferrou no sono outra vez. Teve pesadelo feio, difícil de contar (RUFINO DOS SANTOS, 2006a, p 16).

Os mitos, Prometeu, Pandora e Baíra, possuem pontos de convergências e podem ser remetidos ao processo de hibridação cultural pelo qual passaram os povos que conviveram na formação da cultura brasileira, visto que, como afirmam Farias e Nascimento (2017, p. 5971), “quando os navegantes europeus desembarcaram em nossas terras, trouxeram em suas bagagens as mitologias greco-romana e seus costumes que se fecundaram e foram hibridizando-se e cristalizando-se” aos dos povos que aqui existiam.

De certo modo, vemos que há uma paratopia da identidade da própria constituição do povo brasileiro, que não pertence a nenhuma raça específica, mas à mistura de outros povos, do mesmo modo que são misturados os mitos. Segundo Assunção e Moura (2017, p. 176), “nenhum brasileiro poderá negar essa herança, pois ser um e ao mesmo tempo pertencer às três raças é uma condição do princípio de formação da identidade do país”.

Compreendemos, assim, que o paradoxo de identidade enunciativa, discursiva e social do autor é uma das peças importantes que possibilitam o funcionamento da embreagem paratópica que leva à produção discursiva, pois o autor, diante da sua função social, estrutura um projeto de reforma cultural do país na busca de valorizar e refletir sobre as raízes da cultura brasileira bem como a hibridização delas.

Ainda sobre a questão da geografia, o discurso literário de Rufino dos Santos apresenta elementos condizentes com uma paratopia espacial, possivelmente influenciada pelas experiências derivadas do desbravamento da cultura brasileira, realizado pelo escritor, que era historiador de formação. Esse desbravamento da cultura nacional implicou o desbravamento territorial das regiões do Brasil e de suas fronteiras, levando o autor a um posicionamento paradoxal espacial no discurso.

Por se tratar de um discurso literário que reúne uma gama considerável de elementos estéticos do Real Maravilhoso, o autor explora paratopia espacial geográficos do país, transitando por diversos estados e cidades. Assim, as instâncias que se movimentam pela cenografia podem ir de um estado a outro em um curto período, chegando até mesmo às fronteiras de países vizinhos. Essa dispersão pelo território nacional será recorrente durante todo enredo, principalmente, ao acompanharmos a saga da personagem Baíra:

Na língua de nossos parentes antigos, *Bahia* quer dizer formosa. Então Baíra tinha muita curiosidade de visitar esse lugar. Atravessou a Lagoa Escura e a Poça do Grande Homem, pulou o Rio do Diabo, navegou no Rio dos Morcegos, se perdeu no *Mato Grosso*, escorregou pela Serra Chuvosa e, depois de passar por Águas Quentes, deu um pulo no Rio Infeliz, subindo o Mirante Azul para poder enxergar a *Bahia*. Na língua dos nossos antepassados esses lugares se chamavam assim: Bauru, Abaeté, Anhangabaú, Andaraí, Catete, Mantiqueira, Niterói, Ipanema e Copacabana. Tinha muito turista argentino. Um deles, se chamando Tchê, deu ao Nosso Antepassado a camisa 10 do Maradona (RUFINO DOS SANTOS, 2006a, p. 20).

Nesses recortes, percebemos que o discurso literário do autor nos direciona a um deslocamento geográfico que nos leva a diversos locais do território brasileiro o que sugere um reforço da necessidade de conhecer as raízes do nosso país bem como entender as ligações culturais heterogêneas mediadas pelos espaços fronteiriços compartilhados. Paralelamente ao discurso de culturas heterogêneas, porém constituintes de um só país ou de uma parte do continente, podemos articular um paradoxo espacial baseado na ideia de fixar-se em um espaço de uma região específica do território nacional, mas percorrer ou mudar-se para outras regiões.

Subiu o Morro dos Prazeres, entrou na Grotta dos Desperdícios, pernitoou no Estirão do Valha-me-Deus e, por fim, acampou no Rio do Peixe Podre. Nossos parentes antigos chamavam este último lugar de Ipanema (RUFINO DOS SANTOS, 2006a, p. 38).

Depreendemos do excerto supracitado que essa condição de dispersão espacial, que caracteriza a paratopia espacial do autor, está ligada à situação de deslocamentos decorrente das pesquisas de cunho etnográfico em seu percurso pelo Brasil. Santos passou por muitas regiões do país, foi exilado e preso durante a ditadura militar. Portanto, o enredo que nos mostra as trajetórias de Baíra e da onça-gente em busca de uma vida menos perversa e trata da condição fronteiriça de um autor que esteve em constante transição espacial pelo seu país.

Além das trajetórias, a onça-gente encontra a *Terra sem Males* que é narrada como a terra feliz, em que

os pássaros falavam, ao invés de piar, fazendo ninho no próprio chão. Não havia tosse, nem catarro ou frieira no pé, cobreiro ou câncer, que mata muito. Comida tinha por demais. Não se precisava deitar para dormir. Nada de raios, trovões ou

tempestades. Os ventos varriam o chão, nem esse trabalho se tinha por lá. O clima era de Teresópolis. Quando as pessoas atingiam a velhice, não morriam. Ao contrário. Bastava tirar um retrato e prender no punho da rede. O retrato ia envelhecendo e você ficando moço (RUFINO DOS SANTOS, 2006, p. 61-62).

Esse lugar maravilhoso, para onde as pessoas são recrutadas por Cunhambebe³³, é o local que o mal do mundo não atinge, assim como era o Jardim do Éden antes das transgressões de Adão e Eva. Vemos, mais uma vez uma paratopia entre os locais e as culturas europeia e indígena que, segundo Farias e Nascimento (2017), é como o autor trata da “herança vinda de outras culturas e se fixou, fazendo parte do imaginário amazônico”.

Uma importante questão que se coloca também aqui é a interdiscursividade que o discurso literário de Rufino dos Santos faz com o discurso literário de Mário de Andrade. Se, por um lado, Baíra e a onça-gente nos trazem uma valorização das composições étnicas que eram tidas como certas pelo discurso dominante no Brasil durante o século XX pelo viés da valorização do elemento indígena, por outro, eles retomam os feitos de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, e Piaimã.

Enquanto o discurso de Mário de Andrade faz uma crítica ao povo brasileiro, trazendo elementos da preguiça e do “jeitinho brasileiro” como traços marcantes, em oposição à construção idílica do indígena, característica do Romantismo, o discurso literário de Rufino dos Santos recria essa história com uma espécie de reabilitação, de valorização dos traços de coragem e resistência do elemento indígena.

Dentro da abordagem dos paradoxos que constituem a cultura brasileira, o autor também produz um discurso que retrata o paradoxo linguístico que o rodeia e a sociedade brasileira como um todo. Os falantes brasileiros deparam-se com uma mistura de culturas que perpassa a língua falada no país. Essa paratopia é marcada no discurso de hibridização das línguas de Portugal, de

³³ Segundo Bueno (2010), Cunhambebe (? – c. 1555) foi um famoso chefe indígena tupinambá brasileiro, tendo sido a autoridade máxima entre todos os líderes tamoios da região compreendida entre o Cabo Frio (Rio de Janeiro) e Bertioga (São Paulo). Foi, também, aliado dos franceses que se estabeleceram na Baía de Guanabara em 1555, no projeto da França Antártica. É citado na obra do religioso francês André Thévet “Les singularitez de la France Antarctique” e na obra do aventureiro alemão Hans Staden “História Verdadeira...”. Notícia-se que o chefe tamoio, em rituais canibais de sua tribo, tenha devorado mais de sessenta portugueses.

origem africana e indígena, caracterizando a constituição da língua brasileira, que percorre toda a obra de Joel Rufino dos Santos, como pode ser observado no fragmento a seguir, em que verificamos palavras indígenas (como Janaína) e uma palavra de origem africana (Oloxum) incluídas à língua portuguesa:

Ficou três dias e três noites fechado numa oca escura. Só ouvia o barulho das lesmas no seu rastejar. Então, no dia 2 de fevereiro, mal o sol repontou, saíram. Todos os parentes vestidos de branco, como lemanjá gosta, pois era muito caprichosa. Basta ver a quantidade de nomes que usa: Dona Janaína, Inaê, Oloxum, Princesa de Aiocá (RUFINO DOS SANTOS, 2006a, p. 21).

A paratopia linguística do autor também é representada no discurso através do discurso da condição paradoxal da prática linguística dos brasileiros que utilizam da língua em uma enorme gama de variedades de acordo com os gêneros do discurso, as condições sociais e as práticas culturais. Esse paradoxo reflete o assujeitamento ainda à língua de Portugal, que é tida como padrão a ser seguido, sendo que o quanto mais próximo o português do Brasil estivesse da língua lusitana, mais adequada seria a língua. O autor estrutura um discurso acerca do preconceito e da exclusão da língua falada no cotidiano como a autêntica expressão popular e representação da hibridização cultural do país, expondo o paradoxo linguístico.

Se disfarçou de um lindo rapaz, muito bem penteado com brilhantina e de terno. Pediu serviço numa fazenda. O dono da fazenda era diferente de nós. Tinha duas línguas na boca, uma vermelha e outra amarela. A amarela era para falar com gerente de bancos. Você é competente, você é *féchion*, você bom e coisa e tal. A vermelha usava para falar com empregados e caixas de supermercados. Você é burro, você é um lixo, você é feio e coisa e tal. (RUFINO DOS SANTOS, 2006, p. 26)

A onça só respondia assim:

— Meu palitozinho é branco
Com uma lasca na ponta
Zomba lá de quem quiseses.
Depois ajustamos conta (RUFINO DOS SANTOS, 2006a, p. 27).

O conflito entre a língua falada, os maneirismos (*coisa e tal*) e a fala da onça, uma quadra em redondilha maior – características da produção literária

européia – evidencia a paratopia linguística. Ela problematiza a questão da identidade linguística do país, tema que se relaciona diretamente com o mito da democracia racial, de modo que, por meio do discurso, se estabelece a problemática fronteira da prática linguística dividida entre as influências das línguas e dos estilos na composição de um português brasileiro.

Ainda em relação ao código languageiro, podemos notar, mais uma vez, como a língua faz parte do discurso literário. A palavra “féchion”, grafada com ênfase para a pronúncia, contribui para verificação de como o uso de cada elemento cultural tem posição diferente na constituição da sociedade brasileira. O elemento da língua inglesa, da cultura europeia, é reforçado ao tratar com as questões bancárias. Há duas línguas, aquela para falar com o gerente do banco, com a classe alta, e outra língua para falar com a classe trabalhadora.

Em seu discurso, nessa relação paradoxal, o autor também cria uma identificação com a comunidade à qual ele pertence. Discursivamente, é criado um pertencimento à comunidade negra, ao popular, com uma série de elementos populares que fazem essa identificação: os heróis são pobres, feios;

O roceiro tinha um só dente na frente. E cara de bobo (RUFINO DOS SANTOS, 1978b, p. 9)

Sem trabalho, sem grana, sem amigos, três meses depois de ter chegado (1967), detestava a cidade [de São Paulo]. Se pedisse um favor, um desconto, usando a fórmula carioca “Quebra meu galho”, podia ouvir “Quem quebra galho é macaco gordo”. Evitava o Anhangabaú, temendo o vento encanado. Como era possível ter vivido uma tribo de índios naquele sopro gelado? Nem os negros eu entendia. Cruando comigo, cumprimentavam: “Bom dia, patrício”, “Como vai indo, patrício”. Almoçando num restaurante honesto, pobre, boa carne, bons legumes, coisa difícil no Rio – onde a boa cozinha é cara, ou de português, sem limpeza –, passa em frente à porta um senhor negro. Volta, passa de novo, me encara. Entra: “Boa tarde, patrício. Posso lhe dizer uma coisa?” Imaginei que tinha fome: “Quer comer? Pode pedir.” “Não não, de jeito nenhum.” De fato, não parecia faminto. “Desculpe incomodar. Mas nunca vi um patrício com tão bons dentes.” Ressalvei que não eram tão bons assim, vistos de perto. Ele insistia, se afastando de ré, mãos às costas: “Muito bons dentes. Desculpe, desculpe.” Na calçada ainda proclamava: “Sim senhor, muito bons dentes.” (RUFINO DOS SANTOS, 2008a, p.25-26)

Incomodado, passava talco na testa muito negra. Como era miúdo, mais que os outros, quis um cachorro (RUFINO DOS SANTOS, 2010a, p. 11).

Todas as portas e atalhos fechados ao caminho da vida, e, para mim, pobre artista ariano, ariano sim porque adquiri, por adoção sistemática, as qualidades altas dessa grande raça, para mim que sonho com a torre de luar da graça e a ilusão. Quem me mandou vir cá abaixo à terra arrastar a calceta da vida! Para quê? Um triste negro, odiado pelas castas cultas, batido das sociedades, mas sempre batido, escorraçado de todo leito, cuspidor de todo lar como um leproso sinistro! Pois como! Ter estesia artística e verve, com esta cor? Horrível! (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

representando não apenas o elemento popular e as classes mais pobres da população brasileira, mas também sua inferioridade e submissão; os adversários sistematizam as camadas mais elevadas no plano social;

“Por que não há povo no Brasil?” A longa escravidão arrasara a terra, as instituições políticas, a língua, os hábitos. Os ricos daqui sonham com Nice, os de baixo não sei com o que, embora uma certa promiscuidade, inexistente nas Antilhas e na América do Norte, antecipe uma nação futura. Rio e Bahia lhe pareciam pior, ou melhor, conforme o ponto de vista, São Paulo, no passado uma aldeia universitária, sem importância, pelo café e a imigração europeia, tinha potencial para conduzi-la. Rio Grande do Sul, na parte de colonização europeia, já tinha algum povo, uma *first class*. A vida política avançava, aqui, por espasmos, a independência, a abolição, a proclamação da república, a ditadura militar positivista, era tocada por poucos homens novos, em geral mestiços. Quanto ao militarismo salvacionista, não tinha qualquer chance de assustar, de novo, o país. Os dons políticos passavam de pai a filho e genro (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

mas há uma valorização da negritude.

O que importa aos pretos é ser feliz, ora responsável, ora perdulário, ora rebelde, ora servil, ora tu, ora você (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

— Autorizo. Ao menos saberão que nunca acreditei em arte pela arte. Deixei de ser branco pra ser franco (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

Desse modo, verificamos que o discurso literário de Rufino dos Santos busca construir efeitos de sentido que levam a um alerta: não se deve subestimar os pequenos, sejam pobres, os negros, as crianças. Além disso, ele valoriza o

folclore nacional, apresentado numa língua literária em que predominam: a síntese vocabular, a rapidez com que a ação se desenvolve, a valorização e primazia do diálogo.

O discurso literário negro de Rufino dos Santos é atravessado pelo discurso de valorização da negritude e do negro, pois coloca em evidência figuras icônicas da luta contra a escravização e apresenta elementos de oposição entre o negro e o branco.

Luísa era pequena, bem negra e tinha lábios roxos – diferente de quase todo mundo, que tem lábios cor-de-rosa. [...] Para Luísa, porém, ter outra religião não era problema. [...] Luísa tinha outra estranheza. Quer dizer, que se considerava estranheza. [...] Namorava negros e brancos. Não olhando a cor, se apaixonava dia sim, dia não. [...] Luísa fazia parte de uma sociedade secreta de negros malês. Eram negros de religiões não cristãs, que preparavam uma revolta pela liberdade de todos os escravos da Bahia. [...] Luíza era mulçumana e simpatizava com o candomblé, de forma que era a pessoa ideal para o movimento. [...] Luísa, é claro, ficou muitíssimo agradecida. [...] Luísa continuava agradecida. [...] Era inteligente e determinado como a mãe – que, agora posso dizer, se chamava Luísa Mahin (RUFINO DOS SANTOS, 2005c).

O discurso sobre a mulher negra (recorte acima) fundamentalmente destaca seus valores. Luísa é descrita como mulher negra, tolerante, simpática – para quem religião não é um problema –, consciente dos problemas da escravização – mesmo não sendo escrava lutava pela liberdade –, forte, trabalhadora, inteligente, determinada.

Esse discurso de valorização da mulher negra em uma posição de destaque é um ato de decolonização. Ele apresenta um posicionamento contra os valores coloniais tornando o escritor um autor validado e legitimado para reinventar a si mesmo por meio da história. Kilomba (2019, p. 28) diz que sua escrita “representa esse desejo duplo: o de se opor àquele lugar de ‘Outridade’ e o de inventar a nós mesmos de modo novo [...] e pode ser entendida como uma forma de ‘tornar-me sujeito’”.

Vê-se que a construção de uma identidade de negritude ultrapassa o conteúdo da narrativa, mas se vale dele para que a construção identitária se dê na enunciação. O negro, correntemente, fala sobre si mesmo e sobre sua condição de produção, a partir de sua perspectiva que tem sido calada por muito

tempo. Reconhecemos, assim, que o processo criativo paratópico, nesse caso, é, sobretudo, uma questão tanto relativa ao passado quanto ao presente, um diálogo constante entre ambos, já que o racismo cotidiano incorpora uma cronologia que é atemporal. Desse modo, o discurso literário de Joel Rufino dos Santos reconstrói a história do povo negro de uma via dupla, ao exaltar a figura do negro por meio do discurso e ao construir uma posição de sujeito que o próprio autor, paradigmaticamente, ocupa.

Nos discursos *Crônicas de indomáveis delírios*, *Quatro dias de rebelião*, *Claros sussurros de celestes ventos*, *Zumbi*, *Na rota dos tubarões* e *Carolina Maria de Jesus*, Rufino dos Santos reconstrói a história do povo negro, rompendo com a historiografia

É que àquela altura já tinha a solução, a chave da vitória que outra não era senão conscrever os negros, concomitante a implantar o terror revolucionário, passar a fio de espada – essa mesma noite – os vacilantes e antipáticos à República pernambucana – aí incluindo inglesistas e americanófilos, regalistas presos e *camelots du Roi*. Isso nos comunicou no grande salão do Seminário de Olinda, onde paramos para jantar. – Me surpreende que vossa majestade propugne essa solução – ponderou Domingos José. – Sobretudo o *enrôlement* dos cativos. – Não propugno – disse ele, outra vez de olhar perdido. – É a única chance. Temos cinco fortalezas e um pífio exército de dez mil. Com os negros, teremos cinquenta mil, cem mil, trezentos mil, que digo! – Não há como – obtemperou o Padre. – Se os de baixo não sobem, não se ganha a guerra. Essa é a única lição que aprendi em Brienne – desafiou Ele. – Ninguém conhece a guerra como vós, *sire* – disse Teotônio, com uma careta –, mas se os negros entram no exército, nos engolem depois (RUFINO DOS SANTOS, 1991).

– Religião – o funcionário espera um instante a resposta que não vem. – Perguntei pela sua religião. – Nenhuma das que estão aí. Pretos e pardos fundarão no futuro a Igreja Morena de Pernambuco (RUFINO DOS SANTOS, 1991).

O povo estava nas ruas, comandado pelos anarquistas e capoeiras: era aproveitar e, na crista da onda, derrubar Rodrigues Alves. Uma tática velha e fácil. (Xenofonte, o autor preferido do presidente, já a achava velha e fácil.) (RUFINO DOS SANTOS, 2006b, p. 91).

Entretanto, essa figura de negritude que aparece no discurso é adjetivada com “estranha”, “diferente de quase todo mundo”, ou seja, ela também se constrói em oposição a outra figura, a do branco colonizador.

Luísa também não era cristã, Era um problema? Para as autoridades era. Tinham receio de negros que não fossem cristãos. [...] Oliveira sapecou-lhe um beliscão no pescoço. Luísa respondeu com uma ombrada que jogou Oliveira no chão. Era a paquera da época. [...] Em fevereiro de 1835, estourou a revolução dos malês. Luísa foi presa e comeu o pão que o diabo amassou. Castigada com duzentas chibatadas, teve hora que ela desejou ter morrido. Pensou que ia apodrecer na cadeia. Mas, um belo dia, quem veio soltá-la? Oliveira. Ele era branco e foi ao juiz com uma conversa comprida: ia se responsabilizar pela quitandeira e coisa e tal. [...] Ela contou uma coisa para ele: estava grávida e tinha sido uma sorte não perder a criança. Oliveira também contou uma coisa: era jogador profissional de cartas. [...] Luísa continuava agradecida. Jurou que não ia mais se meter em revolução. Em troca, Oliveira jurou que ia procurar trabalho honesto e largar os ases e os curingas. [...] Nenhum dos dois cumpriu o prometido. Um dia estourou nova revolução de malês. Luísa combateu e voltou a ser presa. Oliveira arrumou uma dívida grande no jogo. [...] “Esse é um filho, que te falei”. Piscaram o olho. O homem, zaque! Botou algemas no garoto. [...] – Pai, manda ele me soltar! – pediu Luisinho. Oliveira foi escapulindo de mansinho: – Perdão, meu filho. Mas foi tua mãe que mandou te vender (RUFINO DOS SANTOS, 2005c).

As honras foram aumentando, um belo dia surgiu em Pernambuco um homônimo, branco, que também esteve em campanha. Papéis pra cá, papéis pra lá, o branco foi considerado o de direito. Vital perdeu a pensão de servente da Guerra, ficou na miséria (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

A cromoinversão era, em todo caso, a ideia-chave do ensaio de Maugham. Funcionava como antídoto ao sentimento de estrangeiridade das classes e raças brasileiras (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

– Estou falando – retomou com o acento impolido que muitas vezes tomava – de usar a única força real que tem essa terra: os etíopes. Só ela pode alavancar a liberdade, como a *canaille* jacobina que só conhecem de livros de História. Derrotados os Bragança, vocês os isolam, lhes dão um pedaço do território, que aqui sobra, e fundam uma República toda branca, *comme il faut*. Os vossos negros, em compensação, terão o seu Christophe e o seu Pétion. (RUFINO DOS SANTOS, 1991).

O discurso decolonial constrói a figura do branco colonizador por meio da imagem de Oliveira, dos policiais, dos padres e do Estado. Vê-se que as autoridades são compostas por pessoas medrosas – têm medo de negros não cristãos – e perversas – açoitam Luísa com 200 chibatadas mesmo estando grávida a ponto de ela desejar a morte. Já Oliveira é descrito como um português, branco, que tem lábia de convencimento para influenciar a justiça, um

jogador que não desempenha trabalho honesto, um enganador que vende o próprio filho para pagar dívidas de jogo.

Oliveira representa o homem de uma sociedade cuja identidade era bem definida e localizada no mundo social e cultural. Enquanto homem branco colonizador, ele é a figura que, por muito tempo, foi/é o padrão exemplar nos discursos dominantes. No entanto, segundo Hall (2015), como todas as identidades estão sendo fragmentadas, várias outras identidades socioculturais, seja de classe, de sexualidade, de etnia, de raça, de nacionalidade, são possíveis verificar. A velha ideia de estabilidade está em declínio e as sólidas estruturas sociais nas quais os indivíduos se encaixavam deram lugar a um mundo líquido (a pós-modernidade), provocando uma crise de identidade.

Apenas nessas condições um discurso como o de Joel Rufino dos Santos pode surgir. Um discurso que, dentro do campo literário, objetivando reconstruir realidades no universo infantil, pode apresentar um posicionamento antiescravagista e criar uma forte oposição entre as figuras da mulher negra e do homem branco. Ainda no mesmo recorte acima, encontramos dicotomias marcadas por uma especificidade do código linguageiro criadas para opor as duas figuras:

Mulher negra	Homem branco
Ombrada	Beliscão
Lutou a Revolução	Conversa comprida
Quitandeira (trabalho honesto)	Jogador profissional de cartas
Combateu nova Revolução	Arrumou dívida de jogo
Leva chibatadas grávida e não perde o filho	Vende o filho como escravo

Ao criar várias oposições, o discurso decolonial que atravessa o discurso literário recria a história da negritude e do povo negro no Brasil, evidenciando suas lutas, sua força, exaltando sua resistência e expondo situações que ficam à margem da História oficial. E ainda, na construção de figuras históricas, o discurso literário de Rufino dos Santos utiliza estratégias. Ao tratar de Luís Gama, por exemplo, no processo de criação, o autor se refere a ele utilizando paratopias que conservam sua identidade até quase o final do texto.

O filho de Luísa [...] Batizaram-no Luís, mas não vou dizer o sobrenome. [...] Era negro fosco como Luísa e tinha a testa alta e o nariz fino como Oliveira. [...] Botou algemas no garoto. [...] Luisinho, acorrentado no porão, chorou até o Rio de Janeiro. [...] Luís foi vendido pra São Paulo. Subiu a pé, acorrentado pelo pescoço, a Serra do Mar. Era inteligente e determinado como a mãe. [...] O sofrimento da escravidão não o destruiu. Uma das suas tarefas era estudar com os filhos do senhor. [...] Aproveitou para aprender o que eles tinham preguiça de aprender. [...] Se tornou rábula, que quer dizer advogado sem diploma. [...] Começou provando no tribunal que tinha direito à liberdade, pois era filho de uma mulher livre. Em seguida, iniciou – junto com outros estudantes e jornalistas – a Campanha Abolicionista. [...] Conseguiu, ele sozinho, libertar mais de mil escravos, provando na Justiça que eles tinham direito à liberdade porque tinham sido escravizados depois da proibição do tráfico. Seu nome e sobrenome: Luiz Gama. (RUFINO DOS SANTOS, 2005c)

No recorte acima, verificamos que, no processo criativo, a paratopia de identidade é o cerne da criação do discurso literário em análise. Ela se dá desde o título, em que se trata das relações familiares no lugar de utilizar o nome do indivíduo em uma tentativa de preservar a identidade. Esse recurso é reiterado ao longo de todo o texto com: “filho”, “garoto”, “o”, “ele”, “estudante”, “jornalista”, “Luís”, “Luisinho”, “não vou dizer o sobrenome”. Desse modo, ao não nomear Luís Gama, termo que poderia ser o título do conto, o autor transporta o que poderia ser uma biografia para o campo da ficção literária.

Além disso, na figura de Gama, é possível encontrar o que Maingueneau (2018) chama de paratopia familiar: Luís é escravizado, filho de pai livres; é negro, filho de pai português que o vendeu. É exatamente esse pertencimento paradoxal – pertence e não pertence à família – que caracteriza a paratopia, isso porque, como afirma Maingueneau (2018, p. 109),

a paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: fazer uma obra é, num só movimento, produzi-la e construir por esse mesmo ato as condições que permitem produzir essa obra. Logo, não há “situação” paratópica exterior a um processo de criação: dada e elaborada, estruturante e estruturada, a paratopia é simultaneamente aquilo de que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação aprofunda; é a um só tempo aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento. Intensamente presente e intensamente ausente deste mundo, vítima e agente de sua própria paratopia, o escritor não tem outra saída que a fuga para a frente, o movimento de elaboração da obra.

É exatamente o movimento criador paratópico que oferece as condições que permitem a produção do discurso literário de Rufino dos Santos. Ao não nomear Luís Gama, o filho de Luísa é apenas um menino negro, e, por ser um menino negro que superou e combateu a escravização é que ele pode ser Luís Gama.

A paratopia de identidade, como se vê, é o motor de criação desse discurso. Não apenas no âmbito familiar, ela também incide no pertencimento instável permeia o discurso, por exemplo pela classe de advogados, Luís Gama é e não é advogado ao mesmo tempo, ele é rábula; e até mesmo na questão da escravização, ele é e não é um escravizado.

Os elementos apresentados servem como embreagens paratópicas para a construção da identidade da negritude que, em consonância com o que foi apresentado anteriormente, exaltam os valores de um povo na figura singular e reforçam seu caráter de resistência, resiliência, inteligência e luta.

Ainda assim, a constituição do sujeito negro e da negritude não passa ao largo das questões de enfrentamento do racismo, ou mesmo da existência dele, como se poderia parecer até aqui.

Em 1967, encontrei casualmente Zezé, ex-aluna, que trabalhava para uma nova revista, a *Recreio*, e me convidou a escrever para crianças. Eu tivera, havia pouco, experiência desagradável com a editora dos Civita. Por indicação de Raimundo Pereira, que eu já admirava grandemente, me candidatei a tradutor-redator das revistinhas da Disney, que a Abril passava a representar no Brasil; fui passando nos testes; a vaga acabou sendo minha, mas não me contratavam, eu ia e vinha ao departamento de pessoal quase diariamente. O funcionário, que me atendia com educação, um dia foi sincero: “Está perdendo seu tempo. Infelizmente o diretor das revistas não gosta de trabalhar com pretos.” O pretóforo se chamava Cláudio e, anos depois, apresentados, nada lhe disse. Naquela mesma ocasião, aquele burocrata me oferecera redigir anúncios de publicidade: ganharia mais, não precisaria me mostrar. Fiquei tentado, Raimundo me dissuadiu: “Não entre em publicidade. Você se ferra.” O *caçador de lobisomem*, *Uma estranha aventura em Talalai*, *O soldado que não era* e alguns outros tiveram dezenas de edições, venderam centenas de milhares de exemplares, mas escrever para criança e jovem nunca me satisfaz; o que sempre quis foi escrever ensaios e romances, ainda que sem certeza de possuir esse talento (RUFINO DOS SANTOS, 2008a, p.25-26).

A própria condição de autor negro remonta às relações sociais brasileiras em que o enfrentamento do racismo é algo que atinge a todas as classes sociais. Ou melhor, como o próprio Rufino dos Santos defende, o racismo à brasileira é uma condição da estrutura social, de modo que não há como falarmos em estruturas de classe, uma vez que o único caminho para mudar de “classe”, no Brasil, é o embranquecimento:

a sociedade brasileira sempre manteve a porta aberta aos negros que tivessem habilidade para *subir na vida*. Não custava tanto, afinal. Um dos caminhos era arranjar parceiro sexual mais claro e se despir, aos poucos, de toda negritude. A miscigenação que, no plano puramente existencial, pode ser um bem, causou dano irreparável às culturas negras, pois, ao clarear a pele – na direção daquilo que o povo chama de moreno e que os censos chamam de pardo –, compeliu o mestiço a romper com uma de suas partes, a que socialmente valia menos. O brasileiro, em geral, talvez tenha tanto medo de continuar preto de pele quanto negro de cultura: as religiões, as criações artísticas, o gosto, os hábitos e costumes afro-brasileiros envergonham, comumente as *peças de bem*, até mesmo quando são escuras de pele (RUFINO DOS SANTOS, 2011, p. 12, grifos originais).

Nos recortes abaixo, vemos como o racismo se manifesta nas construções identitárias do discurso literário de Rufino dos Santos:

Não podendo me ver como escravo, se recusavam a me ver como homem. Sou um crioulo que olha de cima, como ensinou o homem que me adotou (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

— Nós, oficiais do exército brasileiro, não temos preconceito de cor. Pretos gostam de reis, acreditam que a Isabel lhes deu a liberdade, só que a evolução social é inevitável, sobrepassa a vontade dos homens (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

— Nasci pobre, mas gosto de mármore, estátuas, quadros e tapetes. Tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer, em vida comum com eles, pelo menos com os que vivo (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

— Na escola, dindinho. Me chamaram de macaco. — Foi no jogo de bola, não foi? É um aviso para você não seguir o caminho de teu tio Elias (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

Um amigo meu, famoso ator de TV, assistia a um Flamengo e Grêmio, no Maracanã. Toda vez que Cláudio Adão perdia um gol – o foram vários – um sujeitinho se levantava para berrar:

“Crioulo burro! Sai daí, ô macaco!” Meu amigo engolia em seco. Até que Carpegiani perde uma oportunidade “debaixo dos paus”. Ele achou que chegara a sua vez. “Aí, branco burro! Branco tapado!” Instalou-se um súbito e denso mal-estar naquele setor das cadeiras – o único preto ali, é preciso que se diga, era o meu amigo. Passado um instante, o sujeitinho não se conteve: “Olha aqui, garotão, você levou a mal aquilo. Não sou racista, sou oficial do Exército”. Meu amigo, aparentando naturalidade, encerrou a conversa: “E eu não sou.”

Jogo correndo, toda vez que Paulo César pegava uma bola, algumas fileiras atrás um solitário torcedor do Grêmio amaldiçoava: “Crioulo sem-vergonha! Foi a maior mancada o Grêmio comprar este fresco...” Meu amigo virou-se então para o primeiro sujeito e avisou: “Olha, tem um outro oficial do Exército aí atrás...” (RUFINO DOS SANTOS, 1984, p. 40-41).

Um dia, mal dos males, voltou do colégio com um cordão vermelho e preto: - É Flamengo. A irmã sabia quer era Exu: - De batizado marcado, ainda faz macumba. Esse desgraça a família. A mãe arrancou com violência. Lembrou-lhe a história do louco Gadareno: - Urrava nos cemitérios. Se ouvia o nome de Jesus, arrancava a própria pele com unhas pretas de terra (RUFINO DOS SANTOS, 2010a, p. 13).

Três embaixadores saltaram ao mesmo tempo: - E seu cunhado lá tem escritório? Ezequiel se encolheu: - Só porque é preto não podia ter? (RUFINO DOS SANTOS, 2010a, p. 17).

Os brancos fizeram o diabo com nossos avós. Agora vão engolir um pretinho recitando verdades: “Senhor Deus dos desgraçados! / Dizei-me vós, Senhor Deus!/ Se é loucura, se é verdade/ Tanto horror perante os céus. “[...] De todos queria bolsos esvaziados, pastas abertas sobre a carteira. Começou a inspeção pelos pretinhos. Vinhquinho abraçou a sua pasta: - Nem matando vai revistar a minha (RUFINO DOS SANTOS, 2010a, p. 21).

A complexidade da construção da negritude de Rufino dos Santos reside em subverter os valores do discurso dominante, jogar com eles. No discurso de Rufino dos Santos, verificamos que ele recupera as associações sobre as quais tratamos no capítulo de condições de produção.

Na condição de atravessamento, verificamos nos recortes acima que o discurso racista tenta reduzir a identidade do negro, à imagem do louco, à do ignorante, à do incivilizado, à daquele que está à margem do que pode ser o mundo do escritório, da sociedade trabalhadora, à do pobre. Como podemos ver no primeiro trecho dos recortes acima, o discurso de Rufino dos Santos nos

mostra que o racismo impossibilita que se veja o negro como humano (homem), na impossibilidade de vê-lo como escravo (coisa). Esse racismo segue os três princípios básicos do “método eugênico” que Rufino dos Santos apresenta no *discurso O que é racismo*, a saber:

1. Os acontecimentos da vida de um povo se explicam por sua formação racial.
2. O comportamento psicológico de um povo é determinado pela sua raça. (Assim como o temperamento de uma pessoa é determinado pela sua morfologia.)
3. A raça negra, que tem um comportamento psicológico instável, nunca criou nem vai criar civilização (RUFINO DOS SANTOS, 1984, p. 30).

Ora, a força da construção da negritude no discurso literário de Rufino dos Santos reside em não ignorar o racismo que, como vimos na obra de Césaire (2012), é constitutivo da identidade do negro, mas ainda, faz parte da complexidade de como é o entendimento, o saber do negro sobre si.

O pescoço inchou, somos pretos e não nos respeitamos, os causadores da nossa situação somos nós mesmos, os brancos fazem por si, vejam os judeus, são unidos, onde tem um necessitado aparecem os outros para ajudar, não dando dinheiro, não é próprio dessa raça, mas fazendo sociedade, acumulando juntos, se o negro se mirasse no exemplo do judeu, que não joga bola, nem bebe cachaça, nem faz filho com pobres coitadas, estaríamos noutra situação, ninguém foi mais perseguido e humilhado que eles, como chegaram a dominar o mundo? (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

E, além disso, por entender que a negritude está intimamente ligada à constituição do sujeito, o discurso literário de Rufino dos Santos fortalece o conhecimento de si mesmo, a autoconstituição, com exemplos dos grandes heróis – Luis Gama, Zumbi, Carolina Maria de Jesus – e de exemplos de qualidades das mais baixas, como Vinquinho (ladrão e arruaceiro) e Trancoso (mentiroso e enganador).

Recriando a história do negro e, ao mesmo tempo, construindo uma identidade do negro – negritude – que atravessa a ideia de povo negro (ou nação negra) e a própria constituição como autor, o discurso literário de Rufino dos Santos, mais do que narrar histórias, é a ação de recuperar uma memória

discursiva do que é ser sujeito, pois retoma a complexidade constitutiva da psique que não pode ser reduzida às dicotomias de bem e mal, justo e injusto, trabalhador e preguiçoso.

Esse sujeito não é, de modo algum, uma construção simplista, pois sua negritude abarca um lugar paradoxal que ao mesmo tempo que nega as construções reducionistas do discurso dominante, joga com elas para se constituir de forma inovadora, constituindo, junto, um lugar para si.

A alma negra, é sabido, tende antes para o lamento que para o inefável (RUFINO DOS SANTOS, 1991)

A parábola era aquela. Mas não queríamos os pretos na guerra contra Portugal, atinente a que há no Brasil três partidos: o realista reacionário; o revolucionário republicano, que nasceu nas academias e transbordou para a milícia, a agricultura e o comércio; e o dos negros, este o gênio da lâmpada que não se deve acordar ou tudo se esboroa – família, bens, progresso e liberdade. *Os pretos são as bruxas e os judeus desse país*, não em essência, mas em significado, existimos porque eles do seu lado existem, não falo tanto da cor, ou não poderia eu, descendendo do etíope e da hebreia, dizê-lo, mas do ser mesmo escolhido e, se parecem obscuras semelhantes especulações, é que resultam da intuição antes que do método (RUFINO DOS SANTOS, 1991, grifos nossos).

Admirava Hitler por uma razão singular, que esclareceu num artigo, a nova Alemanha tem orgulho da sua raça, diferente da nossa, não gostamos de arianos, somos negros e mestiços que nunca trairão a nação, somos esta nação, somos contra a importação de sangue estrangeiro que somente atrapalhou a unidade do Brasil, de sua alma, de sua língua, Hitler afirmou a raça alemã, afirmemos a nossa, sobretudo do seu elemento mais forte, o negro (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

Segundo o discurso de Rufino dos Santos, o sujeito negro tende ao lamento, mas não um lamento que está ligado a uma imobilização. O discurso de Rufino dos Santos vai, ao abraçar os termos controversos – os negros são as bruxas e os judeus desse país –, construir uma negritude que resgata, em essência, a comparação com outros povos e categorias sociais que sofreram grande perseguição. No entanto, o negro tem outro lugar, que é original, que está posto, contraditoriamente, como o lugar daquele que julga a barata da comida:

O jurado da barata na comida, ponho-me também no seu lugar, é o crioulo que olha o magistrado de cima (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

Qualquer organização negra devia ser crítica para ser original. O socialismo do negro, por exemplo, não seria o bolchevista russo, nem o científico, anglo-germânico-gaulês, no máximo se aproximaria do ameríndio, a terra sem males, socialismo primordial, decorrente da sua concepção de pessoa (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

Há uma sensação agreste nesse lugar construído, que é o da criação. Rufino dos Santos nos traz novamente o lugar do negro como algo que se aproxima do socialismo primordial, da concepção de pessoa, e, mais, resgata a imagem da *Terra sem Males*.

Ao atingir o seu lugar, retomando aqui a discussão de Maingueneau (2016) sobre a busca do autor, o negro gera, de acordo com o discurso literário de Rufino dos Santos, um desejo (sujeito desejante) no Outro em ser como ele, em ver sua nova condição:

Quando eles iam chegando à Terra, o cavalinho branco perguntou: / - Você também não quer ficar cor de abóbora? / - Quero. Eu já ia mesmo pedir. / O menino passou aquele pó misterioso da Lua. E ficou cor de abóbora também (RUFINO DOS SANTOS, 2010c, p. 21).

Vieram americanos, japoneses, quenianos, capixabas, belgas, esquimós, piauienses. Gente de todo o mundo e de toda cor (RUFINO DOS SANTOS, 2009c, p. 59).

O recorte acima nos mostra como esse desejo de ser como o negro passa a se manifestar. O cavalinho branco já não era mais branco após ter ido até a Lua e esse movimento de valorização da cor, ao ser oferecido para o menino é prontamente aceito. o discurso literário de Rufino dos Santos se mostra como um movimento de construção de uma identidade negra que não se restringe a defender-se da posição de objeto, mas está aberta a ser compartilhada, está aberta para o diálogo.

Do mesmo modo, a negritude passa a ser parte integrante de uma sociedade que pode colocar em pé de igualdade “gente de toda cor”, como diz Rufino dos Santos. Estar na posição de sujeito é estar em posição de desejo. E

o discurso literário é um dos meios mais eficaz de construção desse lugar do negro.

— Nada me interessa mais nesse julgamento. Enquanto deblateram tomo notas para meu grande romance, o que conquistará o país e a crítica, a história de um amor frustrado pelo Brasil, decepções de um artista popular, desalinho das ruas suburbanas, estações de trem, uma certa Ismênia na cartomante, as unhas maceradas dos seus longos dedos mergulhavam na maciez de cabelos negros, queria o incrível, Tácito, ideia que mata, as paineiras cobertas de flores, rosadas e brancas, que, a espaços, caem com a doçura de ave ferida. Faço literatura por compensação, se fosse musculoso faria boxe (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

— O que nos resta é contar histórias de nós para nós mesmos, infinitamente. Dançamos como palhaços sobre um precipício (RUFINO DOS SANTOS, 2012).

No recorte acima podemos identificar o modo como, no discurso literário de Rufino dos Santos, o fazer literário toma ares de prática social corriqueira e necessária. O fazer literário, o contar histórias é aquilo que resta ao negro, é necessário contar histórias de nós para nós mesmos para que continuemos sem cair do precipício.

Vemos também um tom de tristeza com a condição, a literatura é a compensação da falta de músculos, mas é também o veículo para ganhar a crítica, conquistar o status de *auctor* apresentando as mazelas do cotidiano – as ruas suburbanas, as estações de trem. A literatura é a oposição ao tácito, ao ficar calado, a manutenção das estruturas sociais como estão dadas, com suas paineiras

Para finalizar esse capítulo, vale ressaltar que o discurso literário de Rufino dos Santos, como foi possível demonstrar, constrói uma série de identidades para o negro. É um discurso que não se limita a estereotipar a constituição da negritude, nem como um sujeito militante, que, consciente dos problemas enfrentados sociopoliticamente no tratamento de seu povo, tende ao enfrentamento sociopolítico ou ao lamento de sua condição, nem mesmo como um sujeito que, ignorando os desafios de uma sociedade que apresenta um racismo estrutural, parte para a tomada de um espaço para viver, valorizando seu atributos físicos.

O discurso literário de Rufino dos Santos explora, indisciplinarmente, os modelos constitutivos de subjetivação. Ele abre ao povo negro um espaço de sujeito enquanto portador de uma voz, tendo o campo literário, porque receptivo a um discurso paratópico, como espaço possível para a criação. E é essa criação que possibilita a existência de autor.

No lugar de autor, um lugar paratópico, marginal e de prestígio, o negro pode assumir a posição de sujeito, que tanto lhe foi negada. No entanto, essa posição não é, como não o é a literatura, engessada. O sujeito negro, a sua negritude, que busca a reflexão sobre sua história e a história de seu povo, pode dedicar-se a encontrar uma ancestralidade mítica; pode conectar-se com os povos africanos e criar uma ponte transatlântica com as culturas para além da América; pode relacionar-se com nossos irmãos nativo-americanos e reconhecer sua proximidade com as culturas indígenas que já ocupavam o território americano muito antes da colonização europeia; pode, também, relacionar-se com os traços da cultura europeia inegáveis que fazem parte da constituição simbólica do povo brasileiro ou combater-los etc.

Fundamentalmente, o discurso literário de Rufino dos Santos, dedicado às questões da história do negro, à ancestralidade mítica, aos mitos constitutivos e identitários, às acepções folclóricas da ancestralidade que remonta África e à criação de uma negritude brasileira, constrói, tendo o autor e a autoridade como base exemplar da condição de sujeito, em uma relação de pertencimento com o povo negro, a multiplicidade identitária do que chamamos negritude. Nesse sentido, a noção de *opus* nos ajuda a verificar que há uma identidade enunciativa no discurso de Rufino dos Santos que abarca uma série de possibilidades identitárias que podem ser identificadas de modos diferentes a cada composição de *corpus*, ou seja tomar o *opus* é analisar uma supra identidade, que abarca todas outras e que não se restringe ao que foi analisado aqui.

CONCLUSÃO

Nesta tese, realizamos o estudo dos conceitos de identidade, autorialidade, e negritude e da emergência de um enunciador negro no discurso literário de Joel Rufino dos Santos. Com uma análise da produção discursiva, foi possível verificar que a identidade enunciativa que emerge nas relações paradoxais que o autor estabelece com a sua obra, identificando e observando os aspectos e fatores que contribuem para a caracterização dos elementos paratópicos inerentes ao processo de criação.

Essa pluralidade de identidades que o povo negro no Brasil, porque negadas por tanto tempo, uma vez que privado de sua voz (KILOMBA, 2019), passa por um processo de construção que se vale dos recursos enunciativos dos discursos, principalmente do discurso constituinte literário pois, por um lado, a literatura é exaltada como um veículo de descompressão dos pensamentos, de abundância de mundos e possibilidades, de pluralidade de seres, de aceitação do diferente; e por outro, é também espaço de conservação da memória de uma sociedade, da tradição, de recuperação de um passado imemorial. Em consonância com os postulados da base teórica utilizada, que a relação paratópica do autor com sua obra pode ser considerada como um fator intrínseco ao seu processo de criação artístico-literária, compreendido como o que nutre a atividade escrita do autor.

Dessa forma, a paratopia impele o autor Joel Rufino dos Santos ao próprio paradoxo literário, que é transpassado, na obra em questão, pela construção de discursos interligados à formação da identidade social do autor, pelas contradições linguísticas vividas por ele e pelas fronteiras entre os gêneros literários e discursivos relacionados à sua atividade intelectual. O paradoxo de identidade social do autor mostra-se como elemento essencial para o funcionamento da embreagem paratópica responsável pela manutenção dos aspectos de aproximação e distanciamento da obra. Joel Rufino dos Santos encontra-se conectado à função social de sua atividade profissional por meio da

produção de discursos literários que se relacionam com o projeto de reforma cultural do país, na busca de refletir e valorizar a hibridização das raízes culturais nacionais constituintes do processo de formação da identidade brasileira. Sendo que a formação da própria identidade do autor está dividida entre a valorização de padrões europeus e a valorização das culturas nacionais. Joel Rufino dos Santos teve uma visão ampliada da situação cultural do país assimilar as ideias dos mitos e das culturas dos povos que conviveram na formação do país que serviram para despertar as inquietações que o levariam a produzir um mito de origem da cultura do Brasil.

Já a paratopia espacial é caracterizada, ao considerarmos o desbravamento territorial do Brasil e suas fronteiras, o não-lugar construído. Essa dispersão pelo território nacional é nitidamente visualizada ao acompanharmos a saga da personagem onça-gente, que transita por diversos estados e cidades brasileiras, chegando até mesmo às fronteiras de países vizinhos, reforçando o discurso acerca do imprescindível conhecimento das raízes nacionais e as ligações culturais heterogêneas mediadas pelos espaços fronteiriços compartilhados. A paratopia espacial do autor consiste em fixar-se em um espaço de uma região específica do território nacional, mas percorrer ou mudar-se para outras regiões. Esse paradoxo faz com que Rufino dos Santos pertença um pouco a cada uma das regiões visitadas, assim como a onça-gente também se dispersa ao desbravar o espaço geográfico brasileiro em busca de seu amuleto.

Ainda, observamos que a paratopia linguística influencia as composições discursivas literárias da rapsódia intitulada Vida e morte da onça-gente, pois os paradoxos linguísticos vivenciados individualmente pelo autor induzem-no a problematizar a questão da identidade linguística do país. Desse modo, Rufino dos Santos explora a problemática fronteira da prática linguística dividida entre a língua escrita e a falada no Brasil, bem como a prática linguística dos músicos nacionais que, além da dualidade entre a língua escrita e a falada, conviviam com a imposição da língua italiana como a mais adequada para o exercício do canto. Essa paratopia linguística sustenta os discursos acerca de como o autor lida com essas interfaces contraditórias e insustentáveis na obra Vida e morte da onça-gente.

Em síntese, percebemos que a obra abrange discursos sobre as fronteiras entre os gêneros literários prosa e poesia e entre diversos gêneros de discurso. Nesse caso, a paratopia é condição da atividade artístico-literária, que aborda a imbricação entre as diversas modalidades discursivas, caracterizando um paradoxo vivido pelo autor em estágio de produção. O discurso literário de Rufino dos Santos constitui-se da contraposição e contradição das misturas de gêneros, pois essas contradições sustentam a produção discursiva literária do autor que se encontra em uma localização paradoxal.

Nossa tese comprovou que são construídas imagens do negro, da mulher negra e do homem branco colonizador, no discurso, de quem as imagens são construídas em oposição de modo que a história da escravização e do negro é contada por uma nova ótica. O negro deixa o lugar de objeto para assumir o papel de sujeito. A condição paratópica do autor com sua obra pode ser considerada como um fator intrínseco ao seu processo de criação artístico-literária, compreendido como o que nutre a atividade da produção. Emerge, no discurso literário, um sujeito negro uma materialização da negritude que assume o papel de contar a própria história, de resistir à história a ele imposta e de fixar novas bases paradigmáticas para o futuro.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. L'analyse textuelle des discours. Entre linguistique textuelle et analyse du discours. In: SOULAGES, Jean-Claude (ed.). *L'analyse de discours : sa place dans les sciences du langage et de la communication*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. 19-26.
- ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN. *O texto literário: por uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- ASSUNÇÃO, Érica Patrícia Barros de; MOURA, João Benvindo de. Análise do discurso literário: a paratopia do autor Abdias Neves no romance Um manicaca. In: MOURA, João Benvindo de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa (Org.). *Discurso, memória e inclusão social*. Recife: Pipa Comunicação, 2015. p. 103-120.
- ASSUNÇÃO, Érica Patrícia Barros de; MOURA, João Benvindo de. O paradoxo do autor: a paratopia criadora de Mário de Andrade no discurso literário de Macunaíma. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo. v. 13, n. 1. jan./abr. 2017. p. 166-186.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAPTISTA, Carlos Alberto. *As faces do autor: autoralidade nos discursos de Claudio de Moura Castro*. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2016.
- BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989a. p. 43-67.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, Pontes, 1989b. p. 81-90.

BENVENISTE, Émile. Os níveis de análise linguística. (1964) In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005. p. 127-140.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BERND, Zilá. *O que é negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERND, Zilá. *Poesia negra brasileira*. Porto Alegre: AGE, IEL, 1992.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

BOURDEIU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: Leya, 2010.

CARREIRA, Rosângela Aparecida Ribeiro. *The paratopy testimonial documentary and the blackness discourse in Vencidos e Degenerados*. 2015. 250 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARREIRA, Rosângela Aparecida Ribeiro; NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Autoria e autoridade: o movimento paratópico de um pseudônimo. *Caderno de Letras*. Pelotas, n. 36, jan.-abr. 2020.

CARVALHO, Andressa Monteiro de. *O presente de Joel Rufino dos Santos: reflexões sobre o negro e as relações raciais*. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio, 2019.

CARVALHO, Andressa Monteiro de; FÉLIX, Idemburgo Pereira Frazão. “Quando voltei, tive uma surpresa”: o laboratório de Joel Rufino dos Santos. *Anais do XXII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, 2018.

CÉSAIRE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal, Diário de um retorno ao país natal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim*. v. 10, p. 1-23, Rio de Janeiro/RJ, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadiadorim.letras.ufjf.br/index.php/revistadiadorim/article/view/18/1>>.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAVES, Ramon Silva. *A paratopia do estigma: identidade e relato de si no discurso Recordações do escrivo Isaiás Caminha, de Lima Barreto*. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-

Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

COUTO, Daniela Paula do. Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito. *Psicologia em Pesquisa*. Rio de Janeiro – UFJF, 11(1), jan.-jun. 2017. p. 1-10.

CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DEBUS, Eliane Santana Dias. A cultura africana e afro-brasileira na literatura de Joel Rufino dos Santos, Júlio Emílio Braz e Rogério Andrade Barbosa: interações possíveis. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*, São Paulo, 2008

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Literatura e Afrodescendência no Brasil*: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FARIAS, Izabely Barbosa; NASCIMENTO, Cássia Maria Bezerra do. Mitos amazônicos: análise residual em “Vida e morte da onça-gente”, de Joel Rufino dos Santos. *Anais do XV Congresso Internacional Abralic*. Rio de Janeiro. 2017. p. 5966-5978.

FÉLIX, Idemburgo Pereira Frazão. Literatura infantil e juvenil, memória e identidade: um estudo da obra infanto-juvenil, de Joel Rufino. *Revista UNIABEU*. Belford Roxo. v. 6, n. 13. maio- agosto, 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves; KHALIL, Marisa Gama; ALVES JÚNIOR, José Antonio (org.). *Análise do discurso na literatura*: rios turvos de margens indefinidas. São Carlos: Claraluz, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FERREIRA, Ligia Fonseca. “Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça”. *Revista de Literatura Brasileira da USP* [n. 8/9], São Paulo, p. 300-321.

FIPE. *Desempenho real do mercado livreiro 2006-2018*. São Paulo. jun. 2019. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/estaticos/uploads/2019/05/e50sYDA1hK5iZ31SUFjR5tqlaHp5Rxx7JPut8q3n3t3SNUiUBt4T55YrJsJcXxMYNfu3ICADJpP7agzm.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FLORES, Valdir do Nascimento. Introdução à teoria enunciativa de Benveniste. São Paulo: Parábola, 2013.

FOUCAULT, Michel. *What's is an author?* New York: Cornell University Press, 1977.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-298.

FRAZÃO, Idemburgo. Homem de palavra: Joel Rufino e a história como estratégia ficcional. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVII, Nº 05. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

FRAZÃO, Idemburgo Pereira. Nos lastros identitários de Joel Rufino dos Santos e Lima Barreto. *Revista UNIABEU*, Belford Roxo, V.8, Número 20, setembro-dezembro de 2015.

GONÇALVES, Emanuel Régis Gomes. Carolina e o sistema literário brasileiro: notas sobre classe e exclusão. In: MELO, Ana Amélio de Moura Cavalcante et al. (org.). *O sistema literário no Século XX: de Lima a Carolina*. Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

GONÇALVES, Lidiane Pedroso. *Racismo e negritude no discurso literário a cor da ternura*. 2021. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan (ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart Limited, 1990. p. 222-237.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

hooks, bell. *Talking back: thinking feminist, talking back*. Boston: South End Press, 1989.

hooks, bell. *Yearning. Race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, Jacques. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103. (Trabalho original publicado em 1949).

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Trabalho original proferido em 1958).

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Trabalho original proferido em 1964).

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. (Trabalho original proferido em 1954-55).

MAGALHÃES, Anderson Salvaterra; KOGAWA, João. *Pensadores da análise do discurso: uma introdução*. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Discurso: a questão dos fundamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 19, 1990. p. 65-74.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil, 1996b.

MAINGUENEAU, Dominique. Pressupostos e subentendidos. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996c.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise de discurso*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 2, 2000. p. 1-12.

MAINGUENEAU, Dominique. O discurso literário contra a literatura. In: MELLO, R. *Análise do discurso & Literatura*, Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *A análise do discurso e suas fronteiras*. Matraga. Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, jan./jun. 2007. p.13-37.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Sírío Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (org.). São Paulo: Parábola, 2010a.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola, 2010b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015a.

MAINGUENEAU, Dominique. O que pesquisam os analistas do discurso? *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015b. p. 31-40.

MAINGUENEAU, Dominique. O poeta e o camponês: o impossível ponto de vista do dominado. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015c. p. 95-108.

MAINGUENEAU, Dominique. Analyse du discours et analyse des interactions orales : problèmes de frontière. In: SOULAGES, Jean-Claude (ed.). *L'analyse de discours : sa place dans les sciences du langage et de la communication*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015d. p. 37-48.

MAINGUENEAU, Dominique. *Trouver sa place dans le champ littéraire. Paratopie et création*. Louvain-la-Neuve: Éditions Academia-EME, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. Autoralidade e pseudonímia. *Revista da ABRALIN*, v.15, n.2, p. 101-117, jul./dez. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso literário*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

MARTINS, Jonas Lara. *Repensando o negro no debate da formação social brasileira: a contribuição de Joel Rufino dos Santos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16134>.

MATOS, Edmar Ferreira de. *Enunciação estético-marginal no discurso literário Contos negreiros, de Marcelino Freire*. 2021. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*. São Paulo: EDUSP/ UFMG, 1992.

MIQUELETTI, F. Notas para uma discussão: a construção do *corpus* em análise do discurso. In: POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. (org.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a análise do discurso no Brasil*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2008, p. 71-94.

MOURA, Sérgio Arruda de. O lugar das letras: a literatura e a paratopia do autor. *Contemporânea*. v. 2, n. 7. Rio de Janeiro, 2006. p. 9-18.

MUSSALIN, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínio e fronteiras*. 3. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003. p. 101- 142.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. A construção da enunciação verbo-visual na mídia impressa religiosa. In: ABRIATTA, Vera Lúcia Rodella; SALLES, Atílio Catosso; SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de (org.). *Vozes do social: a enunciação visual e sincrética na diversidade das mídias*. v. 4. Franca: Universidade de Franca, 2019a. p. 211-225.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Em torno do *ethos* discursivo e de questões de identidade. In: FERREIRA, Luiz Antonio (org.). *Inteligência retórica: O ethos*. São Paulo: Editora Blucher, 2019b. p. 45-62.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas (org.). *Discurso, cultura e negritude*. São Paulo: Blucher, 2021

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson (org.). *Discurso e cultura*. v. 1. São Paulo: Blucher, 2018.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson (org.). *Discurso e cultura*. v. 2. São Paulo: Blucher, 2019.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson (org.). *Discursos constituintes*. São Paulo: Blucher, 2020.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; CANO, Márcio Rogério de Oliveira; ELIAKIM, Jonatas. *Paratopia. Discurso e cultura*. v. 3. São Paulo: Blucher, 2020.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *Discurso, cultura e negritude*. v. 4. São Paulo: Blucher, 2021.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; ELIAKIM, Jonatas. A intimidade paterna encenada no discurso literário prisional de Joel Rufino dos Santos. (PRELO)

PAULA, Rodrigo Pires. A contranarrativa de Joel Rufino dos Santos e o mito da nação. *Em Tese*, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 94-106, ago. 2014. ISSN 1982-0739. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/6018>>. Acesso em: 15 jul. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.20.2.94-106>.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PEREIRA, Amauri Mendes; PEREIRA, Amilcar Araujo; ALBERTI, Verena. Entrevista com Joel Rufino dos Santos. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro)

[online]. 2013, v. 26, n. 52 [Acessado 15 julho 2022], p. 491-518. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200012>>. Epub 06 mar. 2014. ISSN 2178-1494. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200012>.

PEREIRA, Artur Favaretto. Movimento Negro em Florianópolis – SC: a experiência da Frente da Juventude Negra Anticapitalista (FREJUNA) de 2019 a 2021. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2022.

PINHEIRO, Patrícia Magalhães; PAULA, Josiane Beloni. Decolonialidade e antirracismo na formação de professoras/es: práticas de resistência negra. *Cadernos de Cajuína*. n. 7, n. 2, ano 2022. e227209. <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v7i2.587>

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

POSSENTI, Sírio. O que os analistas do discurso pesquisam? *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015. p. 41-49.

PROENÇA Filho, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira *Estud. Av.* v. 18 n. 50, jan./abr. 2004. p. 161-193.

RAIMUNDO, Amanda da Costa Santos et al. Vozes que transpõem estigmas: o ensino da literatura afro-brasileira no contexto do PIBID. *Anais VIII ENID & VI ENFOPROF / UEPB...* Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/85260>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ROCHA, Anderson Jacob. *O sujeito-autor em discursos testamentais*. 2019. 187 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Kelen. O discurso literário como discurso constituinte. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; ALVES JÚNIOR, José Antônio (org.). *Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 231-242.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Marinho, o marinheiro, e outras histórias*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Aventuras no país do Pinta-aparece e outras histórias*. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O Curupira e o espantalho*. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Histórias de Trancoso*. São Paulo: Ática, 1978b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *A pirilampeia e os dois meninos de Tatipurum*. São Paulo: Ática, 1980.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *História de Trancoso*. São Paulo: Ática, 1983.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *A botija de ouro*. São Paulo: Ática, 1984a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O que é racismo*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Dudu Calunga*. São Paulo: Ática, 1986a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Rainha Quiximbi*. São Paulo: Ática, 1986b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Ipupiara, o devorador de índios*. São Paulo: Moderna, 1990.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Crônicas de indomáveis delírios*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Uma festa no céu*. Belo Horizonte: Miguilim, 1995.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Gosto de África*. São Paulo: Global, 1998.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Cururu virou pajé*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O presente de Ossanha*. São Paulo: Global, 2000b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O Saci e o Curupira*. São Paulo: Ática, 2000c.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Robin Hood: o salteador virtuoso*. São Paulo: Scipione, 2001a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Paulo e Virgínia: o literário e o esotérico no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Duas histórias muito engraçadas*. São Paulo: Moderna, 2002.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O soldado que não era*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Uma estranha aventura em Talalai*. 11. ed. São Paulo: Global, 2005a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O grande pecado de Lampião e sua terrível peleja para entrar no céu*. Belo Horizonte: Dimensão, 2005b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Gosto de África: histórias de lá e daqui*. 4. ed. São Paulo: Global, 2005c. p. 9-14.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Vida e morte da onça-gente*. São Paulo: Moderna, 2006a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Quatro dias de rebelião*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Assim foi (se me parece)*: livros, polêmicas e alguma memória. Rio de Janeiro: Rocco, 2008a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Quem ama literatura não estuda literatura*: ensaios indisciplinados. Rio de Janeiro: Rocco, 2008b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Carolina Maria de Jesus*: uma escritora improvável. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *A banheira de Janet Leigh*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O caçador de lobisomem*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009c.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Bichos da terra tão pequenos*: romance. Rio de Janeiro: Rocco, 2010a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O noivo da cutia*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2010b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Histórias de bichos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010c.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Na rota dos tubarões*: o tráfico negreiro e outras viagens. Rio de Janeiro: Pallas, 2011a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O jacaré que comeu a noite*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Claros sussurros de celestes ventos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Crônicas para ler na escola*: Joel Rufino dos Santos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *A escravidão no Brasil*. Coleção Como eu ensino. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Eu contra ele nas cavernas de Minas*. Rio de Janeiro: Rovel, 2014a.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O curumim que virou gigante*. 11. ed. São Paulo: Scipione, 2014b.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O saber no negro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *A questão do negro na sala de aula*. São Paulo: Global, 2016.

SANTOS, Diogo Joaquim dos. *Antirracismo contra a “pós-modernidade”*: um estudo sobre identidade e revolução no interior da luta antirracista no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

SEVERO, José Antônio. “O Dia em que o Povo GANHOU”, a história da luta popular na independência. *Hora do povo*. 2 jul. 2020. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/o-dia-em-que-o-povo-ganhou-a-historia-da-luta-popular-na-independencia/>. Último acesso em: 5 ago. 2021.

SOUZA, Florentina da Silva; LIMA, Maria Nazaré (org.). *Literatura afro-brasileira*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

VCENKO N. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural da primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ANEXO – PUBLICAÇÕES DE JOEL RUFINO DOS SANTOS³⁴

I. Literatura infantil e juvenil publicada em livros:

- A menina que descobriu o segredo da Bahia, editora Rovel, 2014. **Finalista do Prêmio Jabuti, 2015**
- Eu contra ele nas cavernas de Minas, editora Rovel, 2014. **Finalista do Prêmio Jabuti, 2015**
- O jacaré que comeu a noite, editora José Olympio, 4ª Ed. 2011.
- Histórias de bichos, editora José Olympio, 2010.
- **O barbeiro e o judeu da prestação contra o sargento da motocicleta, editora Moderna, 2007. Prêmio Jabuti, 2008.**
- Ciúme em céu azul, editora Global, 2006.
- Vida e morte da onça-gente, editora Moderna, 2006.
- El sabor de África – Historias de aquí y de allá, editora Global, 2003, México.
- Duas histórias muito engraçadas, editora Moderna, 2002.
- O saci e o curupira e outras histórias, editora Ática, 2002.
- O presente de Ossanha, editora Global, 2000.
- Gosto de África, editora Global, 1998.
- O burro falante, editora Moderna, 1991.
- Mania de trocar, editora Moderna, 1991.
- O grande pecado de Lampião e sua peleja para entrar no céu, editora Dimensão, 2009.
- História de Trancoso, editora Ática, 1987. **Selecionado para o PNBE, 1999**
- Rainha Quiximbi, editora Ática, 1986.
- Dudu Calunga, editora Ática, 1986.
- O Ipupiara, editora Moderna, 1985.
- Cururu virou pajé, editora Ática, 1984.
- O saci e o curupira, Ática, 1984.
- A botija de ouro, editora Ática, 1984.
- O soldado que não era, editora Moderna, 1983.
- Uma festa no céu, editora Miguilim, 1982.
- Quatro dias de rebelião, editora José Olympio, 1980.

³⁴ Esse anexo é uma transcrição do site

- **O noivo da cutia**, editora Ática, 1980. Prêmio Jabuti na categoria “Melhor produção editorial”.

- **A Pirilampeia e os dois meninos de Tatipurum**, editora Ática, 1980.

- **O curumim que virou gigante**, editora Ática, 1980.

Prêmio Ofélia Fontes - O melhor livro para criança, FNLIJ, 1980.

Selo de Ouro FNLIJ, 1980

No acervo da Biblioteca Internacional da Juventude, Munich, Alemanha.

Selecionado para a Feira de Bolonha, 2005

- **Uma estranha aventura em Talalai**, editora Pioneira, 1979. editora Global, 1998. Prêmio Jabuti, na categoria “Melhor Livro para Jovens”, 1980

- **O curupira e o espantalho**, editora Abril, 1978.

- **Aventuras no País do Pinta-Aparece**, editora Abril, 1977.

- **Marinho, o marinheiro**, editora Abril, 1977.

- **O caçador de Lobisomem**, editora Abril, 1976. editora Salamandra, 1986. editora Global, 2009.

II – Literatura infantil e juvenil publicada em revista:

1. Revista Recreio, editora Abril

Marinho, o marinheiro.

Aventuras no País do Pinta-aparece.

O teiú.

O roceiro que tinha mania de trocar.

O burro falante e o fazendeiro ambicioso.

A história do saci.

Os índios que não sabiam dançar.

O pônei voador.

A inacreditável história da capivara de ouro.

O bicho misterioso.

O cavalinho branco do sorriso azul.

O jacaré que comeu a noite.

A famosa gaita do senhor macaco.

O bicho engolidor.

A harpa eólia.

Dessas histórias, algumas foram publicadas também nas revistas Colorin (Espanha), Recreo (Argentina), Carosello (Itália) no período 1968-1974.

2. Revista Nova Escola, (março a dezembro 1993)

A sagrada Família.

O leão do Mali.

As pérolas de Cadija.

Bumba-meu-boi.

O príncipe tatu.

O presente de Ossanha.

A casa da Flor.

Bonsucesso dos pretos.

O filho de Luísa.

3. Revista Ciência Hoje n. 5 – SBPC, São Paulo.

A gaiola e a pistola dourada.

III - Literatura infantil e juvenil publicada em livro acompanhado de disco

Coleção Taba Brasileira - Histórias e Músicas Brasileiras, Abril, 1983:

A salamanca do jarau.

O mistério de Zuambelê.

A flauta de Pan.

Marinho, o marinheiro (com músicas de Gilberto Gil)

IV - Literatura juvenil publicada em audiolivro:

Robin Hood - tradução e adaptação.

editora Scipione, 1995, 19ª edição.,

V- Participações em Coletâneas

- "Cururu virou pajé" in Almanaque Ática-Recreio, Editora Ática, 2011

- "Bum bum, mi buey" in Cuentos Infantiles Brasileños, Editurama 2011, São José, Costa Rica

- " El yacaré que se comió la noche" in La nube que llovía cuentos, Editorial Gente Nueva, Cuba, 2004

- " Como nasceu a primeira mandioca"

in Contos, lendas e mitos da América Latina, São Paulo: UNESCO et alii, 1981.

in Cuentos, Leyendas y Mitos para Niños de America Latina, UNESCO, 1991.

VI - Não ficção para jovens:

- Crônicas para ler na escola, editora Objetiva, 2013.
- Na rota dos tubarões, o tráfico negreiro e outras viagens, editora Pallas, 2008.
- Quando eu voltei tive uma surpresa (cartas para Nelson), editora Rocco, 2000.
- Afinal, quem fez a República? editora FTD, 1998.
- Constituições de ontem, Constituinte de hoje, editora Ática., 1987.
- Zumbi dos Palmares, editora Moderna, 1985. editora Global, 2005.
- O que é racismo, editora Brasiliense, 1980.

VII – Livros didáticos:

- História, histórias (primeiro grau, 5ª série), editora FTD, 1992.
- História, histórias (primeiro grau, 6ª série), editora FTD, 1992.
- História, histórias (primeiro grau, 7ª série), editora FTD, 1992.
- História, histórias (primeiro grau, 8ª série), editora FTD, 1992.
- História do Brasil (segundo grau)., Marco Editorial, 1980. editora FTD, 1991.

VIII– Livro Didático em Co -autoria:

- História Nova do Brasil, Ministério da Educação, 1963. editora Brasiliense, 1967.

IX – Ficção para adultos

- Claros sussurros de celestes ventos, editora Bertrand Brasil, 2012.
- Bichos da terra tão pequenos, editora Rocco, 2010.
- Crônica de indomáveis delírios, editora Rocco, 1991. 2ª edição 2012.

X – Não ficção para adultos (ensaios)

- Saber do negro, editora Pallas, 2015
- A escravidão no Brasil (coleção Como eu ensino), editora Melhoramentos, 2013.
- Carolina Maria de Jesus – uma escritora improvável, editora Garamond, 2010.
- A banheira de Janet Leigh, editora Rocco, 2009.
- Assim foi (se me parece): livros, polêmicas e alguma memória, editora Rocco, 2008.
- Quem ama literatura não estuda literatura, editora Rocco, 2008.
- A nova justiça, editora Forense Universitária, 2005.
- Épuras do social: Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres, editora Global, 2004.
- Missão do Ministério da Cultura, Edições Fundo Nacional de Cultura, 2002.
- Paulo e Virgínia - o literário e o esotérico no Brasil atual, editora Rocco, 2001.

Finalista do Prêmio Jabuti, na categoria Teoria Literária e Linguística, 2002.

- A questão do negro na sala de aula, editora Ática, 1990. editora Global, 2012. editora Global, 2016 (edição revista e atualizada).
- História política do futebol brasileiro, editora Brasiliense, 1981.
- O dia em que o povo ganhou, editora Civilização Brasileira, 1979.

XI Publicações com o pseudônimo Pedro Ivo dos Santos:

- O renascimento, a reforma e a guerra dos trinta anos, JCM Editores, 1970.
- A república: campanha e proclamação, JCM Editores, 1970.

XII – Publicações em coautoria:

- Nação Quilombo, editora ND Comunicação, 2010.
- Mataram o presidente, editora Alfa-Ômega, 1996.
- Atrás do muro da noite, Fundação Palmares, Ministério da Cultura, 1994.

XIII - Textos publicados em Coletâneas:

- "Entrevista com Joel Rufino dos Santos" in Estudos Históricos - Raça e História, Fundação Getúlio Vargas, 2013
- "Meu amigo Merlin" in Merlin presente. Caderno de combate pela memória, publicação do Coletivo Merlin, 2013
- "Tempo Brasileiro", in Conversas na Biblioteca. Org. Vitor Iorio, Fundação Biblioteca Nacional, 2009
- "A literatura venceu a fé" in Carta Fundamental nº 11, editora Confiança, 2009
- "El principal problema de cultura en Brasil", in Brasil y Chile- Una mirada hacia America Latina, RIL editores, Chile, 2006
- "Confissão", in Histórias de Quadros e Leitores, Org. Marisa Lajolo, editora Moderna, 2006
- "História Nova: conteúdo histórico do último ISEB" in Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB. Org. Caio Navarro Toledo, editora Revan, 2005
- "Milton Santos: o limite do intelectual de classe" in Milton Santos e o Brasil, editora Fundação Perseu Abramo, 2004
- "Educação e Cultura - Juntas ou Separadas" in Cultura Brasileira ao Vivo - Cultura e Dicotomia, editora Imago, 2001
- "O marginal competente" in Outros e outras na literatura brasileira, Org. Wellington de Almeida Soares, editora Caetés, 2001
- "Rota dos escravos- abordagem histórica e literária" in Palavra Amordaçada, UPF editora, 2001
- "Os mortos permanecem vivos" in Para entender o Brasil, editora Alegro, 2000.

- "Crise de Inteligência" in Teia de Autores, editora Autêntica, 2000
- "A bioética e o Brasil", in Bioética no Brasil, editora Espaço e Tempo, 1999.
- "Como me apaixonei por livros", in A formação do leitor: Pontos de vista, editora Argus, 1999.
- "A inserção do negro e seus dilemas", in Parcerias Estratégicas nº 6, 1999
- "Bola Brasilis, In Brasil Bom de Bola" – edição trilingue in editora Tempo e Imagem, 1998.
- "O negro como lugar " in Raça, Ciência e Sociedade", editora Fiocruz, 1996
- "Zumbi e os quilombos" in Piracema, Funarte, 1995
- "Antes do Plebiscito", in Defesa do Presidencialismo, editora Espaço e Tempo, 1993
- "História Nova do Brasil: depoimento" in História Nova do Brasil : 1963- 1993, edições Loyola e Editora Giordano Ltda, 1993
- "Os direitos humanos e seus limites" in Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura- ECO-UFRJ nº 3, 1993
- "O transgressor dos limites" in Orixás- Os deuses vivos da África, de Abdias do Nascimento- Fundação Cultural Abdias do Nascimento, 1989
- "Para que serve o negro" in Padê nº 1, Cerne, 1989

XIV - Traduções:

- A colonização alemã no Espírito Santo, Difusão Europeia do Livro, 1968.
- Filho de Ladrão (Hijo de Ladrón – Manuel Rojas, 1951), Civilização Brasileira, 1967